

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**



**O MST e a questão Democrática em Pernambuco e no Brasil:
Práticas internas e perspectivas para a sociedade brasileira**

Wellington Santana Lima

**Campina Grande – PB
2008**

Wellington Santana Lima

O MST e a questão Democrática em Pernambuco e no Brasil:

Práticas internas e perspectivas para a sociedade brasileira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira

Campina Grande – PB

2008



L732m Lima, Wellington Santana
O MST e a questao democratica em Pernambuco e no Brasil : praticas internas e perspectivas para a sociedade brasileira / Wellington Santana Lima. - Campina Grande, 2008.
150 f.

Dissertacao (Mestrado em Ciencias Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

1. MST 2. Democracia 3. Movimentos Sociais 4. Organizacao 5. Projeto Estrategico 6. Dissertacao I. Oliveira, Roberto Veras de, Dr. II. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 316.35(813.4)(043)

Wellington Santana Lima

O MST e a questão Democrática em Pernambuco e no Brasil:

Práticas internas e perspectivas para a sociedade brasileira

Dissertação apresentada em 31 de julho de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Roberto Véras de Oliveira (UFCG/CH/PPGCS – Orientador)

Prof^a. Dr^a. Ramonildes Gomes (UFCG/CH/PPGCS – Examinadora Interna)

Prof^a. Dr^a. Marilda Menezes (UFCG/CH/PPGCS – Ex. Interna - Suplente)

Prof^o. Dr. Fernando García (UFCG – Economia - Examinador externo)

AGRADECIMENTOS

A todos que direta ou indiretamente contribuíram com este estudo. Muitos viveram em distintos tempos históricos e já estavam despertos quando eu sequer existia. Outros, contemporâneos, não nos vimos nunca, mas isto não importa. Alguns conviveram ou convivem nos mesmos espaços que eu e compartilhamos o fazer-se enquanto sujeitos sociais que lutam, cada um a seu modo, por um mundo melhor e que seja de todos os homens e de todos os tempos.

Ao meu orientador **Prof. Roberto Vêras de Oliveira** (UFCG), pelo crucial apoio em todas as etapas da construção desse trabalho, no eficiente planejamento do tempo exíguo de que eu dispunha (praticamente somente os fins-de-semana) para as pesquisas empíricas e bibliográficas, pelas sugestões balizadoras e estruturadoras dos tópicos desse estudo, e na presteza do atendimento às demandas e disponibilidade para conversarmos sobre a configuração da pesquisa. Ao **Prof. Alder Júlio Ferreira Calado** (UFPB), grande incentivador e principal responsável pela minha volta à vida acadêmica, depois de eu ter passado doze anos distante das salas de aula e das pesquisas. Às professoras **Marilda Menezes** (UFCG) e **Ramonildes Gomes** (UFCG) pelas importantes observações corretivas feitas na qualificação dessa Dissertação. Ao Coordenador da Regional Ipanema-Arcoverde do MST-PE, **Márcio Gomes**, pelo apoio e contatos durante o processo de pesquisa. Ao Articulador Político do MST-PE em Santa Maria da Boa Vista, **Marcilom Nunes**, pela entrevista inaugural. Aos dirigentes estaduais e nacionais do MST-PE, **Misselene Silva**, **Jaime Amorim**, e **Edilson Barbosa**, pelas pacientes e profícuas entrevistas resgatadoras das bases de construção do MST em Pernambuco. Ao **Pe. Airton Freire de Lima** (Fundação Terra) por ter me concedido um dia por semana (dispensa do trabalho) para que eu freqüentasse as aulas durante o curso regular do Mestrado. A **Candida Gavazzi**, pela ajuda na tradução do resumo. E a meus entes queridos, **Liege** e **João Pedro**, pela energia que irradiam e me dão forças para seguir acreditando que vale a pena defender a vida no sentido estrito e no sentido lato.

*

DEDICATÓRIA

Esta Dissertação é dedicada a todos os meus professores e colegas de classe do PPGS-UFCG, que de alguma forma tiveram sua parcela de participação na realização desse trabalho. E é dedicada principalmente aos lutadores do povo que descobrem, na prática das suas experiências de vida, novas fronteiras do conhecimento, fonte de água viva para os estudos das Ciências Sociais.



RESUMO

Esta dissertação, como o título sugere, analisa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Estado de Pernambuco e no Brasil, focalizando a questão da democracia nas práticas internas desse reconhecido movimento social e na perspectiva para a sociedade brasileira que seu projeto estratégico aponta. A partir da recuperação de como se deu o processo de formação e organização na luta por Reforma Agrária e a que se propõe o MST, tomando como base documentos internos, outros estudos, comentários, críticas, entrevistas e observações empíricas, mostramos a evolução organizativa do Movimento, as formas e métodos de lutas adotados, suas relações com o Estado e com outras organizações sociais, as marcas dessa história, as questões importantes que apareceram, os dilemas, e os passos dados rumo à construção de outro padrão societário para o Brasil, e, nesse processo, como a questão democrática é vivida e tratada internamente e como está relacionada com as questões mais gerais da sociedade, nas referências propostas e divulgadas pelo próprio Movimento dos Sem Terra.

Palavras-chave:

- MST
- Democracia
- Movimentos Sociais
- Organização
- Projeto Estratégico

*

RÉSUMÉ

Cette recherche, tel que le titre le suggère, a pour but d'identifier et d'analyser les pratiques sociales du Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre – MST, à l'État du Pernambouc, dans le Nord-Est brésilien, en ce qui concerne leur caractère démocratique. L'accent de la recherche est mis sur la question de la démocratie au sein de ce mouvement social, qui se révèle d'une considérable reconnaissance publique. Là, on tâche également d'examiner les possibilités et les limites de son projet stratégique pour la société brésilienne. À partir des données dont on dispose pour retracer l'histoire de la formation et de l'organisation du MST dans son combat pour la réforme agraire, on cherche à récupérer l'évolution du Mouvement, tout en ayant recours à ses documents internes, ainsi qu'à d'autres études, outre les entretiens et l'observation sur place, ce qui nous a permis d'avoir un portrait des formes et des méthodes de combat, et de l'organisation de ce Mouvement, par rapport à d'autres organisations sociales et à l'Etat. La mise en pratique de tels instruments méthodologiques nous a permis de mieux connaître les traces de son histoire, de son organisation, ses impasses, ses acquis, ainsi que d'importants éléments concernant la construction d'une société plus juste au Brésil. En outre, toujours grâce à ces données publiées par le Mouvement Sans Terre lui-même, on a pu, peu à peu, percevoir comment la démocratie est vécue à l'intérieur du mouvement lui-même et comment elle se situe par rapport à d'autres questions sociales de la société brésilienne.

- Mots-clé :**
- MST
 - Démocratie
 - Mouvements Sociaux
 - Organisation
 - Projet Stratégique



FOTO DA CAPA

Camponeses Sem-Terra

Autor: Sebastião Salgado

FIGURA

Figural – Modelo de Diagrama Organofuncional do MST-PE

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola

ACO – Ação Católica Operária

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CIMI – Comissão Indigenista Missionária

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONCRAB – Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CP – Consulta Popular

CPA's – Cooperativas de Produção Agropecuária

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CPS's – Cooperativas de Prestação de Serviços

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FASE – Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional

FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FETAPE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco

FIPE/USP – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica / Universidade de São Paulo

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

GEE – Grau de Exploração Econômicas

GUT – Grau de Utilização da Terra

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPA – Instituto de Pesquisas Agropecuárias

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTL – Movimento Terra e Liberdade

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

ONG – Organização Não Governamental

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PPS – Partido Popular Socialista

Pró-Álcool – Programa Nacional do Álcool

PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SRB – Sociedade Rural Brasileira

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TCU – Tribunal de Contas da União

UDR – União Democrática Ruralista

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNAG – Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos

UNE – União Nacional dos Estudantes

Unesp – Universidade Estadual Paulista

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - "FAZENDO O CAMINHO AO CAMINHAR":	
Bases de Construção do MST.....	29
I.1- Vim de longe e vou mais longe.....	29
I.2- O MST no Brasil.....	30
I.3- O MST e os Governos: das relações amargas às relações confusas.....	35
CAPÍTULO II - O DESENHO ORGANIZATIVO DO MST:	
Experienciando a Democracia.....	50
II.1- Organização na Base.....	50
II.2- Núcleos, Brigadas, Setores e Direção.....	52
II.3- Outras instâncias estaduais.....	57
II.4- Estruturação orgânica e democracia.....	58
CAPÍTULO III - A EXPERIÊNCIA DO MST DE PERNAMBUCO:	
continuando a luta histórica camponesa contra o latifúndio.....	69
III.1- A formação do MST em Pernambuco.....	70
III.2- A história organizativa do MST em Pernambuco.....	80
III.3- Os resultados mais expressivos alcançados pelo MST em Pernambuco.....	89
CAPÍTULO IV - MST: EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA EM QUESTÃO.....	91
IV.1- Críticas, réplica, tréplica e outras contribuições.....	92
IV.2- Democracia não se mendiga.....	128
IV.3- A sociedade almejada: um Projeto em construção.....	133
IV.4- Em busca de um novo Instrumento Político que dê unidade aos Movimentos Sociais à Esquerda.....	136

**CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS: “Existirmos, a que será
que se destina?”.....143**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....148

*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é realizar uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Pernambuco e no Brasil, com foco na questão da democracia. De um lado, no âmbito de suas práticas internas e, de outro, no que se refere ao seu projeto para a sociedade brasileira.

Buscamos identificar, a partir de sua estrutura organizacional, do funcionamento de suas instâncias internas, das formas e métodos de lutas adotados, das suas estratégias de alianças e relações com outras forças sociais e do discurso das lideranças desse movimento no Estado de Pernambuco, em que perspectiva de sociedade para o Brasil o MST aposta e que caminhos trilha para construir esta sociedade almejada.

Prefaciando o livro *Reforma Agrária Quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*¹, que resultou dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana, criada em 2003 e encerrada em 2005, o jurista Fábio Konder Comparato defende a posição de que a atual organização rural brasileira tem fortes traços que nos revela uma lógica que remonta ao Brasil Colônia e que é intrinsecamente conflitante com a realização do bem comum do povo.

Observa Fábio K. Comparato que com o advento da República, mais do que uma oposição à monarquia como forma de governo, inaugurou-se um regime político que, aos poucos, possibilitava uma nova forma de organização na convivência entre o governo e a sociedade e entre os grupos sociais da própria sociedade “republicana” instaurada.

Permaneceu, contudo, a antiga questão da propriedade privada da terra e a sua fatal colisão com um princípio republicano fundamental: “*a supremacia do bem comum do povo sobre todo e qualquer interesse particular, seja ele de indivíduos ou de grupos sociais*”, nos termos de Comparato (2006), que acrescenta:

¹ Relatório vencido (paralelo) da CPMI da terra, 2006.

“Nesse sentido, o princípio republicano determina forçosamente que o regime de bens da sociedade, sejam eles materiais, como a terra, ou imateriais, como o saber científico e tecnológico, busque antes de tudo a realização do bem comum do povo e não o interesse particular de proprietários ou usuários. Se se trata de bens necessários à vida humana, ou de interesse ou uso comum de todos, é de manifesta justiça e bom senso proibir a sua apropriação privada. É justamente na mesma linha do princípio republicano de supremacia do bem comum do povo sobre qualquer interesse particular que se deve hoje, no Brasil, enfrentar a questão agrária” (Comparato, 2006, p. 16–17).

A economia colonial era orientada à exportação agrícola para o enriquecimento e suprimento da metrópole e do senhorio rural. Predominavam, assim, as grandes plantações de monoculturas, sobretudo da cana-de-açúcar.

A distribuição das sesmarias pelo império colonial português, nos lembra Comparato, não obrigava os senhores sesmeiros a cultivar a terra em toda a área de seus imensos domínios territoriais. Ao dono senhor de tudo era permitido, ainda, ter seus próprios contingentes de mão-de-obra escrava e sua própria força militar para defender seu território ou mesmo ampliá-lo.

Nos poucos aglomerados urbanos existentes a economia girava em torno do comércio de importação e exportação, que tinha como principais clientes locais os senhores rurais e os burocratas do Estado colonial. Havia uma espécie de concubinato entre o Estado colonial e os “coronéis” rurais.

Dando um salto para frente e nos voltando para o momento atual, cinco séculos depois, tendo o país passado por um amplo processo de industrialização e urbanização, nota-se que, num cenário de crescente transnacionalização econômica sob a batuta do capital financeiro, o meio rural brasileiro não só preservou como de certo modo tem reafirmado certas marcas da formação colonial.

A primeira situação é o fortalecimento de um poder econômico rural voltado à exportação – o agronegócio – e que utiliza grandes extensões de terra para a produção de monoculturas.

A segunda situação é o retorno da importância de um produto da cana-de-açúcar (teremos um novo ciclo da cana?) como produto de exportação, agora como matriz energética.

A terceira situação é a crescente influência que os controladores do agronegócio passaram a exercer sobre os poderes constituídos da República Federativa do Brasil, seja no funcionamento do Congresso Nacional, seja na definição das grandes decisões de política econômica do governo federal, seja nas ações do judiciário.

Na atual organização rural brasileira o moderno e o arcaico caminham juntos para um mesmo objetivo: o mercado.

A produção tem se modernizado tecnologicamente, mas mantido uma herança autoritária e concentradora na sua estrutura, onde o que deveria servir como provimentos aos habitantes do meio rural (água, terra, trabalho) passam a ser “*commodities*” para maximizar os lucros dos empresários rurais e do Estado.

Com relação ao papel do Estado nesse contexto, já observara Solon L. Barraclough², que a tecnocracia estatal tende a enxergar o problema agrário de modo diferente dos pobres das zonas rurais: Em geral, os governos querem ‘modernizar’ o campo com vistas a aumentar a arrecadação de receitas pelo aumento da comercialização de excedentes agrícolas nos mercados interno e externo. Buscam integrar os movimentos rurais aos seus programas oficiais e reprimir os destoantes.

Ao adjudicar terras aos especuladores, às agroindústrias e aos construtores, em detrimento dos que antes ali viviam, guardando as proporcionais diferenças, sucessivos governos nacionais, como fiéis escudeiros dos interesses que giram em torno do agrocápital, fazem atualmente às populações camponesas o que fizeram governos coloniais: despejar ou escravizar os nativos, como forma de prover o domínio seguro da terra e a mão-de-obra barata para os colonizadores.

² BARRACLOUGH, 2001.

No agronegócio emergente encontramos hoje um modo de produção capitalista moderno, que tem como base a indústria agrícola, a mecanização do campo e a gerência empresarial, muitas vezes, associado a um modo de produção escravista. No dia 10.07.2007, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil divulgou um cadastro de “empregadores” que utilizam mão-de-obra escrava. Esta “lista suja”, como foi chamada, tem 192 neo-escravistas do século XXI, espalhados por 16 estados da federação. Este documento do MTE mostra que o trabalho escravo é mais usado nas fronteiras agrícolas do Cerrado e da Amazônia, sobretudo, nas atividades de desflorestamento para novos “empreendimentos” agropecuários, mas que também existe nos Estados economicamente mais desenvolvidos.

De 1995 a 2007, os grupamentos móveis de fiscalização do governo federal já desmantelaram centenas de novos cativeiros e resgataram cerca de 26 mil trabalhadores em regime de escravidão. Entre os “empreendedores” escravistas estão duas empresas exportadoras de móveis, três siderúrgicas e uma fábrica de cimento – que, além de realizarem desflorestamentos ilegais, utilizavam trabalho escravo nos seus “rentáveis negócios”. Soma-se a esta “lista suja” o ex-governador de Goiás e conhecido “homem próspero” do agronegócio, Agenor Rodrigues Resende³.

Para Leonardo Sakamoto, da ONG Repórter Brasil, que atua no combate ao trabalho escravo, o que mais preocupa é que:

“Você tem gente na ‘lista suja’ que é de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais. Estados pretensamente mais evoluídos do ponto de vista trabalhista e social. Isso mostra que o trabalho escravo está dentro do sistema que a gente vive. O trabalho escravo é utilizado pelo capital, pelos empreendimentos, para crescer e se modernizar, economizando dinheiro para isso” (Radioagência NP, São Paulo, em 11/07/2007, Artigo de Vinicius Mansur).

Esta observação feita por Sakamoto não diz respeito somente a “empreendedores” que moram nos grandes centros e têm “negócios” nas novas fronteiras agrícolas. Nos Estados mais

³ Ver cadastro de “empregadores” que utilizam mão-de-obra escrava, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 10.07.2007. Buscar “lista suja” no Site do MTE (www.mte.gov.br). Esta ‘lista suja’ está sempre sendo atualizada.

desenvolvidos do país, também encontramos trabalhadores rurais em situações muito precárias de trabalho e de vida, por muitos chamados de neo-escravos do Século XXI.

A pesquisadora da Unesp (Universidade Estadual Paulista), Maria Aparecida de Moraes Silva, em um de seus recentes estudos sobre as condições de trabalho nos canaviais paulistas, constata que no agronegócio sucro-alcooleiro, apesar de toda expectativa gerada pelo governo federal em torno do domínio brasileiro sobre as tecnologias do etanol como alternativa mundial aos derivados do petróleo e uma das saídas econômicas para o Brasil, é flagrante o desrespeito aos direitos trabalhistas e humanos dos trabalhadores da cana. A pesquisadora observa que os bóias-frias *“nas atuais condições, passam a ter uma vida útil de trabalho inferior à do período da escravidão”*. No Brasil colônia, de acordo com o historiador Jacob Gorender, um escravo ficava na atividade do corte da cana durante 15 a 20 anos. Hoje, os bóias-frias têm um ciclo de vida útil de apenas 12 anos. *“Esse trabalho tem provocado uma dilapidação – esse é o termo, não há outro – dos trabalhadores”*, diz a pesquisadora da Unesp. (Folha de São Paulo – jornal On-line, em 17/07/2007).

A carga horária extenuante a que são submetidos os bóias-frias, que, além de mal pagos, recebem pela quantidade de cana cortada e não pelas horas trabalhadas, e onde, muitas vezes, não têm qualquer controle sobre as toneladas diárias de cana que são obrigados a cortar (muitas usinas estipulam uma quota mínima de até 15 toneladas diárias, para cada cortador(a) de cana), já provocou a morte de pelo menos 19 trabalhadores rurais, por estafa, desde 2004 até 2007.

Diante desse quadro de organização da produção agropecuária, com características neocoloniais, a luta do MST em defesa da reforma agrária já é por si uma luta pela democratização das relações políticas, sociais e econômicas no campo, e se reveste ainda de um maior significado quando essas mazelas são conhecidas e vemos que as principais bandeiras defendidas pelo Movimento dos Sem Terra apontam numa perspectiva de transformação dessa organização rural que ora vige no Brasil.

A professora Marilena Chauí nos lembra que:

“Num país no qual a democracia não vai além de um biombo que oculta o monopólio do poder das classes dominantes,... formas de lutas são decididas em concretos momentos históricos e não em nível de princípio. [...] É um equívoco articular todas as lutas ao redor do eixo institucional.” (SADER, 1988, extratos do prefácio de Marilena Chauí).

As lideranças do MST em Pernambuco definem o movimento como “*de massa, de caráter sindical, popular e político e que luta por terra, Reforma Agrária e mudanças na sociedade*”. Mais do que a simples posse da terra, o MST busca construir um projeto popular para o Brasil, pela formação política, cultura, educação e mobilização social, das *massas* e com elas.

Assim, os sem terra vêm forjando na luta um Movimento de resistência ativa, como quem acredita na seguinte “profecia” do abolicionista pernambucano, Joaquim Nabuco:

“Se há coisa certa é que, num futuro remotíssimo, o proprietário de terra será um ente tão mitológico quanto o proprietário de homens”.

Quanto à questão da democracia, mesmo entre os membros da direção dos Sem Terra, seguramente não existe somente uma posição. A própria concepção da organização como *movimento*, já traz em si uma pluralidade de pontos de vista sobre a sociedade e suas questões. Seus fundadores, embora oriundos de setores diversos da luta social, se reconheceram como aliados na sua diversidade, na busca dos mesmos objetivos.

“Aprendemos com Paulo Freire e na luta que a leitura crítica do mundo amplia o próprio mundo. E ao lê-lo conscientemente, evita-se cair em enganos e cometer desatinos.

[...] Não seria possível organizar um movimento social impondo idéias e desmerecendo as idéias amigas. Um movimento social é filho da solidariedade política da sociedade. Esquecer desse detalhe é isolar-se e provocar a própria derrota. Um movimento social é uma obra coletiva, tanto dos que diretamente participam quanto daqueles que admiram a sua construção. A leitura favorável dos fatos cria as circunstâncias para os passos seguintes. O olhar amigo é sempre uma trincheira de autodefesa.” (BOGO, 2007, p. 28).

Internamente, os trabalhos de base são fundamentais para o fortalecimento e ampliação do movimento. Este trabalho já começa com as crianças e adolescentes nascidas no calor da luta das ocupações e assentamentos, os "Sem Terrinhas", cuja formação está diretamente relacionada com a sociedade que se deseja construir.

A formação política e educacional das bases é um trabalho permanente que se realiza na prática e na teoria, quotidianamente, desde a arregimentação dos contingentes de homens e mulheres sem trabalho e sem meios de subsistência, em vilas e cidades do interior, nas periferias dos grandes centros urbanos (muitos, ex-camponeses, que deixaram o campo por falta de uma política agrícola que garantisse sua permanência no meio rural), e de trabalhadores rurais sem terra e sem emprego fixo, que vendem sua força de trabalho em fazendas, nas plantações de cana-de-açúcar ou em empresas agropecuárias. Pois, geralmente, essa gente não tem qualquer experiência de luta coletiva anterior nem formação política suficiente para questionar os motivos de sua miséria.

A grande capacidade de mobilização do MST se deve, em grande medida, à maneira como está organizado nacionalmente e à comunicação entre as instâncias de base com as direções estaduais e a coordenação nacional do Movimento. Mobilizar milhares de uma só vez para ocupar um latifúndio ou realizar uma marcha nacional com mais de cem mil integrantes não é uma tarefa fácil de concretizar por qualquer movimento social no campo.

Existe uma permanente troca de experiências sobre formas de lutas, táticas e estratégias de resistência desenvolvidas no dia-a-dia dos acampamentos e assentamentos por todo o Brasil, que é garantido por uma vasta rede de informação e comunicação interna.

Jornais, panfletos, cartilhas, documentos e livros são regularmente produzidos pelo movimento para a formação política de seus membros e para dar conhecimento público da sua proposta de sociedade para o Brasil.

Para que seu grito seja o eco do grito de todos, temas nacionais e mundiais são frequentemente postos em pauta e relacionados com as questões locais, sendo discutidos nas

instâncias de base, perpassando por toda a estrutura organizacional interna e indo à sociedade brasileira e internacional. É assim, por exemplo, que o MST se contrapõe à prevalência dos modos de produção *empresarial* e *capitalista* (PLOEG, J. D. Van der, 2006), onde tudo é mercadoria, como modelo para a agropecuária nacional e mundial, por entender que o fortalecimento dessa tendência, ancorada pela globalização, representa uma ameaça à vida social como um todo, em escala planetária. Como alternativa, propõe o *modo de produção camponês* que, entre outras coisas, visa à geração de mais empregos produtivos, a agregação de mais valor, voltando-se para a diversidade na produção de alimentos e se utilizando de tecnologias limpas que não agridem a natureza.

Nessa perspectiva, o MST tem participado ativamente na organização e nos debates das várias edições do Fórum Social Mundial, onde acumulou apoios e reconhecimento em todos os continentes.

Outro aspecto muito importante para a democracia interna do MST e para a sua relação com outros segmentos da sociedade está no fato de que os membros do coletivo que dirige nacionalmente a organização provêm de todos os Estados do Brasil e, no cotidiano, vivem e participam ativamente das atividades do movimento nesses locais de origem. Vemos, pois, que existe um esforço de aprimorar a democracia participativa, uma vez que as instâncias de base têm uma relação direta e em mão-dupla com membros da direção nacional.

Neste estudo buscamos ver qual o sentido dado à democracia e sua importância, enquanto princípio e na prática, na organização, na tomada de decisões, e nas formas e estratégias de lutas adotadas, observando em torno de que eixos o MST articula suas lutas e como é entendido o momento histórico em que vivemos pelas principais lideranças do Movimento em Pernambuco. As movimentações do MST no sentido de atuar como fator de democratização da estrutura agrária e da sociedade brasileiras, assim como, no sentido de instituir processos participativos de organização da luta pela terra, são evidentes. Entretanto, restam questões sobre os sentidos da democracia na

prática cotidiana do Movimento. Em que medida se estabelece uma linha de coerência entre os sentidos da democracia nas práticas internas do Movimento e no seu projeto para a sociedade brasileira?

A escolha do MST de Pernambuco para a realização da parte mais empírica desse estudo se deu por razões de ordem prática – nasci e sempre vivi em Pernambuco – e pela representatividade que o Movimento nesse Estado tem no cenário nacional. Pernambuco é o Estado do Brasil onde o MST tem realizado o maior número de ocupações, demarcando presença em todas as microrregiões (Zona da Mata, Agreste e Sertão). Até o final de 2006 foram 129 acampamentos, com 18.449 famílias acampadas em 67 municípios e 86 assentamentos com 7.192 famílias assentadas em 36 municípios do Estado⁴. Nessa luta, dezenas de pessoas foram assassinadas, vários dirigentes presos e incriminados pelos tribunais e pela grande mídia empresarial como formadores de quadrilha, e com centenas de despejos executados judicialmente.

Apesar de todas as dificuldades, dos erros e dos acertos no aprendizado cotidiano, é intrigante ver a resistência e a força de seus membros para reclamar os direitos humanos mais básicos: a terra, a educação, a saúde, o direito a produzir para o próprio sustento, e o princípio de solidariedade que os fortalece e os estimulam nessa caminhada coletiva, no trabalho cotidiano que cabe a cada um realizar, informando e refletindo sobre os mais variados temas, como uma forma muito concreta de aprender e apoiar esta corrente.

Muitos estudos acadêmicos têm sido elaborados sobre o MST em universidades de todo o Brasil e até do exterior. Um simples levantamento das dissertações e teses mais recentes é bastante para se ter uma idéia do interesse despertado. Por outro lado, muitas lacunas sempre permanecerão. Afinal, o MST é um Movimento em movimento e sempre está elaborando e recebendo contribuições e críticas aos seus métodos e práticas político-organizacionais. Trata-se de um movimento que tem buscado integrar-se com outros movimentos sociais da sociedade brasileira e

⁴ Fonte: MST – Coordenação Regional Ipanema-Arcoverde – PE.

internacional para um fortalecimento mútuo numa proposta alter-mundialista (de que “outro mundo é possível”⁵) e que, portanto, quer dar sua contribuição na construção dessa nova corrente a partir do Brasil.

A questão democrática é recorrente em todos os capítulos deste trabalho. Aqui, o MST é abordado numa perspectiva de democracia à esquerda em contraposição à democracia liberal⁶.

Quanto às diretrizes metodológicas, buscamos estabelecer diálogo com teóricos que se ocupam de movimentos sociais para recolher dos mesmos alguns conceitos, expressões e categorias que pareceram mais fecundos para a análise do fenômeno a ser pesquisado. Concordando com o entendimento dado por autores como Minayo (1999), Chizotti (2000), Haguette (1997), Thiollent (1988) e Richardson (1999), a *abordagem qualitativa foi a opção metodológica escolhida para esta pesquisa*, por ser a forma mais adequada para entender a natureza de um movimento social, gerando idéias, hipóteses e diretrizes para orientar a pesquisa e as interpretações, tendo em vista, sobretudo,

⁵ Lema adotado nas várias edições do Fórum Social Mundial, realizados em Porto Alegre – RS, onde organizações e indivíduos de todos os continentes, oriundos, sobretudo, de países com problemas sociais mais latentes, discutiram alternativas de organização e convivência societária às atualmente prevalentes.

⁶ “Estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como *regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais*. Visto que o pensamento e a prática liberais identificam liberdade e competição, essa definição da democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade tende a reduzir-se, de um lado, ao chamado “direito de ir e vir” e, de outro, à competição econômica da chamada “livre iniciativa” e à competição política entre partidos que disputam eleições; em segundo, que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a tirania, pois a lei garante os governos escolhidos pela vontade da maioria; em terceiro, que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes executivo e judiciário para conter os conflitos sociais, estabelecendo limites (tanto jurídico como policiais e repressivos) para impedir sua explicitação e desenvolvimento completos; e, em quarto lugar, que, embora a democracia apareça justificada como “valor” ou como “bem”, é encarada, de fato, pelo critério da *eficácia*, medida, no plano legislativo, pela ação dos representantes, entendidos como políticos profissionais, e, no plano do poder executivo, pela atividade de uma equipe de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado. A cidadania é definida pelos direitos civis e a democracia se reduz a um regime político eficaz, baseado na idéia da cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na relatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais. Essa concepção da democracia enfatiza a idéia de representação, ora entendida como delegação de poderes, ora como “governo de poucos para muitos”, no dizer de Stuart Mill.

O pensamento de esquerda, no entanto, justamente porque fundado na compreensão do social como divisão interna das classes a partir da exploração econômica e, portanto, como luta de classes, redefiniu a democracia recusando considerá-la apenas um regime político, afirmando, então, a idéia de *sociedade democrática*. Em outras palavras, as lutas dos trabalhadores no correr dos séculos XIX e XX, ampliou a concepção dos direitos que o liberalismo definia como civis ou políticos, introduzindo as idéias de direitos econômicos e sociais. Na concepção de esquerda, a ênfase recai sobre a idéia e a prática da *participação*, ora entendida como intervenção direta nas ações políticas, ora como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos representantes.

Na concepção liberal, a figura principal é o indivíduo como portador da cidadania civil ou política, vivendo na sociedade civil, determinada pelas relações do mercado; na concepção de esquerda, a figura principal é a das formas de organização associativa das classes e grupos sociais (sindicatos, movimentos sociais e populares)” [CHAUI, 2004, P. 1].

seu maior potencial interpretativo, sua intimidade com o “objeto” – interação entre o pesquisador e membros das situações investigadas – e sua capacidade de generalização, a partir do estudo de caso.

A presente pesquisa, embora trate do MST como um todo, lançou um olhar empírico mais específico sobre a experiência do MST de Pernambuco, onde observamos: quando e como o Movimento começou, a quantidade e características de acampamentos e assentamentos, o número e o perfil das famílias envolvidas, a estrutura e dinâmica organizacional do Movimento e os processos de construção de sua direção.

Foram entrevistadas 5 (cinco) pessoas, escolhidas intencionalmente, em função da relevância (representatividade social) que elas apresentam dentro do MST. Esse *recorte* contemplou as regiões do Agreste e Sertão (algumas ocupações e assentamentos), os dirigentes com representação nacional, regional e local, a questão de gênero, escolaridade, situação de família, religiosidade, tempo de caminhada/engajamento, de modo a dar uma amostra mais aproximada da realidade.

Os *instrumentos de pesquisa* utilizados não tiveram como base do processo de análise um referencial estatístico, visto que não pretendeu classificar categorias homogêneas, mas chegar a uma representação de ordem cognitiva, sociológica e politicamente fundamentada, com possível controle ou verificação de distorções no decorrer da investigação. Além das fontes bibliográficas, foram também instrumentos de pesquisa: questionários, entrevistas semi-estruturadas, e observações e comparações entre os diferentes assentamentos e ocupações.

A partir de referências bibliográficas e documentais relativas ao MST como um todo e de referências documentais e coleta empírica de informações sobre a experiência do MST-PE, o debate aqui estabelecido versa sobre como se coloca a questão da democracia na existência e no discurso do MST.

Iniciamos sob o título *Fazendo o Caminho ao caminhar*, que conta ainda com os subtítulos – “*Vim de longe e vou mais longe*”; “*O MST no Brasil*”; e “*O MST e os Governos: das relações*”.

amargas às relações confusas". Neste capítulo fazemos um breve resgate histórico do MST no Brasil, onde procuramos mostrar as marcas dessa história, as questões importantes que apareceram, os grandes dilemas, e vemos os caminhos usados pelo Movimento para lidar com o Estado: os espaços, os dilemas e as formas de lutas usadas quando o diálogo é insuficiente ou não existe. Aqui demos destaque às relações do MST com o governo Fernando Henrique Cardoso (as relações amargas) e com o governo Lula (as relações confusas).

Em seguida, sob o título "*O Desenho Organizativo do MST: Experienciando a Democracia*", e nos seus subitens "Organização na Base"; "Núcleos, Brigadas, Setores e Direção"; "Outras instâncias estaduais"; e "Estruturação orgânica e Democracia", vemos qual a sua estrutura geral de organização e, especificamente, como se dá essa organização na base – acampamentos e assentamentos, bem como sobre como funcionam as suas instâncias internas, atentando para as questões que dizem respeito à prática democrática, tais como: representação, participação, alternâncias, processos decisórios.

No terceiro capítulo: "*A Experiência do MST de Pernambuco: continuando a luta histórica camponesa contra o latifúndio*", verificamos como se deu a formação do MST em Pernambuco, a sua história organizativa, as situações embaraçosas enfrentadas pelo Movimento e suas saídas, muitas vezes difíceis e penosas, e também os resultados mais expressivos alcançados pelo MST no Estado de Pernambuco.

Noutro capítulo intitulado "*MST: Experiência Democrática em Questão*" e na continuidade dos subitens "*Críticas, Réplica, Tréplica e Outras Contribuições*", "*Democracia não se mendiga*", "*A Sociedade Almejada: um Projeto em Construção*", e "*Em busca de um novo Instrumento Político que dê unidade aos Movimentos Sociais à Esquerda*", são problematizadas as formas de conceber a democracia para dentro e para fora do MST, a partir da recuperação da polêmica acadêmica estabelecida entre Zander Navarro e Horácio Martins de Carvalho, estruturando as argumentações a partir dos problemas ali levantados. Vemos, também, as proposições gerais da

sociedade defendida pelo MST para o Brasil, a partir do discurso de suas lideranças e dos seus documentos básicos; das suas práticas de democracia representativa e de democracia participativa, contextualizando como o Movimento relaciona a democracia com as questões da sociedade; através das alianças e relações com outros movimentos sociais e com o conjunto da sociedade; das suas formas e métodos de luta e o que significa a Via Campesina e a Consulta Popular, e como o MST participa desses movimentos.

Finalizaremos com o capítulo “*Considerações Finais: Existirmos, a que será que se destina?*”. Aqui, a partir da contribuição de vários autores, das entrevistas realizadas e das leituras dos documentos internos, procederemos a uma análise sobre os sentidos da democracia para o MST e que desafios e projeções de cenários surgem nesse porvir.

**

**Era um tempo maldito e deletério,
de República em pleno feudalismo,
o Brasil já no presidencialismo,
se regendo por normas do Império.
Quem queria fazer um Brasil sério,
não podia assistir acomodado,
o futuro enganchado no passado,
e o presente perdido, sem futuro.
O papel da ternura era tão duro,
que o Amor precisava andar armado.**

Crispiniano Neto – Poeta e Repentista do Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO I – “FAZENDO O CAMINHO AO CAMINHAR”: Bases de Construção do MST

**Enquanto eles capitalizam a realidade
Eu socializo meus sonhos**
Sérgio Vaz
(Poeta)

I.1 – Vim de longe e vou mais longe

Quando em 1964 o golpe militar interrompeu um dos poucos períodos da incipiente democracia republicana brasileira, um dos principais objetivos dos militares golpistas era dismantelar os movimentos sociais no campo, com destaque às Ligas Camponesas, no Nordeste do país, que no entendimento da inteligência militar, era por onde o movimento comunista internacional buscava se instalar no Brasil, a exemplo do que ocorrera em Cuba, cinco anos antes.

O regime instaurado trucidou as lideranças camponesas e seus apoios políticos, mas não atacou as causas geradoras da miséria e de outras formas de violência no campo. Mesmo tendo promovido algumas ações no meio rural para impedir o ressurgimento de qualquer organização camponesa fora do controle do Estado, tais como: criação dos STR's – Sindicatos de Trabalhadores Rurais, distribuição de terra e sementes, aposentadoria de trabalhadores rurais pelo FUNRURAL⁷, ampliação das fronteiras agrícolas para a colonização da Amazônia, instituição do Estatuto da Terra, etc., a reforma agrária dos militares não mexeu na estrutura fundiária nem democratizou as

⁷ “O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, foi criado pela Lei nº. 4.214, no ano de 1963. Era um sistema de previdência específico para os trabalhadores da área rural, com benefícios e formas próprias de custeio”.

“Era financiado pelos produtores rurais. Ao comercializarem a produção, eram obrigados a pagar para a Previdência, percentual sobre o valor da venda”.

“Somente em 1975, com a Lei nº 6.260, foi proporcionado aos produtores rurais os benefícios previdenciários. Para ter direito aos benefícios, o produtor rural era obrigado a contribuir para a Previdência Social, anualmente, com porcentagem calculada sobre a produção, além de serem obrigados a pagar as contribuições para o custeio do FUNRURAL”.

“O FUNRURAL acabou em 1977, com a incorporação ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, que passou a receber as contribuições devidas sobre a comercialização e a conceder benefícios” (Fonte: Notas Jurídicas. Ano 1 – Nº 16, Belo Horizonte: FAEMG/SENAR, 2006, pág.1).

relações sociais no campo. E, assim, embora “marcados para morrer”⁸, os movimentos populares do campo não feneceram.

Ainda durante o período dos governos militares, parte da Igreja Católica entrou em cena na defesa de agricultores perseguidos e dos agentes pastorais que conviviam com estes e que por atenderem aos chamados dessa gente, também eram perseguidos.

Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra – CPT, por Bispos, padres, freiras, frades, religiosos diversos e agentes pastorais, com o objetivo de dar apoio técnico, social e político aos camponeses pobres, como nos atesta um dos seus fundadores:

“O objetivo não foi a fundação de um movimento de trabalhadores rurais cristãos, mas sim o apoio decidido aos camponeses. A Igreja, fiel ao Concílio Vaticano II e à inspiração de Medellín, fizera a opção preferencial pelos pobres, respeitando neles a condição de sujeitos, autores e destinatários de sua própria história. Surgiu, com esse apoio, o novo serviço eclesial, a partir da fé na palavra de Deus, incluindo a dimensão técnica, social e política, em atendimento aos clamores daqueles pobres da terra” (Dom Tomás Balduino – Bispo emérito de Goiás). (BALDUINO, 2006, pág. 1).

A oposição interna ao regime militar sempre manteve uma centelha acesa. Nos anos de chumbo muitas vozes se levantaram e, ainda que tantos tenham tombado, aos poucos o clamor de setores organizados (UNE, Igreja, Imprensa alternativa, organizações sindicais, etc.) encontrava eco e ganhava força na sociedade brasileira. Dentro desse contexto político-social de crescentes manifestações populares pelo fim da ditadura e de surgimento do novo sindicalismo urbano que preconizava a democracia participativa (Oliveira, 2007), surgiu o MST.

I.2 – O MST no Brasil

No início da década de 1980, após quase cinco anos de lutas pela terra no Sul do Brasil, os trabalhadores rurais sem terra tinham cada vez mais claro que os governos federal e estaduais não

⁸ Parodiando o título do filme-documentário “Cabra marcado para morrer” (1984), direção de Eduardo Coutinho, que conta a saga das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, durante a ditadura militar, na figura de uma das suas grandes lideranças, o camponês João Pedro Teixeira.

tinham interesse em realizar uma reforma agrária que viesse mexer com a estrutura fundiária dos latifúndios, visto que, até então, todos os assentamentos conquistados, desde a Fazenda Macali, em Ronda Alta – RS, em 1979, tinha sido obra da luta dos próprios trabalhadores sem terra que tiveram que ocupá-los e resistir a todas as tentativas de desmobilização vindas com atos de violência física, jurídica e pelo cansaço dos trâmites burocráticos do Estado.

Por sua vez, a CPT vinha promovendo Encontros onde se discutiam o modelo de desenvolvimento econômico para o campo e os problemas dos trabalhadores sem terra. Num desses Encontros, ocorrido no Centro de Formação da Diocese de Goiânia – GO, em setembro de 1982, com a participação de representantes dos sem terra do Sul e de entidades de classe e religiosas de outras regiões do Brasil, foi defendido a necessidade dos trabalhadores rurais sem terra se organizarem num movimento nacional. Ao final, foi redigido um documento intitulado *A Carta de Goiânia*⁹, cuja síntese é a que segue:

“A Carta de Goiânia

Aos companheiros sem terra do Brasil

Nós, trabalhadores sem terra, [...] queremos [...] fazer um convite a todos para que entrem na luta pela conquista e defesa da terra e dos direitos que nos são negados.

[...] Toda luta é difícil, porque ela exige muito esforço e uma dedicação comprometida. Lamentamos e protestamos pela perda de muitos companheiros [...], que foram assassinados, vítimas da ganância dos grandes. Apesar disso, muitas vitórias já houve por todo o país com os movimentos. [...] Não nos esqueçamos, ainda, de que as lutas e o próprio movimento nos ajudam a tomar consciência da realidade e a descobrir quem são nossos inimigos.

Verificamos que em todas as regiões do país existem conflitos de terra, e o pior de tudo isso é a maneira como se resolve esses problemas. Lamentamos outra vez dizer que esses problemas são resolvidos com repressão policial e que a corda quebra sempre do lado mais fraco.

Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para os interesses das grandes empresas e dos latifundiários. Se não nos organizarmos em nossos sindicatos e associações de classe, em nossas regiões, nos estados e em nível nacional, [...] para confrontar

⁹ MORISSAWA, 2001, P. 137

essa realidade que hoje escraviza os fracos, [...] nunca iremos nos libertar dessa vida de explorados e de verdadeira escravidão.

Vivemos num mundo sem finalidade humana [...] fabricado por todo um sistema injusto implantado em nosso país. A terra nas mãos de poucos, os salários baixos, as leis que favorecem os poderosos, o poder e a riqueza nas mãos dessa minoria revelam claramente esse fato que [...] é uma verdadeira violência contra o homem e a natureza. [...] Este mundo, [...] é o grande gerador de todo tipo de mal que infesta nossa sociedade, como a criminalidade, a fome, o roubo, o menor abandonado, a prostituição, a miséria e outros tipos de violência.

Alertamos, ainda, todos os companheiros da importância de uma participação consciente nas decisões políticas, porque os problemas citados são frutos das injustiças e da falta de participação. [...]

Goiânia, 26 de setembro de 1982".

O teor da Carta de Goiânia já indicava a natureza do movimento que ali nascia. Este Movimento identificava o sistema sócio-político-econômico que causava a miséria no campo e violentava seus direitos mais elementares como sendo o mesmo que gerava a infelicidade de milhões de famílias de trabalhadores urbanos. E, assim, conclamava a todos para se organizarem em sindicatos e associações de classe locais, regionais e nacionais, visto que este sistema que estava instaurado era possível, em grande medida, pela falta de contraposição de movimentos sociais organizados, onde a participação consciente de todos seria fundamental para uma virada de posição. O documento não alimentava ilusões de vitórias fáceis. Deixava claro que as lutas futuras seriam tão difíceis quão foram as até ali travadas, mas confiava que as lutas e o próprio movimento em construção lhes dariam a consciência e lhes mostrariam os desafios e as ferramentas mais adequadas para ultrapassá-los.

O primeiro Encontro Nacional dos trabalhadores rurais sem terra aconteceu em Cascavel – Paraná, em 1984. Este Encontro foi o ponto de partida para se pensar em um Movimento orgânico com posição e objetivos políticos definidos. Nele a ocupação para produzir e viver foi reafirmada como uma ferramenta legítima dos necessitados da terra. Desse Encontro, que oficializou o MST

como uma organização nacional, participaram representantes de importantes movimentos sociais rurais, urbanos e indigenistas, tais como, ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), CUT (Central Única dos Trabalhadores), Pastoral Operária, Cimi (Comissão Indigenista Missionária), entre outras.

No ano seguinte, o MST realizou o seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba – Paraná. Já aí havia conseguido colocar na pauta de compromissos nacionais, junto com outros movimentos e partidos políticos em campanha pelas “Diretas Já”, a questão da Reforma Agrária. E, mesmo tendo sido eleito indiretamente (sem o voto popular) por um colégio eleitoral, o Presidente José Sarney assumiu que realizaria uma Reforma Agrária até o final de seu mandato, tendo aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como eixo principal a imediata aplicação do Estatuto da Terra (de Castelo Branco) e o assentamento de 1,4 milhões de famílias. As boas intenções anunciadas por José Sarney foram eclipsadas por outros interesses e, ao fim, quase nada se concretizou nesse sentido.

As ações do MST trouxeram à tona a luta de classes existente no campo, que se manifestou mais explicitamente com o surgimento da UDR (União Democrática Ruralista) – organização dos grandes proprietários de terra, que tinha como estratégia manter um braço no parlamento com vistas a retroagir as leis agrárias na Assembléia Nacional Constituinte a ser concluída em 1988, bem como barganhar politicamente junto aos Governos Estaduais e Federal, assim como manter um outro braço paramilitar, com suas milícias privadas para responder à bala as ocupações de terra realizadas pelos movimentos sociais do campo, fosse esta terra destinada à especulação fundiária, grilada, improdutiva ou não.

De outra parte, as Igrejas Católica e Luterana (particularmente, nas alas mais progressistas), nesse clima de acirramento de conflitos agrários, mantiveram seus apoios decididos aos pobres do campo e realizaram campanhas nacionais para dar conhecimento a toda sociedade dos problemas causados pela injusta estrutura agrária prevalecente e, assim, pressionar o Congresso e o Governo

Federal a dar mais atenção a esta questão. Na Campanha da Fraternidade de 1986, a CNBB adotou o tema "*Fraternidade e terra*", cujo lema foi "*Terra de Deus, terra de irmãos*".

Nos anos que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988 os ataques ao MST recrudesceram. Sejam no campo ideológico, com especial participação da grande mídia empresarial que buscava criminalizar suas ações, sejam pela violência privada e oficial, com assassinatos, despejos e prisões arbitrários, além da ofensiva política contra o Movimento, adotados pelos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.

No período Collor a estratégia adotada pelo MST foi dar uma dimensão nacional ao Movimento, organizando-se em todos os Estados da federação, aprimorando a organização interna e continuando com as ocupações para, na prática, forçar a Reforma Agrária. O lema de seu II Congresso, realizado em Brasília, em 1990, foi "*ocupar, resistir, produzir*".

Já na era Fernando Henrique, o Movimento tendo consciência de que a Reforma Agrária tem um alcance bem maior do que o meio rural e envolve outros elementos que também dizem respeito à grande maioria da população brasileira, como desemprego, preços da cesta básica, desabastecimento de alimentos, violência urbana, e inchamento das grandes cidades, entre outros, adota o mote "*Reforma Agrária, uma luta de todos*", no seu III Congresso Nacional, que mais uma vez teve lugar em Brasília - DF, em 1995.

Enfim, chega ao governo central, Lula, o ex-operário que tantas vezes o MST e outros movimentos sociais rurais e urbanos se empenharam para tê-lo Presidente do Brasil, prometendo fazer a reforma agrária com uma "canetada".

Como veremos adiante, o Governo Lula, em grande medida, frustrou a esperança de uma Reforma Agrária para os "de baixo", como fora defendida pelo Partido dos Trabalhadores e por Lula, nas campanhas eleitorais anteriores.

Tendo em vista a persistência, no Governo Lula, de uma estrutura fundiária concentradora e de políticas agrícolas voltadas mais para atender ao modelo exportador do agronegócio, embora a

repressão oficial Federal aos movimentos sociais no campo tenha arrefecido, o MST emite sinais de que não acredita que a democracia no campo, o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável sejam possíveis sem a eliminação do latifúndio. Por isso, tem como atuais as palavras de ordem “*Por um Brasil sem latifúndio*”, do IV Congresso Nacional, realizado em Brasília, no mês de agosto de 2000.

Em junho de 2007, sob o lema “*Reforma Agrária por Justiça Social e Soberania Popular*”, aconteceu o V Congresso do MST, em Brasília e, entre outras coisas, buscou formas de integrar toda a sociedade brasileira numa discussão sobre a injusta distribuição da riqueza nacional que é produzida por muitos e apropriada por poucos, relacionando esse tema com a luta do MST pela terra para os que nela produzem para viver e não como meio de produção para enriquecer. A dimensão da soberania popular incluída no lema desse Congresso é um chamamento aos setores marginalizados na sociedade brasileira para, juntos, participarem do destino da nação, até então decididos por uma parcela reduzida de homens e mulheres que detêm o controle político e econômico do país, na cidade e no campo. É a chamada para a conclusão da transição de um Brasil-colônia a um Brasil-Nação.

Um Congresso do MST não é uma instância onde o movimento renova ou reafirma suas direções nos estados e nacionalmente, mas um fórum voltado ao debate, à formação política e à integração das bases e direções militantes. As eleições de dirigentes estaduais e da direção nacional acontecem a cada dois anos, nos encontros nacionais. O próximo Encontro Nacional está marcado para ser realizado no 1º semestre de 2008.

I.3 - O MST e os Governos: das relações amargas às relações confusas.

A leitura que o MST faz da sua relação com os governos parte do pressuposto de que o Movimento não é governo nem é o Estado. Porém, como movimento social organizado, tem o direito e a obrigação de exigir políticas públicas e transformações sociais que garantam não somente

os direitos básicos já assegurados constitucionalmente, embora negados à maioria do povo brasileiro, mas também, novos direitos que vão além dos direitos políticos formais, ampliando-se aos direitos econômicos e sociais. Para tanto, o MST não precisa, necessariamente, entrar nas estruturas dos governos, nem do Estado. Nessa linha, como explica Jaime Amorim, existe uma resolução do Movimento que proíbe seus dirigentes de participar das disputas eleitorais, na condição de candidato, por qualquer legenda partidária, diz ele:

“Nós sempre entendemos que não somos governo e nem somos Estado. Tanto é que tiramos uma posição política de que nenhum dirigente deve ser candidato. Nem a deputado, nem a prefeito, nem a vereador, nem a nada. Se bem que, se lá nas bases tem alguém que queira se candidatar, nós não vamos proibir. É uma posição pessoal dele, e podemos até avaliar se devemos apoiar ou não. Mas nós, os principais dirigentes do Movimento, não nos candidatamos a nada, justamente para evitar esse vínculo com o Estado.

Qual o nosso comportamento? Negociar em cima de uma pauta de negociação. Quando o pessoal diz aí que o Movimento não sobreviveria sem as políticas públicas. Aí sim, são políticas públicas, e o Estado tem que assumir. Nós temos que buscar políticas públicas pra dentro dos acampamentos e assentamentos e colocá-las a serviço dos acampados e assentados. Por exemplo, na área de Educação, a gente tem uma posição de que 100% dos acampamentos e assentamentos têm que ser alfabetizados. Bom, nós não podemos fazer curso de alfabetização voluntário. Precisa ter professor, coordenação pedagógica e recursos. São políticas públicas, e aí o Estado é quem financia, através do PRONERA e do Brasil Alfabetizado.

Os cursos em parceria com as universidades: pedagogia, magistério, geografia, técnicas agrícolas e um monte de cursos que fizemos aí, também são políticas públicas e o Estado é quem financia, e nós lutamos por essas políticas públicas. Nos cursos técnicos, da mesma forma. Temos convênios com o INCRA pra formar técnicos agrícolas e veterinários. Mas, sem entrar na estrutura do Estado. A gente sabe separar o que é Movimento e o que é Estado, mesmo quando tem um companheiro que se identifica com a nossa causa do outro lado do balcão. Ele é Estado e nós Movimento. Vamos negociar”.

Para o MST, os gestores públicos podem ser classificados em três grupos. No primeiro grupo está o conjunto de representantes do Estado que defendem abertamente a ordem política econômica e social nos moldes capitalista neoliberal, e que, diante das ações diretas dos movimentos sociais para pressionar a realização de uma reforma agrária ampla que questiona a

estrutura fundiária atual e exige modificações nas políticas públicas para o campo que hoje priorizam o modelo agrário-exportador, reagem com artimanhas e artifícios burocráticos, assim como, fazendo uso de todo o aparato repressivo (jurídico e policial-militar) de que dispõem para impedir qualquer mudança que confronte esse ordenamento na sua essência. No segundo grupo estão os que reconhecem o fosso social existente no meio rural e em toda a sociedade e, portanto, admitem algumas mudanças que geralmente se traduzem em políticas sociais compensatórias, e vêem nos movimentos sociais os vetores para a implementação dessas políticas e para abrandar as tensões sociais. Buscam ser cordatos com estes movimentos e tê-los como aliados protelando ao máximo qualquer tipo de confronto, mas que, no geral, são recém convertidos ao neoliberalismo e, como os do primeiro grupo, para o campo defendem e priorizam o modo de produção e apropriação segundo o modelo agrário-exportador, sendo a estes preferencialmente direcionadas suas políticas agropecuárias e os maiores incentivos. No terceiro grupo estão os que têm a compreensão de que o cerne das desigualdades sociais são estruturais e não se resolverão graves problemas com pequenos ajustes. Assim, ainda que este seja um grupo reduzido de pessoas, na condição de gestores públicos assumem posições que fortalecem os movimentos sociais e abrem caminhos para transformações estruturais ulteriores.

Acerca dessa classificação, assim pronunciou-se Edilson Barbosa:

“Existem três tipos de gestores públicos: existem aqueles que são dolosamente contra a Reforma Agrária e faz de tudo e usa de todos os meios pra não avançar o processo, como era o caso do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos e Mendonça Filho. A maioria dos gestores públicos tem essa posição de ser contra. Existem os que não assumem a Reforma Agrária como meta de governo e continuam inaugurando usina e liberando dinheiro pra usineiro e pro agronegócio, mas que também não entram o processo, não reprime as ocupações, e senta conosco e diz que é simpático à nossa causa e até ajuda nas negociações, como é o caso do atual governador Eduardo Campos. E existem os que claramente demonstram ter compromisso com a Reforma Agrária e nos apóiam. São muito poucos: alguns diretores e superintendentes do INCRA, do IBAMA, prefeitos e até juízes, mesmo no Governo de Fernando Henrique, que foi um dos mais repressores”.

De acordo com os dirigentes do MST-PE¹⁰, o Movimento sempre precisou usar alguma forma de pressão para que os governos coloquem em pauta a questão da Reforma Agrária. Para eles, sem a mobilização dos sem-terra, a reforma agrária era letra morta nos programas governamentais para o meio rural. As formas de pressionar são várias. Vão desde acampamentos em beira de estrada e marchas pedagógicas para chamar à atenção da opinião pública aos problemas dos pobres do campo e à necessidade da reforma agrária, às ações concretas de ocupação do latifúndio pra mostrar, na prática, a concentração de terras no poder de poucos que usam a terra para enriquecer, em detrimento de milhões de necessitados que precisam da terra pra dela tirar seu sustento, para produzir e viver dos frutos que a terra dá.

Ainda conforme estes dirigentes, no governo Fernando Henrique Cardoso o MST precisou radicalizar mais ainda, tendo em vista a posição deliberada desse governo de querer isolar o Movimento e desmantelá-lo, ao mesmo tempo em que dava apoio e desenvolvia políticas agropecuárias em benefício do latifúndio exportador. As ocupações das sedes regionais do INCRA, por exemplo, foi, segundo o MST, uma forma de pressão contra os entraves burocráticos deliberados pelo MDA e pelo INCRA, tais como: demorar a realizar as vistorias das terras reivindicadas; retardar a consolidação dos assentamentos, após conclusão favorável dos pareceres técnicos; segurar a liberação dos recursos destinados aos assentamentos da reforma agrária já regularizados. Ou seja, como reações ao desrespeito e ao desprezo com que eram tratados os acampados, na tentativa de desmobilizá-los pelo cansaço e enfraquecer o Movimento. O coordenador do Setor de produção do MST-PE, Edilson Barbosa, lembra que para a justiça impetrar um mandato de reintegração de posse e a polícia fazer um despejo de uma área ocupada pelos sem-terra, não demorava 48 horas, mas para o INCRA regularizar um assentamento, a espera chegava a ser de anos.

¹⁰ Esta é a posição tanto dos dirigentes principais do MST-PE (que também são da direção nacional) – Jaime Amorim, Misselene Silva e Edilson Barbosa, quanto dos dirigentes intermediários (regionais) – Márcio Gomes e Marcilom Nunes.

Segundo os dirigentes do MST, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) foi um verdadeiro algoz para o Movimento, pois, reiterando o que já foi dito, se aliou às elites agrárias e ao agronegócio, e usou de todos os instrumentos ao seu alcance para trucidar o Movimento. Apelou ao judiciário para incriminar seus dirigentes; contou com a grande mídia para desqualificar sua luta¹¹; recorreu à repressão policial-militar, com o apoio de governos estaduais aliados, para conter as ocupações e outras formas de lutas legítimas de pressão à realização da reforma agrária, inclusive, com o desfecho de massacres de sem-terras como os de Corumbiara (RO), em 1995, com 10 mortos, e Eldorado dos Carajás (PA), em 1996, com 19 mortos; mudou regras para desapropriar áreas sob litígio¹² e substituiu o programa de financiamento de créditos para os assentamentos da reforma agrária. Sobre esta mudança no programa de crédito o coordenador do setor de produção do MST-PE, Edilson Barbosa, comentou:

“O Governo Fernando Henrique veio com a idéia do “novo mundo rural” de Raul Jungmann e acabou com o PROCERA, um programa de crédito da Reforma Agrária que havia – que tinha poucos recursos, mas previa subsídios, previa financiamentos individuais e coletivos, previa seguro para caso houvesse frustração da produção com anistia ou rebate no pagamento do financiamento – e criou o Pronaf, que a gente chama “a sopa de letrinhas”, pois tem Pronaf A, Pronaf B, Pronaf C,... que vai aumentando o limite do crédito de acordo com a “competência” do agricultor na produção. É uma casca de banana. Você começa com um crédito mínimo, que mal dá pra comprar as sementes. Se o ano é bom de inverno e você produz bem, vai poder pagar esse empréstimo, com um amortecimento, e passar pro Pronaf B e assim por diante. Mas, se por qualquer motivo: falta de chuvas, pragas, etc. você não produzir bem, você é um “incompetente” e vai terminar no programa Bolsa-família ou na cesta básica, como indigente”.

¹¹ “O professor de Antropologia Social da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Moacir Palmeira chamou a atenção, em artigo publicado em 2003, para o fato de que a maior parte da imprensa tratava as ocupações de terras como violentas e os assentamentos como favelas rurais, formados inclusive por agitadores urbanos, forasteiros sem vocação agrícola. De fato, grande parte dos assentamentos carecia de infra-estrutura mínima, o que podia resultar em verdadeiras favelas rurais. Isso evidenciava o frágil compromisso governamental com uma reforma agrária efetiva. Mas a imagem do assentado forasteiro urbano parecia ser falsa: Palmeira citou uma pesquisa realizada em 2000 e 2001 em 92 assentamentos estabelecidos entre 1995 e 1997 em 39 municípios de nove Estados (PA, CE, PB, PE, AL, BA, GO, MG, SC). O levantamento apontou que quase 70% dos assentados nasceram no próprio município ou em municípios vizinhos ao local do assentamento e que 57% viviam em áreas rurais antes de ganharem um lote. Entre os que eram oriundos de áreas urbanas, só 8% viviam do trabalho urbano e 1% era constituído de desempregados; 94% dos assentados tinham experiência anterior no trabalho agrícola” (Retrato do BRASIL, 2007. pág. 92).

¹² Uma das atitudes do governo Fernando Henrique Cardoso nesse sentido foi a edição da Medida Provisória nº. 2.027, de dezembro de 2001, que impedia a vistoria e desapropriação por dois anos das terras que tivessem sido ocupadas por militantes pela reforma agrária (Idem, Ibidem).

Enfim, para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra o governo Fernando Henrique Cardoso representou um retrocesso à reforma agrária sob a ótica dos trabalhadores rurais sem terra e também à democracia, pois tratou as lutas sociais no campo como caso de polícia e o MST como um bando de delinqüentes e não como um movimento social rural legítimo, além de defender uma reforma agrária de mercado que ao invés da desconcentração da terra democratizando seu acesso a milhões e a conseqüente distribuição da renda pelo aumento de produtores individuais e, principalmente, aumentando a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno, privilegiava o agronegócio exportador que tem como base as grandes extensões de áreas rurais para o cultivo de monoculturas, uso de sementes geneticamente modificadas e outras inovações tecnológicas que, sobretudo, gera dependência e concentração da renda¹³.

Vemos que as relações do MST com o governo Fernando Henrique Cardoso foram um tanto amargas. De um lado o governo tinha uma clara posição contrária à realização de uma reforma agrária nos moldes pretendidos pelos movimentos sociais rurais, pois classificava esse modelo como extemporâneo e contrário ao desenvolvimento do país e que para esse fim desenvolvimentista o agronegócio se prestava melhor¹⁴. As metas sobre os números de famílias a serem assentadas era

¹³ “Essas transformações deram-se sob o marco da chamada “modernização conservadora”, adotada a partir de meados dos anos 1960, e que na agricultura se deu através do “modelo prussiano”; como classificam os estudiosos. Esse modelo, ao contrário do modelo francês que uniu a burguesia aos camponeses durante a Revolução Francesa, aliou os capitalistas aos grandes proprietários de terra na Alemanha. Assim, em vez de distribuir a terra dos latifúndios entre os pequenos agricultores, como no caso francês, o modelo prussiano foi marcado pela transição da grande propriedade improdutiva para a condição de grande empresa capitalista rural produtiva. Esse modelo mantém a estrutura fundiária concentrada, sem a incorporação da pequena e da média propriedade no processo” (Retrato do BRASIL, 2007. PÁG. 93).

¹⁴ “O ex-presidente do INCRA e estudioso da questão agrária, Xico Graziano, defendia a idéia de que o Brasil não precisava da Reforma Agrária para se desenvolver: “O latifúndio continuou grande, mas abandonou o atraso, transformando-se em empresa capitalista”, escreveu ele em artigo divulgado pela imprensa. “Nem adianta querer realizar, agora, a reforma agrária que não vingou no passado. Trata-se de uma idéia fora do lugar”, dizia Graziano. Ele advogava uma nova lei agrária que retomasse “o espírito da pioneira Lei de Terras, de 1850. O Estatuto da Terra era uma lei punitiva. A nova lei agrária, que virá, deve valorizar quem produz, eliminando as incertezas sobre o domínio da propriedade rural”. A Lei de Terras foi editada em 1850, antes da Abolição da escravatura, para garantir aos latifundiários um excedente de mão-de-obra barata, visto que proibia ex-escravos receber lotes de terras públicas. O acesso a terras públicas somente era possível pela compra, e o único direito reconhecido era o de compra e venda das terras, além das heranças devidamente registradas em cartórios ou paróquias. Segundo o sociólogo José de Souza Martins, com o fim da escravidão foi preciso criar esse “cativeiro da terra” para formar uma força de trabalho não-proprietária para a grande lavoura, institucionalizando-se um novo direito fundiário “que faz da terra equivalente de mercadoria e instrumento de desigualdade social” (Retrato do BRASIL, 2007, pág. 94).

mais uma resposta do governo às pressões feitas pelos movimentos sociais rurais e à opinião pública¹⁵ diante dos conflitos no campo.

Do outro lado o MST e entidades aliadas, muitas organizadas no Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, tais como Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, CPT (Comissão Pastoral da Terra), ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), FASE (Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional), Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e outras, contestam esse modelo de desenvolvimento e modernização da agricultura que, referenciado no aumento da produtividade e na geração de divisas para o país sem a distribuição de terras, provoca o êxodo rural e o empobrecimento de milhões no meio rural, e advogam que o desenvolvimento passa por uma reforma agrária que além de democratizadora do acesso fundiário (possibilitando milhões de famílias trabalhar, produzir, consumir, gerar renda e melhorar as condições de vida) viesse acompanhada de obras de infra-estrutura, políticas públicas de crédito, de educação e moradia para os assentados, e contemplasse cuidados com o meio ambiente, pois mesmo que esta proposta desencadeie um processo de crescimento econômico mais lento, assegura a milhões de pessoas um padrão de vida mais digno, mesmo modesto, gera menos dependência¹⁶ e é mais estável.

No tocante as campanhas para responsabilizar o MST como o principal culpado pelos conflitos agrários e pela violência observada nas disputas fundiárias, o presidente da Associação

¹⁵ Pesquisa do instituto Datafolha no ano 2000 indicou que 67% dos paulistanos apoiavam a reforma agrária.

¹⁶ Para o pesquisador holandês Jan D. Van der Ploeg, a modernização da agricultura na proposta dos modos de produção capitalista e empresarial são mais dependentes frente ao mercado de insumos do que a agricultura familiar, o que os torna mais vulneráveis às crises econômicas e aos "apertos" na agricultura e na pecuária. Crises que têm justificado os subsídios à agricultura, as reservas de mercado e outras formas de proteção que os governos do chamado primeiro mundo dão aos produtores rurais de seus países no intuito de evitar o colapso das unidades empresariais altamente integradas, devido a fatores econômicos previsíveis e aos quais o mercado está vulnerável (aumento nas taxas de juros, queda de preços, elevação dos custos de produção, etc.). Pesquisas têm revelado ainda que no modo de produção camponês "o crescimento ocorre na forma de uma intensificação: com os recursos disponíveis, uma produção maior é realizada (colheitas são maiores), enquanto no longo prazo mais recursos podem ser criados no interior – ou obtidos com os resultados – do processo de trabalho" (Ploeg, 2006, p.33). Assim, sob as mesmas condições, a agricultura camponesa produz mais, agrega mais valor e gera mais empregos produtivos. [Ver PLOEG, J. D. Van der. *O modo de produção camponês revisitado*. In: A Diversidade da Agricultura Familiar / Org. Sergio Schneider. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006].

Brasileira da Reforma Agrária – ABRA¹⁷, Plínio de Arruda Sampaio¹⁸, pronunciou-se na CPMI da Terra¹⁹ em defesa da descriminalização dos movimentos sociais no campo como segue:

“Alguns órgãos representativos dos grandes proprietários e alguns veículos da mídia insistem em atribuir a responsabilidade das ocupações de terras, e a violência que muitas vezes acompanha essas ocupações, às organizações camponesas e, em especial, ao MST. Devo dizer aos senhores que considero que essa acusação, além de descabida e sem fundamento, revela uma enorme miopia. Os que fazem essa acusação não conseguem ver que o MST civiliza o conflito agrário, na medida em que dá uma esperança para uma massa rural que não vê saída para o seu problema. Na medida em que disciplina essa massa rural, faz com que o trabalhador rural tenha um comportamento segundo regras. Ele impede a anomia de se instalar no meio rural. Essa é a função do MST; ele é um civilizador.

A grande responsável pela violência rural é a elite dominante brasileira. Aplica-se a ela, como uma luva, a crítica de Rui Barbosa aos que, na década de 20, se opunham à reforma de Constituição de 1891: se o populacho está agitado, não se pode reformular a Constituição, por que não se pode ceder a imposições; se o populacho está tranqüilo, por que alterar a Constituição? Parodiando o grande Rui, poderíamos dizer que o comportamento da elite dirigente em relação ao problema agrário é o seguinte: se a massa rural ocupa terras, não se pode fazer reforma agrária, e sim criminalizar as organizações que as promovem; se a massa rural não ocupa terras, pra que fazer a reforma agrária? A elite colombiana pensava da mesma maneira até que se viu obrigada a chamar tropas estrangeiras para lutar contra a guerrilha rural”.

Com a chegada de Lula na presidência do Brasil, o MST esperava que o governo assumisse uma postura mais afirmativa em defesa da reforma agrária e desse outra orientação à política macroeconômica do país; que fosse mais crítico às pesquisas com transgênicos e à liberação das sementes geneticamente modificadas para o consumo e o plantio; que priorizasse a agricultura familiar como geradora de mais postos de trabalho no campo, distribuidora de renda, produtora de

¹⁷ “A ABRA é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1967 e efetivamente instalada em 1969. Ganhou grande destaque nos duros tempos da Ditadura Militar, dedicando-se à causa da Reforma Agrária. O seu principal fundador foi José Gomes da Silva, grande especialista na matéria, e um dos principais autores intelectuais do Estatuto da Terra, tendo sido ainda, secretário de Agricultura no Governo Franco Montoro, em São Paulo, e presidente do INCRA, no governo Sarney, a convite de Tancredo Neves”. [Extrato da apresentação da ABRA. Fonte: www.reformaagraria.org].

¹⁸ Plínio de Arruda Sampaio foi deputado federal constituinte, e elaborou com sua equipe, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, colaborando com o governo Lula.

¹⁹ Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006. págs. 136-138.

mais alimentos saudáveis para a população; e, entre outras coisas, promovesse reformas políticas e sociais que, mais que paliativos, pavimentassem o caminho para a realização de um projeto democrático-popular para o Brasil. Assim, mesmo sabendo de antemão que não se tratava da ascensão de um governo revolucionário dos trabalhadores, o MST apostava bem mais no governo Lula.

O Partido dos Trabalhadores – PT, desde a sua fundação, tinha no seu Programa, Plano de Ação e discurso, a defesa de uma Reforma Agrária sob o ponto de vista dos trabalhadores:

“O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Esta estrutura é pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantêm as terras improdutivas e que servem à especulação imobiliária. Combaterá também a expropriação das terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no subsolo, segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado – as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras da faixa de fronteira – que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas para o PT não basta a simples distribuição da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária, postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação de todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isso, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora” (Programa do Partido dos Trabalhadores, em 1981).

“O PT apoia e apoiará sempre a luta pela Reforma Agrária, pelo direito a terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores, com a eliminação dos atravessadores ou intermediários. É por isso que estamos sendo processados na Amazônia. Mas os processos não nos assustam. Assustam-nos as milhares de famílias sem o pequeno pedaço de chão de onde extrair os frutos necessários à vida.

Assustam-nos os grileiros, os jagunços e os capangas que são o braço armado, acima da lei, dos que juntam terra como mero capital a ser valorizado pelo tempo e pela economia inflacionária que pesa sobre nós.

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é sem dúvida o mais grave em nossa conjuntura. É ele que provoca os ciclos migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, os gastos com a importação de produtos que, em princípio, são típicos do nosso solo. Como os lavradores, estamos cansados de esperar uma solução e já não acreditamos em Estatutos que não saem do papel. Só nos resta apoiar a luta de quem vive da terra, fortalecer o sindicalismo rural, criar condições para maior entrosamento entre cidade e campo. O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma Reforma Agrária por suas próprias mãos. Como Partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um Partido dos Trabalhadores da cidade e do campo. E é dessa união que germinam as sementes de nossa proposta partidária.

Decorrentes da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma Reforma Agrária, afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego – fruto amargo da falida política econômica adotada pelo regime vigente. A economia atual rege-se pelas flutuações do mercado e não pelas necessidades da nação. Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado. Mas não podemos esperar a mudança do sistema enquanto os desempregados engrossam o contingente de marginais, de prostitutas, de párias sociais. Temos que lutar agressivamente por mais empregos, pela estabilidade no emprego, pelo salário-desemprego, pelo salário mínimo real unificado. É um pequeno mas importante passo nessa luta será dado no próximo dia 1º de outubro, Dia Nacional de Luta, quando iremos às ruas manifestar o nosso descontentamento e as nossas reivindicações mais urgentes (TODO APOIO À LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA – Discurso oficial partidário, proferido na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores – PT, em 27 de setembro de 1981).

Também em todas as campanhas eleitorais para a presidência da República, até Lula ser eleito, este tema sempre esteve presente como ponto programático de Governo. Antes de ser eleito, Lula chegou a dizer que faria a Reforma Agrária com uma “canetada” (supostamente por Decreto) e ainda, no discurso de posse de seu primeiro mandato, apresentou a Reforma Agrária como um dos

pilares de sustentação de seu Governo, chegou mesmo a encomendar, em 2003, um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio – presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), que ao largo e ao fim do seu primeiro mandato não saiu do papel.

Ainda em 2003 o PNRA foi engavetado e o governo Lula limitou-se praticamente a assentar uma demanda reprimida (processos iniciados e não concluídos) do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. Mesmo em número de assentamentos oficializados, os números são piores do que antes²⁰. As semelhanças com a política agrária do governo Fernando Henrique não pararam por aí. O primeiro sinal significativo de que o governo Lula daria uma guinada diametralmente oposta no seu programa de reforma agrária foi a indicação de Roberto Rodrigues – homem forte do agronegócio nacional – para o Ministério da Agricultura (poderíamos dizer que a manutenção das linhas macroeconômicas do governo recém-terminado do presidente Fernando Henrique e de um *staff* de confiança do capital financeiro internacional no comando do Banco Central do Brasil também sinalizavam mudanças de posição de Lula para outras áreas).

Para abandonar o plano de Reforma Agrária sem provocar a revolta dos movimentos sociais rurais, especialmente do MST, muitos acham que o governo Lula chantageou a confiança dos movimentos sociais e de milhões que acreditaram nele²¹. A tática adotada pelo governo foi a de cooptação passiva dos movimentos sociais, enquanto ganhava a confiança das elites agrárias e econômicas.

²⁰ Nos oito anos dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, os assentamentos atingiram a marca oficial de 72 mil famílias por ano. Nos dois primeiros anos do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva caiu para 59 mil famílias assentadas ao ano. Mas, mesmo se a aceleração do governo Fernando Henrique fosse mantida, seriam necessários ainda 85 anos para contemplar as cerca de 6 milhões de famílias que, estimava-se, poderiam ser beneficiadas com a reforma agrária, segundo a Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, apresentado em 2003 (Retrato do BRASIL, 2007).

²¹ “Acho que naquele momento até a direita aceitava que uma coisa nova fosse feita, já que perdeu a eleição. Foi uma enorme covardia política” (Guilherme Delgado, professor do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). “O Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo suspendeu, em 2003, uma campanha pelo limite do tamanho da propriedade rural, a pedido do candidato a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para não provocar constrangimentos eleitorais à elite rural e urbana. Ao se submeter a tal pedido, rebaixou a política da reforma agrária e apostou na identidade ideológica do candidato. Assim, colocou em risco a confiança das bases. Agora, busca recuperar o campo perdido” (Edélcio Vigna – assessor para políticas de Reforma Agrária e Soberania Alimentar do INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, in: *Movimentos pró-reforma agrária repensam relação com governo federal*. ABRA, 16-jul-2007. Fonte: www.reformaagraria.org.br).

Para tanto, assumiu uma postura menos agressiva frente às ocupações, inclusive, abrandando a repressão jurídico-policial-militar de iniciativa governamental; abriu as portas dos gabinetes e disponibilizou assessoria técnica para ensinar aos militantes das organizações como elaborar projetos para acessar recursos públicos e até assumir cargos no último escalão do governo federal. “Com este ilusório fortalecimento, as organizações foram perdendo o poder de ação e reação” (VIGNA, 2007, pág.3). Enquanto isso, as metas para a reforma agrária não se realizavam, os números de assentamentos e os financiamentos públicos para a produção e infra-estrutura só eram agilizados nas áreas de grande risco de conflito agrário, a discussão sobre o índice de produtividade da terra²² michou, os transgênicos foram liberados, e a Medida Provisória nº. 2.027, de dezembro de 2001, sancionada pelo presidente Fernando Henrique, que impedia a vistoria e desapropriação por dois anos das terras que tivessem sido ocupadas por militantes pela reforma agrária, continuou em vigor. E quando o governo era pressionado pelos movimentos sociais para cumprir os compromissos históricos do PT e de Lula, inclusive os de campanha, “sempre havia uma desculpa de Estado. A esta desculpa se associava uma chantagem: o governo sempre se mostrava ameaçado pelas elites, sempre sua governabilidade estava em jogo; sempre havia uma conspiração pronta para ser desencadeada” (VIGNA, 2007). Antes mesmo de terminar o primeiro mandato, Lula e seu governo já tinham uma posição definida sobre qual política agrária e agrícola priorizar. Conseguiu uma certa confiança das elites agrárias e econômicas de que priorizaria o agronegócio exportador como gerador de divisas para equilibrar o balanço de pagamentos do Brasil, e que manteria a política macroeconômica intocável.

²² “O INCRA manteve os indicadores de produtividade (GUT e GEE) que são usados como referência no processo desapropriatório, com base em dados de 1970, sem ter agregado os efeitos dos avanços tecnológicos sobre a produtividade ocorridos desde então. Segundo a constituição de 1988, passaram a contar como critérios para se comprovar a função social da terra o “aproveitamento racional e adequado da terra”, a “preservação ambiental” e o “bem-estar nas relações de trabalho”.

A lei que regulamentou essa matéria constitucional, aprovada em 1993, tratou apenas do “aproveitamento racional e adequado” da propriedade, estabelecidos por indicadores específicos: GUT (Grau de Utilização da Terra) – utilização de 80% ou mais da área aproveitável – e GEE (Grau de Exploração Econômica). Deixou, portanto, de definir os indicadores ambientais e trabalhistas” (Retrato do BRASIL. 2007, pág. 91).

Já na campanha presidencial para o segundo mandato o tema reforma agrária sumiu da agenda do candidato Lula e dos debates televisivos. Confiante nos resultados das políticas compensatórias do *fome zero*, *bolsa-família*,... junto às populações miseráveis (maioria numérica) aferidas em pesquisas de opinião pública e seguro de que os movimentos sociais preteririam o candidato e principal adversário eleitoral, Geraldo Alckmin, pelas suas posições sócio-político-econômicas mais retrógradas que as suas, Lula abandonou o programa de reforma agrária e aprofundou a conformação da política agropecuária e da macroeconomia em curso, tendo no agronegócio (com atenção especial aos agrocombustíveis²³) e na mineração para exportação (setores primários da economia) suas pontas-de-lança para gerar superávit nas contas do Brasil.

O MST, assim como outros movimentos sociais, se deu conta dessa opção preferencial do governo Lula pelos ricos produtores de cana, soja e celulose, em detrimento de uma reforma agrária para os pobres que fosse mais do que assentar famílias pra resolver conflitos agrários, como disse Edilson Barbosa, integrante do MST-PE:

“O governo Lula abandonou de vez a possibilidade de fazer a Reforma Agrária e está fazendo praticamente o mesmo que Fernando Henrique fazia. O que o governo faz é resolver conflito agrário e apoiar o agronegócio. Se há um conflito mais sério, o governo chega lá e procura resolver o conflito, mas não porque

²³ O economista Guilherme Costa Delgado, consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, e que participou do grupo que em 2003 elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para o governo Lula, em entrevista ao jornal Brasil de Fato nº. 269 (abril de 2008), avalia os impactos econômicos, ambientais e sociais ligados à produção de álcool combustível, uma das atuais bandeiras internacionais do governo Lula e que tem no próprio Presidente seu maior defensor público. Disse Guilherme Delgado: “De 2001 para cá, o Brasil expandiu a produção de cana, que já ocupa 7 milhões de hectares dos 62 milhões de área cultivada, segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2007.

Com essa expansão dos últimos sete anos, que vai continuar, a produção de cana cria no seu entorno um enorme vazio do ponto de vista democrático. É uma plantação contínua, baixo emprego, plana. As relações de trabalho são de super-exploração da mão-de-obra. Tem o maior índice de morbidade nos auxílios-doenças concedidos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), aumentou de 4 mil, em 2000, para cerca de 18 mil, em 2006; uma proporção de 400%, um salto extraordinário, mesmo em comparação a setores mais perigosos de trabalho, atividades insalubres. A cana é um verdadeiro morticínio para o trabalhador, a pessoa tem que se ausentar porque não consegue cumprir as metas de produção.

No entorno da plantação de cana você tem uma renda da exportação, mas o processo distributivo para a área agrícola, para a usina, as cadeias industriais que abastecem é mínimo. Muito menor, por exemplo, do que na produção de vinhos, no Chile. Ambos os agronegócios são pautados pelo mercado externo, mas o vinho tem de ser pequena propriedade. Não se produz uva com base na *plantation*. O nosso modelo de *commodities* – cana, soja, celulose – é o pior do ponto de vista distributivo. É anti-social, e anti ambiental, cria um deserto verde em torno da *plantation*, substitui a produção de alimentos e setores de trabalho mais intensivos, concentra propriedade e renda sem desenvolver a cadeia produtiva”.

está querendo fazer a Reforma Agrária. No discurso de posse do primeiro governo Lula, ele disse que um dos pilares do seu governo seria a Reforma Agrária. Eu acho que esse pilar caiu. No lançamento do Plano Safra o governo faz um discurso e, se orgulhando, diz que liberou nove bilhões pra a agricultura familiar e quarenta e nove bilhões pro agronegócio. Ou seja, pra uma minoria de ricos libera mais de cinco vezes o que liberou pra grande maioria de pobres. A declaração de que os usineiros são os heróis da nação e de que o álcool é quem vai puxar o desenvolvimento do Brasil, mostra de que lado ele está. Que o etanol, os agrocombustíveis, geram muito recursos pro país, geram. Mas, pra onde vão esses recursos, com quem fica? Pelo menos, na Zona da Mata, a miséria continua grande dentro dos canaviais”.

O segundo governo de Lula começou sem Ministro do Desenvolvimento Agrário e sem nomeação da superintendência do INCRA, numa clara alusão de que “a reforma agrária não era parte do modelo de desenvolvimento do governo “esquerdo-liberal”. Os formadores de opinião do governo passaram a declarar que a reforma agrária não era mais necessária. Que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não têm sentido na estrutura do Estado. Que esses órgãos anacrônicos são perfeitamente dispensáveis” (VIGNA, 2007, pág.2). Foi necessário os movimentos sociais pressionarem o Congresso Nacional e a Presidência da República, e os funcionários do INCRA entrarem em greve (que durou até o mês de maio) para superar esse impasse.

O “desinteresse” governamental pelo tema reforma agrária não parou por aí. Um dos carro-chefe do segundo governo Lula – o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – sequer se refere a uma reforma agrária camponesa como um dos vetores do desenvolvimento social nacional. Nesse sentido, para fazer avançar o PAC econômico, o presidente Lula tem deixado seus antigos companheiros de luta literalmente à beira da estrada. Diríamos que as relações do MST com o governo Lula têm sido no mínimo confusas. Com um discurso camaleão²⁴ o governo Lula tem implementado o receituário neoliberal sem grandes atropelos. A decepção evolui para a insatisfação, que é crescente, e os movimentos pró-reforma agrária, MST incluso, já repensam suas

²⁴ Assim como o Camaleão assume a cor da folhagem da árvore onde está, o Presidente Lula faz o discurso de acordo com a situação e o público que o escuta.

relações com o governo federal e discutem formas alternativas de lutas com vistas a mobilizar as classes subalternizadas para avançar na construção de outro projeto de sociedade.

As inclinações do PT em conformar-se como um partido da ordem já eram observadas antes mesmo da chegada de Lula à presidência da República, com o rebaixamento do programa partidário aos interesses eleitorais, com a formação de núcleos de micro poder em torno dos detentores de mandatos no parlamento e nas administrações dos municípios e Estados, nas filiações em massa e sem critérios com vistas à formação de maiorias artificiais para se “vencer” as Convenções e Encontros partidários, com as intervenções da Direção Nacional nos diretórios estaduais, a exemplo do Rio de Janeiro, onde vencera na Convenção Estadual uma coalizão de correntes internas à esquerda e houve intervenção nacional em favor de Benedita da Silva. Com a conquista do governo central, afirmaram-se ainda mais tais tendências transformistas.

“Com a chegada de Lula ao governo federal, inclinações que estavam presentes há vários anos é que, para muitos, já eram determinantes na trajetória do PT – inclinações ao oportunismo, à burocratização, ao pragmatismo, à corrupção – tornaram-se irreversíveis. A elas, soma-se a adesão doutrinária a um neoliberalismo radical. Pela palavra de suas principais lideranças e pela sua prática, o PT já não esconde sua condição de partido tradicional, integrado política e moralmente à ordem em vigor. Ele continuará a existir no espectro da política institucional, cada vez mais divorciada do país real, mas não mais poderá ser o eixo de gravitação de uma esquerda digna deste nome” (GEBRIM, 2005, pág. 5).

*

CAPÍTULO II – O DESENHO ORGANIZATIVO DO MST: Experienciando a Democracia

Pela sua história, vimos que o MST é um Movimento forjado na luta, isto é, não nasceu pronto e acabado a partir de uma elaboração prévia, como resultado de algum Congresso de trabalhadores rurais ou de um Encontro Nacional de um dos partidos políticos pré-existent, embora, entre os seus fundadores, muitos já tivessem militância ativa em movimentos políticos diversos.

Na luta nasceu, na luta se organizou e se organiza num aprendizado permanente com seus erros e acertos, dificuldades e vitórias, buscando avançar com a Reforma Agrária e na proposição e construção de outro padrão de relações sociais no campo e em toda a sociedade brasileira.

“A estratégia nacional é a mesma: fazer a Reforma Agrária, fazer a luta pelo socialismo, combater o latifúndio, ser contra a política econômica neoliberal. Mas as táticas de luta mudam de acordo com a região do país, de Estado pra Estado, e de acordo com a situação” (Edilson Barbosa – Coordenador Estadual de produção do MST-PE).

II.1 – Organização na Base

A organização e a formação política do Movimento começam antes mesmo das ocupações, nos trabalhos de base²⁵ de convencimento e convocação das pessoas para lutar pela terra. Os contingentes de homens e mulheres mobilizados geralmente estão desempregados e sem meios de subsistência, vivendo em vilas e cidades do interior, nas periferias dos grandes centros urbanos (a maioria com experiência anterior em trabalhos na agricultura, muitos ex-camponeses que deixaram

²⁵ “Isso a gente chama no Movimento de trabalho de base, que é um trabalho de resgatar as famílias que foram desprezadas pelo modelo capitalista, na periferia das cidades. Na sua maioria, elas têm origem no campo. São netos e filhos de camponeses. Então, nós vamos às periferias das cidades e vilarejos, onde encontramos milhares de pessoas que foram expulsas do campo pelo modo de produção capitalista e que não encontraram na cidade condições de vida digna. Aí, nós convidamos esse pessoal a entrarem no Movimento e a lutarem pela terra, voltando às suas origens para viverem dignamente, como trabalhadores rurais. Em menor quantidade, também tem os que são filhos de camponeses de prole numerosa e que tem um pequeno pedaço de terra de onde não dá mais pra tirar o sustento de todo mundo. Mas esses casos são raros” (Marcelom Nunes, MST-PE, Santa Maria da Boa Vista – Sertão).

o campo por falta de uma política agrícola que garantisse sua permanência no meio rural²⁶), e de trabalhadores rurais sem terra e sem emprego fixo, que vendem sua força de trabalho em fazendas, nas plantações de cana-de-açúcar ou em empresas agropecuárias²⁷. Em sua maioria, essa gente não tem qualquer experiência de luta coletiva anterior nem formação política suficiente para questionar os motivos de sua miséria.

Assim, desde o primeiro contato, o MST busca relacionar as demandas imediatas dessas pessoas por melhores condições de vida a partir da terra para produzir alimentos, na saúde, na educação dos filhos, na moradia, etc., com a luta política que é preciso ser travada para se alcançar esses objetivos.

Para se avançar na organização estrutural e no crescimento do Movimento é preciso que os mobilizados acreditem na força da sua Organização e isto não acontece por geração espontânea, mas se constrói a partir de ganhos políticos e materiais concretos que, em maior ou menor grau, respondam às necessidades dos mobilizados, motivando-os a permanecer na luta. Nesse sentido, cada vitória, ainda que pequena deve ser celebrada. Estas atividades são conhecidas no MST como *mística*. São celebrações preparadas por dirigentes com vistas a motivar todos e dar sentido à vontade de triunfar rumo à Reforma Agrária e à transformação da sociedade.

²⁶ Existe, contudo, um percentual pequeno de pessoas mobilizadas que não têm nenhuma experiência anterior com atividades agrícolas ou pecuárias e que vêm para a luta pela terra mais por falta de oportunidades no meio urbano. As arregimentações pouco criteriosas nesse aspecto, tem sido alvo de críticas de estudiosos do assunto. “Vale, também, questionar critérios duvidosos utilizados no processo de adesão ao Movimento – Em virtude de uma necessidade de caráter estatístico, como meio de “atestar” o crescimento e a força do Movimento, não raro, pode ocorrer um afrouxamento nos critérios que devem orientar o processo de adesão dos novos membros. É certo que, às vezes, em razão das próprias condições de marginalização a que vivem submetidas as camadas populares urbanas, parte-se para uma relativização desses critérios, favorecendo uma seleção sumária dos novos membros. Dadas as diferenças de perfil dos novos membros – boa parte dos quais sem qualquer familiaridade com a questão rural, além dos valores contraditórios incorporados no dia-a-dia das periferias urbanas, marcadas de profundas ambigüidades -, com o passar do tempo, vai-se revelando um complicado desafio nas relações com a maioria dos componentes de perfil distinto, sob vários aspectos” (CALADO, 2008, Pág. 24). Com vistas a “mostrar trabalho”, alguns coordenadores são pouco criteriosos, também, com relação as áreas ocupadas. Existem terras ocupadas pelo MST, no semi-árido nordestino, que são inviáveis à agricultura e que, num exame mais atento, jamais teriam sido objeto de ocupação para Reforma Agrária.

²⁷ “Normalmente são famílias, casais com faixa etária entre 20 e trinta e poucos anos. Poucos têm idade acima de 40 anos. São, portanto, pessoas com perspectiva de vida ainda grande para trabalhar na terra. A escolaridade é variável. 1º e 2º Grau e, também, cerca de 20% de analfabetos. Mas, hoje, a gente tem a honra de dizer que, nos assentamentos, praticamente está erradicado o analfabetismo e que essa alfabetização deu-se nos assentamentos” (Marcelom Nunes – articulador político do MST-PE, na regional de Santa Maria da Boa Vista, Semi-árido).

Outro fator importante nesse sentido é a proximidade que as lideranças do Movimento precisam ter com as *massas*²⁸ para sentir as aspirações dos acampamentos e assentamentos, formular táticas de organização corretas e aumentar a confiança mútua entre dirigentes e base.

“A massa é fonte inesgotável de tudo o que se necessita para a organização. Depende apenas da capacidade e da criatividade dos dirigentes²⁹” (Setor Nacional de Formação – Cartilha, 2005. Pág. 130).

São muitos os desafios. E como “*o processo de libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores*”, estes precisam estar organizados não somente para as conquistas de superação das necessidades imediatas, mas conscientemente mobilizados, visando alcançar mudanças mais gerais que garantam estas conquistas e novas superações.

“Isso significa que a democracia não se limita a garantir direitos, mas tem como característica principal a criação de direitos novos, postos pelas condições históricas e pelas lutas sócio-políticas” (CHAUI, 2004. Pág. 2).

II.2 – Núcleos, Brigadas, Setores e Direção

Em sua caminhada histórica, desde o início até agora, após milhares de reuniões e assembléias em assentamentos e acampamentos, centenas de encontros nas instâncias internas, dezenas de encontros estaduais, e cinco congressos nacionais, o MST tem debatido suas práticas, princípios, formulações teóricas e estratégias, bem como as críticas e contribuições externas. E daí percebeu-se com grandes avanços organizativos e também com debilidades que foram ou estão por ser ainda corrigidas nos planos locais, nos Estados e nacionalmente. Exemplificando: no que tange a formas de produção e participação política nos assentamentos, as grandes agrovilas com lotes individuais, têm se mostrado incompatível com a organização política coletiva, se não “*houver investimentos em agroindústrias, onde o trabalho na totalidade seja coletivo e necessite de concentração de mão-de-obra*” (Cartilha do Setor Nacional de Formação, 2005). Isto,

²⁸ *Massa*, para o MST, é o conjunto de pessoas de uma determinada “categoria ou classe” que está dispersa ou organizada em torno de uma proposta e que pode desenvolver atividades diversas. (Cartilha do Setor Nacional de Formação do MST, 2005, pág. 127).

²⁹ *Capacidade* de decifrar suas necessidades e *criatividade* para unificar a dispersão e a particularidade das carências em interesses comuns.

evidentemente, não significa que o sistema de cooperativas seja, por si, um fracasso. Existem inúmeros exemplos, dentro e fora do MST, onde o trabalho coletivo cooperado deu certo. Pelo que pudemos ver em certos assentamentos visitados, os conhecimentos técnicos em administração, finanças e comércio por parte dos membros do Setor de produção mostrava-se insuficiente para tal empreitada – administrar uma cooperativa de produção e comercialização agropecuária – gerando certa desconfiança nessa modalidade de trabalho coletivo.

Todavia, se por um lado o trabalho coletivo com “estranhos” para a produção no dia a dia é visto com restrição pelos assentados, pelo receio de que alguns possam explorar os demais, por outro lado, em família, este tipo de trabalho é bastante comum, visto ser uma prática trazida de experiências anteriores ao engajamento no Movimento e, portanto, bem aceito.

“O que tem funcionado melhor, em relação ao trabalho coletivo, são algumas iniciativas de pessoas da mesma família (irmãos, tios, primos) que organizam alguma atividade em comum, como uma horta ou ajuda em trabalhos nos roçados” (DONAT, 2006. Pág. 85).

Para superar tal contradição, a metodologia do educador Paulo Freire defende que se devam buscar os elementos da libertação do oprimido nas condições objetivas da sua própria existência³⁰. Aqui, a engenharia desenvolvida pelo MST foi trabalhar positivamente algo que se apresentava como negativo: o modelo do núcleo familiar.

“Percebemos que a única forma de termos de fato uma direção coletiva é se as famílias assentadas e acampadas estiverem organizadas em núcleos e possam discutir os problemas enviando suas sugestões para a direção” (Setor Nacional de Formação – Cartilha, 2005. Pág. 82).

³⁰ “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis [...] a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade, busca a imersão das consciências, de que resulte sua *inserção crítica* na realidade. [...] A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo desligado dos homens. A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações como mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa” (FREIRE, 2007, pág. 79-81).

Instituiu-se a organização na base por grupos de famílias, o que facilitou o desenvolvimento de formas coletivas de produção e participação política nos acampamentos e assentamentos³¹.

O MST valorizou e buscou a democracia participativa através de uma estrutura organizacional helicoidal ascendente e descendente (em círculos que vão de baixo até em cima e de cima a baixo, como um furacão de base larga), por entender que somente com o envolvimento participativo de todos os engajados no Movimento é que seus objetivos estratégicos serão alcançados³², dando-se uma importante contribuição à construção de uma sociedade mais democrática no Brasil.

“Dentro do movimento de massa deve-se nuclear os militantes para que as discussões e decisões sejam tomadas de forma coletiva e participativa. Os militantes também participam da direção na medida em que participam das discussões. [...] se algo deve ser feito visando a transformação da sociedade, só acontecerá se a massa estiver organizada, participando ativamente do processo de libertação. Esta é uma tarefa que ninguém poderá fazer pela massa. Ela deve ser parte integrante dessa história” (Cartilha do Setor Nacional de Formação, 2005. Pág. 125 e 127).

As unidades básicas na atual estrutura organizacional do MST são os *Núcleos de Famílias*, que devem existir em todos os acampamentos e assentamentos. Cada núcleo é formado por dez famílias ou um pouco menos, a depender do número total de famílias acampadas ou assentadas.

Uma maneira concreta de provocar a participação de todos, levando em conta inclusive a questão de gênero, é a orientação de que a coordenação de cada núcleo de família seja composta por um homem e uma mulher, como bem observou Edilson Barbosa:

“Quando a direção nacional orientou e instituiu as direções com um homem e uma mulher, houve uma reação inicial, né. Nossa herança cultural machista ainda é muito forte. Diziam que tinham que cuidar dos meninos, cuidar da casa, de não ter tempo,... se inventava todas as desculpas pras mulheres não participar das

³¹ “Nos assentamentos a produção pode ser individual ou coletiva. Essa discussão é feita nos núcleos de família” (Edilson Barbosa – Coordenador de produção do MST-PE).

³² “Quanto mais gente envolvida nas instâncias, mais gente com capacidade política pra lutar, questionar e pra resistir às investidas contra o Movimento” (Edilson Barbosa).

direções. E a análise que o MST fez é que sem as mulheres a luta fica pela metade, e as instâncias sem as mulheres também perdiam qualidade. Nós já tínhamos músicas que falavam da mulher, desde o início, a bandeira do MST tem um homem e uma mulher, né. Mas hoje, já não se pensa mais assim. Hoje temos companheiras nas coordenações regionais, na direção Estadual e em todas as instâncias. E isso tem dado uma qualidade a nossa luta muito significativa”.

Além da coordenação, cada núcleo de família escolhe um membro para secretariar e mais dois responsáveis pelas finanças. A multiplicação de dirigentes na base significa multiplicação de debates, mais estudos e maior participação da massa, com a conseqüente e gradativa qualificação político-organizativa de cada sem terra. Assim, na vivência prática e teórica, a militância passa a se referenciar em novos valores que apontam para a sociedade almejada. Há uma orientação para que cada núcleo realize pelo menos duas reuniões mensais de estudos, encaminhamentos práticos, e avaliação com retomada das atividades planejadas.

Quando um dirigente faz referência à luta pela Reforma Agrária, a militância sabe que o alcance dessa luta se referencia numa reforma mais ampla da sociedade e que abrange aspectos econômicos, políticos, sociais, filosóficos, pedagógicos, organizativos, éticos, etc.

Houve debates internos sobre qual a melhor forma de vinculação das direções com as bases³³, e que giraram em torno de se ter como referência áreas territoriais ou número de famílias para o Movimento se organizar na base e compor as direções estaduais. A vivência prática demonstrara que quando um dirigente representa uma área territorial ele se atém menos aos problemas das pessoas nos acampamentos e assentamentos e prioriza as questões mais gerais, com repercussão nos métodos de trabalho do dirigente, que consumia boa parte do seu tempo com o cansativo e nem sempre eficiente trabalho de percorrer em visita, as bases de todo o território sob sua direção. A opção encontrada foi a nucleação em grupos de dez famílias que, por sua vez, compõem as *Brigadas*, cujos tamanhos variam de duzentas a quinhentas famílias, sendo que para

³³ O primeiro *mutirão de debates* do MST foi realizado em 2002, e envolveu todos os acampamentos e assentamentos nas discussões sobre questões organizativas. (Cartilha do Setor de Formação, 2005, pág. 81).

cada grupo de cinquenta famílias é escolhido um dirigente que, com um dirigente estadual e mais um dirigente por cada Setor, formam o comando político coletivo da brigada, cuja função é a de organizar e coordenar tais brigadas. O dirigente estadual da brigada é designado pela direção estadual do Movimento para coordenar os acampamentos e assentamentos integrantes da mesma brigada³⁴. Cada brigada também tem uma secretaria: estrutura física com telefone, internet, cozinha, sala de reuniões, etc. que serve como ponto de apoio para o MST e aliados, e local de referência para as relações institucionais.

Dentro dessa estrutura organizacional têm-se ainda os *Setores*³⁵ (produção, formação, educação, comunicação, frente de massas, gênero, saúde, direitos humanos, etc.). Cada Setor tem um representante estadual por brigada e mais um representante para cada cinco núcleos de famílias (cinquenta famílias).

“Tomemos como exemplo o setor de produção. Se o estado tiver 20 brigadas de 500 famílias, terá 20 coordenadores estaduais do setor e cada brigada terá 10 militantes (1 por 50). Logo, somando os 10 de cada brigada teremos duzentos representantes. O coordenador estadual reunirá os 20 em nível estadual e subdividirá os 200 em reuniões regionais, como também pode convocar um encontro estadual do setor” (Setor Nacional de Formação – Cartilha, 2005. Pág. 95 e 96).

Assim, quando o Setor de Produção debate agricultura familiar e orgânica, está formando uma consciência econômica e ecológica nos núcleos e na Brigada; da mesma forma, quando o Setor de Formação realiza palestras relacionando as questões locais com a conjuntura política-socioeconômica nacional e internacional, está desenvolvendo uma consciência política nos participantes; e, assim, sucessivamente, nos setores de Educação, Saúde, Gênero, e demais. Portanto, criam-se canais diretos entre os setores, a direção estadual e os núcleos, de modo que tanto o que se discute

³⁴ Cada Brigada tem um articulador regional (coordenador), que também é membro da direção Estadual. Quatro Brigadas formam uma Regional.

³⁵ A quantidade de setores vai depender do tamanho e das necessidades da Brigada.

nos núcleos chega à direção estadual, quanto, no sentido inverso, as campanhas estaduais e nacionais a serem encampadas chegam aos núcleos e setores.

II. 3 – Outras instâncias estaduais

Numa configuração mínima, na **Direção Estadual** têm-se três representantes que também são da direção nacional, um representante de cada Brigada e mais um coordenador de cada Setor.

“Assim, se no Estado tiver 20 brigadas e 7 setores, com mais os 3 representantes nacionais, teremos uma direção estadual de 30 representantes” (Setor Nacional de Formação – Cartilha, 2005. Pág. 95).

Compete à direção estadual organizar e dirigir politicamente o MST em todas as regiões do Estado, articulando as brigadas, os setores e as secretarias, para uma atuação sintonizada frente aos desafios postos em todas as áreas.

A composição da **Coordenação Estadual** do Movimento pode variar de Estado para Estado. Nalguns têm composição mais reduzida, mesmo assim, bem representativa, chegando a ter 370 membros numa formação composta pela direção estadual, pelos dirigentes políticos das brigadas e um representante por setor. Noutros, com representação mais ampla, incluem-se também os coordenadores dos núcleos, representantes das escolas de formação, das secretarias das brigadas, das equipes de trabalho, e da secretaria estadual, chegando a ter 3.770 membros.

Os **Encontros Estaduais** realizam-se uma vez por ano e nele participam desde os coordenadores dos núcleos às coordenações estaduais. É um grande momento de avaliação organizativa e política do Movimento em todos os níveis e em todo o Estado. É um fórum de estudos, debates, decisões e encaminhamentos práticos das mobilizações, ações e metas a serem alcançadas naquele ano por cada Setor, Brigada, Secretaria e subdivisões.

Sobre os processos de escolha e alternância nas direções do MST, assim resumiu Edilson Barbosa:

“Existe rodízio de dirigentes nas instâncias e entre as regiões pra evitar vícios, acomodação e outros resquícios.

A Direção Nacional é eleita nos Estados, nos Encontros Estaduais. Dois por Estado: um homem e uma mulher. E esses nomes são referendados no Encontro Nacional. Se houver objeção a algum desses nomes, o Encontro Nacional avalia e, existe uma norma interna que prevê o veto e a devolução ao Estado, para que seja feita a substituição. Embora até agora isto não tenha acontecido, a norma existe. No Encontro Estadual também são eleitas a Direção Estadual, as direções de brigadas (antigas microrregiões), as direções regionais, e as coordenações estaduais de cada Setor. Os mandatos das direções têm duração de dois anos, em qualquer instância, enquanto que os encontros se realizam a cada ano. Então, tem um Encontro Nacional que é eletivo e um Encontro Nacional que é só pra discussões políticas, tirar posições e fazer os encaminhamentos. Nos Estados é a mesma coisa” (Edilson Barboza – Coordenador Estadual de produção do MST-PE).

II.4 – Estruturação orgânica e democracia

**Ao dizer palavras que nunca tinha dito antes,
aprendi o que antes não sabia.**

José Saramago, in In Nomine Dei

Heráclito, filósofo grego pré-socrático, precursor da dialética, já dissera que tudo é movimento, e que nada pode permanecer estático. Sua “máxima”, “Panta rhei”, significa: “Tudo flui, nada persiste, nem permanece o mesmo”. Na luta cotidiana, ao longo dos anos, os dirigentes do MST conceberam, na prática, esta máxima de Heráclito. Ainda que os objetivos estratégicos do Movimento permaneçam os mesmos, seus antagonistas mudaram suas táticas, fortaleceram-se e as condições objetivas já não são mais as mesmas. Assim, a teoria da organização do MST precisou acompanhar estas transformações sob pena de não mais responder objetivamente aos novos desafios postos.

“O sectarismo e a auto-suficiência podem nos levar a um desvio irremediável que é o dogmatismo. Ou seja, podemos nos acostumar a fazer as coisas de um mesmo modo e acreditarmos que nada há para mudar. Desta

forma vamos nos moldando como verdadeiros burocratas que já não dirigimos, apenas administramos os problemas e os conflitos” (Cartilha do Setor Nacional de Formação, 2005, Pág. 5).

Multiplicar as direções na base, capacitando-as e delegando-lhes novas tarefas e responsabilidades, capilariza e oxigena internamente a democracia participativa, desafoga uma estrutura rígida e centralizadora, e dá vazão à criatividade do militante dirigente para tornar o Movimento mais eficiente na construção dos caminhos rumo aos seus objetivos estratégicos.

“O Movimento realiza cursos, debates, reuniões de capacitação e formação, e aí essas pessoas são identificadas quando revelam seu potencial e são preparadas para exercerem essas funções. Já diziam nossos antepassados que um quadro não se forma em pouco tempo. Então, é importante que cada quadro da Direção esteja sempre num processo de formação. E aí, os membros da Direção têm a função de discutir e propor, ao ver as pessoas que tenham princípios, que tenham ética, que tenham sentimento de pertencimento ao Movimento, para que possam ser coordenadores de alguma área dessas. A gente começa a discutir a partir da base. Cada assentamento avalia as pessoas que têm perfil e habilidade para conduzir a direção do assentamento. As direções dos assentamentos avaliam, discutem e propõem qual seriam as pessoas que teriam capacidade de dirigir aquela região. E, assim, sucessivamente, esses grupos têm a tarefa de discutir, avaliar e propor quem são as pessoas mais adequadas para as direções nos diversos níveis da organização. A direção do assentamento, a da brigada, a regional, a estadual e a nacional. É assim que é conduzido esse processo de escolha das direções desse Movimento que a gente construiu ao longo desses 23 anos. Vertical: de baixo pra cima e de cima pra baixo, e horizontal: ombro a ombro, lado a lado” (Marcilom Nunes – articulador político do MST-PE na regional de Santa Maria da Boa Vista, Semi-árido).

Observando a dialética dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais, as lideranças do MST procuram em cada momento histórico desenvolver um método mais adequado de intervenção sobre essa realidade para transformá-la com vistas aos seus propósitos, e que desses ajustes não se exclua a maneira de se organizar e estruturar-se internamente, como requisito fundamental à consecução prática de suas ações.

Em seus documentos internos, o MST ressalta o caráter ideológico de classe, na concepção marxista do termo, que deve orientar o Movimento sem, contudo, *dogmatizar formas organizativas, métodos e concepções ideológicas*.

“As formas organizativas geralmente são o resultado das concepções ideológicas que temos. Se as concepções são dogmáticas, as formas organizativas também serão e nem uma nem outra evoluirão” (Setor Nacional de Formação – Cartilha, 2005. Pág. 14).

A dinâmica orgânica de uma Organização diz muito sobre se ela é ou não democrática. O MST defende o *centralismo democrático* como princípio, onde todos podem apresentar seus pontos de vista e defendê-los, mas, uma vez tomada uma decisão, deve prevalecer a vontade da maioria, sem que as minorias tenham que abdicar de suas idéias nem renunciar a suas convicções ou funções na Organização, embora, “obedecendo e submetendo-se à vontade da maioria”. Submeter-se à vontade da maioria é uma disciplina que o militante incorpora, tanto mais consciência política ele tenha de que é parte de um Movimento e que é de fundamental importância estar unido na luta para que se logrem vitórias e avanços. Tal preceito é defendido mais como um ato de respeito para com a maioria do que uma submissão doutrinária. Existem casos em que a maioria pode estar equivocada e, no processo, durante a checagem dos resultados e conseqüências, avaliar-se que a posição minoritária estava correta e, daí, esta passar a ser a nova orientação a ser assumida e defendida por todos.

Como toda direção democrática deve funcionar conscientemente de forma coletiva, a capacitação técnica e a formação política permanente da militância é um requisito para incorporá-los em todos os planos e tomadas de decisões. Buscar melhorar seus conhecimentos, no sentido lato, e o auto-conhecimento, são condutas que devem ser estimuladas em cada sem terra e perseguidas por todo dirigente em qualquer nível e instância.

A capacidade de convencimento e mobilização de multidões para lutar pela terra revela uma forte identidade cultural e domínio da linguagem popular por parte da militância do MST, dando

novos significados às crenças e ao saber popular, bem como, sintonia entre direções e bases, com clareza das funções de cada um dentro da Organização. Para que um sem terra saia de uma posição de espera, quando entra no Movimento, para uma posição de protagonista, onde sinta que o projeto lhe pertence, é preciso despertar vontades, paixões e expectativas latentes ou adormecidas, e isto nem sempre acontece da noite para o dia. A coerência cotidiana da teoria com a prática, a clareza de objetivos, a solidariedade, o debate de idéias, a unidade nas lutas e o respeito à maioria, entre outros, são elementos que fortalecem a democracia participativa e a posição de classe do militante dentro do Movimento.

A unidade interna do MST, no entanto, não significa que no Movimento sempre existe uma posição única e consensualmente aceita por todos. A pluralidade ideológica existe em qualquer segmento social e não poderia ser diferente no MST. Normas organizativas, por si só, não superam as divergências e nem eliminam os sectarismos, podendo acirrá-los ou arrefecê-los. Nisso, ao se buscar uma formulação mais congruente dá-se uma sinalização positiva de que se está procurando corrigir debilidades e mostrando que se pode construir na diversidade uma unidade política determinada que, apesar dos limites, é suficiente para fazer o Movimento avançar coletivamente num sentido satisfatório para a grande maioria e em condições melhores do que se prevalecesse a divisão como regra. Esta unidade só persistirá se asseguradas a liberdade de expressão das diversas concepções ideológicas, sem excessos que degenere para uma autofagia do Movimento, e pelo esforço consciente e permanente na construção das ações políticas comuns. A solidificação de normas organizativas que garantam o respeito e estimulem a unidade é mais eficiente quando todos sentem que devem ceder, quando for necessário, ao propósito maior de realizar um objetivo comum.

Por vezes há descompassos entre a percepção de um dirigente e um núcleo de assentados sobre como organizar a produção ou sobre a condução política de determinadas ações. Para situações dessa natureza, os documentos internos sobre métodos de trabalho e organização orientam

os dirigentes a não desprezarem o saber e as crenças populares, mas, a partir delas, construir coletivamente novos conteúdos.

“Por isso nunca se deve:

- negociar pela massa;
- resolver pela massa;
- decidir pela massa;
- radicalizar pela massa”.

“Essas são formas de impedir o crescimento político-ideológico da Organização e querer transformar o líder em figura mais importante que as instâncias e a própria Organização” (Setor Nacional de Formação – Cartilha, 2005. Pág. 20).

Assim, quando um dirigente formular uma proposta e for questionado, ao invés de querer impor unilateralmente o seu ponto de vista, deve procurar convencer a todos, numa linguagem clara e compreensível, de que esta é a melhor maneira e o melhor momento de se enfrentar concretamente o problema posto. Caso contrário, os desdobramentos tenderão a ser desastrosos por falta de apropriação da proposta pela maioria. A autocrítica deve ser um exercício permanente, sobretudo, nos dirigentes.

Numa perspectiva para fora, em que sentido aponta este modelo de organização interna do MST? Partindo do pressuposto de que os objetivos estratégicos são determinantes à forma organizativa de um Movimento sócio-político e que

- “No caso específico do MST, temos os objetivos maiores da organização – Conquistar a Terra, a Reforma Agrária, e a Transformação da Sociedade, juntamente com outros setores e organizações políticas e de massa que atuam na sociedade” (Setor Nacional de Formação – Cartilha, 2005. Pág. 49).

Vemos que para elaborar a sua atual estratégia de organização interna numa perspectiva de transformação da realidade econômica, política e social do meio rural, extensiva à toda sociedade brasileira, num terreno adverso na correlação de forças, o MST precisou recuperar outras experiências de movimentos camponês e socialista do passado e, sobretudo, da sua própria experiência ao longo dos anos, com erros e acertos, reconsideradas e atualizadas pelo confronto crítico com os novos desafios, condições materiais, potencial humano e ações políticas, tornando-a

numa elaboração necessariamente criadora, visto que a busca de soluções concretas e eficientes que possibilitem o acúmulo de forças nas ações contra-hegemônicas em cada momento histórico precisam ser referenciadas nas lutas sociais e apropriadas de forma consciente por vastos segmentos sociais e indivíduos engajados na luta pela emancipação humana, com base num programa transformador e através de ações políticas. Na sociedade brasileira este nível de organização ainda é uma busca.

“Veja. Primeiro nós não desprezamos nenhum teórico histórico. As elaborações teóricas tomaram como referência experiências históricas já realizadas e nós não vamos querer aqui inventar a roda. Quem quer inventar a roda é porque despreza a história. O povo já fez revoluções e nós temos que aprender com elas. Agora, não dá pra querer pegar a Revolução Russa e querer trazer pra cá. Temos que entender que o momento histórico foi outro, o mundo do trabalho é outro, as condições são outras. Nós precisamos recuperar todos aqueles que escreveram e elaboraram sobre as suas experiências em diferentes épocas: Sun Tzu, Maquiavel, Mao Tse Tung, Trotsky,...! para formularmos a nossa teoria da organização com referência na nossa realidade. Tomamos o marxismo como teoria de análise. Temos que estar preparados para interpretar as contradições existentes na sociedade, com base nas condições objetivas e subjetivas, e propor uma saída. Temos que utilizar as ferramentas que a classe trabalhadora construiu e, felizmente, colocou à nossa disposição. No meio do povo, na vivência com o povo é onde vamos construir nossa alternativa. Todos os conhecimentos acumulados são bem-vindos, mas nós não temos dúvidas nenhuma de que o processo de mudança no Brasil será construído a partir de nossa própria experiência. Pode-se dizer que na atualidade existem experiências interessantes, como a revolução Bolivariana, na Venezuela. Mas, no Brasil é diferente, a realidade é outra, inclusive em cada região” (Jaime Amorim, membro da direção política do MST-PE e nacional).

Assim, tendo como referência o trabalho de base que o MST realiza, desde o chamamento e convencimento dos despossuídos à participação na luta pela conquista da terra, ao efetivo engajamento destes na condição de militantes do Movimento, no conjunto da sociedade os movimentos e lutadores sociais precisam buscar construir uma práxis orgânica mais estreita com as

massas e dessas experiências aprenderem e participarem da organização e direção dos diversos movimentos, desde as lutas por ganhos econômicos locais às pejejas políticas mais gerais.

“Nosso objetivo estratégico é a construção de uma sociedade socialista. A gente sabe que o Movimento não vai construir esta sociedade sozinho, com os pobres do campo. Este projeto precisa ser construído pelo conjunto da sociedade brasileira. Porém a gente tem muitos desafios até chegar ao ponto em que o povo brasileiro tenha essa concepção. E aí, o Movimento Sem Terra tem um papel na construção dessa possibilidade, com outros segmentos da sociedade. Temos reafirmado, pra sociedade, a nossa forma de organização, pois acreditamos que essa forma possibilita as pessoas construírem, como protagonistas, esse novo projeto de sociedade.

Temos encontrado pessoas que questionam e outros que apóiam essa nossa forma de organização e construção social. Tanto os apoios quanto os questionamentos têm nos ajudado nas nossas reflexões, porque isto não é uma fórmula pronta e acabada, mas um projeto em construção. Pode ser que amanhã a gente veja que esse jeito de se organizar com o nosso povo não serve para o projeto de sociedade que nós queremos. Se entendermos que essa estrutura organizacional não serve, não cabe dentro do projeto de sociedade socialista que nós queremos, que não ajuda a construir essa sociedade, então veremos outra forma de nos organizar com o povo. A história gira e nós estamos juntos” (Misselene Silva, Coordenadora do Setor de Formação do MST-PE e membro da direção nacional do Movimento).

Buscar relações respeitadas, fraternas e construtivas com outros movimentos sociopolíticos com base numa identidade ideológica, na coerência teórica, na prática orgânica mais intensa no dia a dia, na produção e reprodução visíveis de idéias emancipatórias de gênero, raça, condições econômicas, etc. são padrões que tendo a centralidade dos debates na política, propiciarão a elevação do nível de intervenção social pelo conjunto dos movimentos em escala nacional e o fortalecimento da unidade nas ações, com base em diretrizes democráticas e legitimamente decididas.

Para quebrar o isolamento que as elites procuram impor aos movimentos sociais politicamente ativos é preciso, primeiramente, manter as classes populares informadas e participantes das discussões políticas atuais, para que desenvolvam um censo crítico sobre as

decisões políticas oficiais e suas relações, sobretudo no que afetam as nossas vidas no cotidiano e em todos os níveis. É preciso que as *massas* conheçam as posições defendidas pelo MST e demais movimentos do campo democrático-popular, bem como as raízes dessas posturas. É muito difícil que em curto prazo esse modo de participação consiga uma adesão popular em larga escala, mas, certamente, a partir de um bom trabalho no campo político, novas e importantes conquistas humanas se somarão. Realizar tal propósito precisa ser uma das principais metas que presidirá as relações do MST e demais movimentos com a sociedade na busca das transformações sociais pretendidas.

Historicamente os movimentos sociais têm vivenciado um cotidiano de experiências de lutas coletivas ao mesmo tempo em que ocorrem processos de concentração de poder nas direções, mesmo em formas de organização que se propõem como democráticas.

No Brasil, as diferenças geográficas, históricas, e culturais se traduzem objetiva e subjetivamente na sociedade com implicações na formação social, política e econômica das populações rurais e urbanas, nas distintas regiões nacionais e nos Estados. Apesar dessas diferenças serem em muitos casos consideráveis, as experiências associativas das classes e grupos sociais (partidos, sindicatos, movimentos sociais,...), em todos os lugares seguiram quase que invariavelmente um mesmo modelo básico: o da centralização política nas direções, enquanto legítimos representantes das classes ou grupos sociais que incorporam, sem se abrir muito espaço aos sujeitos ativos das bases para debaterem as questões mais gerais da sociedade e menos ainda as específicas (gênero, etnias, raça,...) nem à participação ativa nas tomadas de decisões. E aí reside uma das grandes dificuldades (não a única) para a democracia participativa fluir em experiências associativas e na sociedade em geral. Esta dificuldade se revela ainda maior quando sabemos que este modelo de organização não é incorporado somente pelos detentores de mandatos ou cargos de direção, mas, fundamentalmente, pelas *massas*.

Esta situação não foi instituída por decreto, mas socialmente construída e, apesar das vozes dissonantes, nunca chegou a ser profundamente questionada, mesmo pelos movimentos ditos da esquerda e populares. Pelo contrário, muitos argumentam em favor dessa formatação e “atribuem à representação o dom de alterar a qualidade de uma relação sem que nada de fato seja mudado nela mesma. Isto não passa de uma reprodução cega do misticismo da representação na idealização burguesa da democracia: permanece o fato concreto de que o produtor direto tem que se submeter às ordens de um “superior”, pois que alienou sua capacidade de produção material e intelectual” (VILELA, 1998, pág. 15). Isto passa pela “forma e o conteúdo de como o poder foi consolidado na nossa sociedade. O poder foi dado para que apenas poucas figuras tivessem visibilidade, tanto no processo histórico de ascensão do capitalismo, como nos processos revolucionários de luta contra esse sistema³⁶”. Quando a concentração das decisões estão nas mãos de dirigentes despóticos que se encontram afastados das bases, tornam-se mais difíceis ainda a participação direta das *massas* nas decisões que dizem respeito às suas próprias atividades econômicas, políticas e sociais.

Vimos que no MST coexistem formas de organização política que vão desde o presidencialismo (nas cooperativas) às direções colegiadas (dos núcleos de base à direção nacional), bem como, modos de se organizar para a produção individuais e coletivos. Vimos também que existem hiatos entre as direções (em todos os níveis) e as bases, sobretudo com relação aos recém-chegados, que em sua maioria não têm qualquer experiência de luta coletiva anterior nem formação política suficiente para questionar os motivos das suas condições de vida miserável enquanto contradições de uma sociedade dividida em classes, comparados com os dirigentes do Movimento, que já têm um acúmulo prático e teórico considerável³⁷.

A construção de um projeto alternativo de sociedade é difícil e leva tempo, pois envolve um complexo conjunto de relações objetivas e subjetivas existentes na sociedade e, não menos, precisa vencer reações de toda ordem, não somente por parte dos que se sentem contemplados com seu

³⁶ Roberta Traspadini, em entrevista ao Jornal Brasil de Fato nº 262, de 6 a 12 de março de 2008.

³⁷ No capítulo V, veremos como este e outros dilemas são tratados no MST.

status quo na sociedade e rejeitam mudar de posição, quanto pelo senso comum dos que absorveram as desigualdades das suas condições de submissão que lhes foram introjetadas como “naturais”. Nos assentamentos do MST, por exemplo, podemos observar que na divisão de tarefas existem as que são próprias do mundo feminino e as que são peculiares aos homens. E essa divisão social do trabalho “já vem de casa”, há várias gerações, “naturalmente”. Assim, não é de se estranhar que a paridade de homens e mulheres nas posições de direção, tenha sido instituída pela direção nacional do Movimento, e provocado reações adversas no universo masculino, conforme nos relatou Edilson Barbosa, coordenador do setor de produção do MST-PE.

Esta separação entre *dirigentes* e *executantes* é antiga e foi reforçada pela chamada *ideologia da competência* (CHAUI, 2004) que ganhou força na organização industrial do trabalho de meados do século XX, capitaneada pela “*gerência científica*”, que estabeleceu uma divisão onde, de um lado estão os *competentes* portadores do saber científico e tecnológico e que, portanto, devem ter o poder de mando (dirigentes), e de outro lado, estão os considerados incompetentes (executantes) visto que não têm este saber tecno-científico e são ensinados a tão somente executar tarefas, “sem necessidade de conhecer as razões e as finalidades de sua ação”. O despotismo na direção da empresa é então difundido para toda a sociedade como ideologia, “segundo a qual, os que possuem determinados conhecimentos têm o direito natural de mandar e comandar os demais em todas as esferas da existência”, tornando, assim, impossível a construção de uma sociedade de homens e mulheres livres.

Assim sendo, para se construir uma “sociedade de novo tipo” subjaz a existência de uma nova consciência social transformadora e, portanto, faz-se necessário desconstituir a ideologia dominante na sociedade através da reeducação dos sujeitos sociais, quotidianamente.

“Educar para a liberdade é destruir a educação que tivemos na escola, na família, na vida. Nossa educação não é para a liberdade, é para a opressão. Temos que destruir para construir. E é difícil, não basta boa intenção, mas sim um projeto de classe que deseje realmente desfazer aquilo que foi feito contra ela”
(Roberta Traspadine, op. cit. Pág. 6).

Nessa perspectiva, isto é uma tarefa de muitos e, portanto, não cabe uma postura vanguardista de qualquer movimento social organizado querer enfrentar sozinho, por mais justas que sejam as suas intenções.

Iniciar esse processo é um grande e importante passo. A economista, educadora popular e integrante da Consulta Popular³⁸ no Espírito Santo, Roberta Traspadini, numa entrevista ao Jornal Brasil de Fato³⁹, chama a atenção para uma discussão já iniciada, mas ainda incipiente, que é a da “esquerda se abrir, se ouvir e, a partir daí, construir junto um processo de repensar o vivido para construir o novo”. Um refazer-se da esquerda, que veja os indivíduos no sentido amplo e não como instrumentos. Onde, sem desprezar as especificidades da luta de classes, discuta-se as questões objetivas do nosso cotidiano.

“Temos que construir para as novas gerações, e também para as que já estão inseridas no processo, um novo procedimento de encontro entre os sujeitos, impulsionando novas condições. [...] A figura dos líderes é central para nós, mas não pode ocultar aqueles que acompanharam a luta no seu processo, senão, de novo, hierarquizamos aquilo que deve ser horizontal” (Roberta Traspadine, *Ibidem*).



³⁸ Sobre a participação do MST no movimento Consulta Popular, trataremos no último subtítulo do capítulo IV.

³⁹ Jornal Brasil de Fato, op. cit., pág. 5.

CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA DO MST DE PERNAMBUCO: continuando a luta histórica camponesa contra o latifúndio

Na década de 1970, com a crise internacional do petróleo, os sucessivos governos militares do Brasil desenvolveram um programa alternativo de combustível automotivo denominado *Pró-Álcool*. A indústria de automóveis recebeu grandes e generosos incentivos do Governo Federal para desenvolver motores à combustão de álcool (etanol) e ao setor sucro-alcooleiro, mediante políticas fiscais e linhas de créditos muito especiais, foi disponibilizado vultosos recursos para modernizar seu parque industrial, mecanizar e usar novos insumos na produção.

Para ampliar as áreas de cultivo da cana-de-açúcar, somente em Pernambuco, mais de 30 mil⁴⁰ pequenos sítios de moradores⁴¹ de Engenho foram anexados pelos latifúndios, tendo esses moradores se refugiado nas periferias das cidades da zona da Mata e do Recife ou permanecido nos respectivos Engenhos como assalariados ou bóias-frias⁴². Agrava-se, assim, um quadro histórico de concentração de terra na Zona da Mata nordestina, com fortes impactos em Pernambuco.

Em Pernambuco, os movimentos sociais no campo marcaram a vida sócio-política e econômica do Estado ao longo da história. Lá nasceu Zumbi dos Palmares e a luta quilombola⁴³ dos escravos negros e de outros deserdados dos latifúndios coloniais e indígenas fugidios⁴⁴. Também foi

⁴⁰ (Relatório paralelo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da terra, 2006).

⁴¹ Trabalhadores residentes nos Engenhos, que recebiam um pedaço de terra para construir uma palhoça, cultivar produtos de subsistência, criar animais de pequeno porte e, em troca, realizar trabalho em regime de semi-escravidão para os Engenhos. Esta prática é também conhecida como “cambão”.

⁴² Trabalhadores temporários, sem salário fixo (recebem pelo que produzem individualmente) e sem garantias trabalhistas. Comem o que trazem de casa (a *bóia*) e que, por ter sido feita na noite anterior, já está *fria* na hora da “refeição”.

⁴³ No Brasil durante cerca de 400 anos a força de trabalho utilizada no campo foi escrava (oficialmente a escravidão negreira iniciou-se no Brasil-Colônia a partir de 1559 e terminou no Brasil-Império com a proclamação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888). Porém, existem relatos de que o tráfico dos povos da África começaram bem antes do que oficializado e que o trabalho escravo perdurou após a Abolição da escravatura. O trabalho forçado e o tráfico de pessoas permanecem existindo no Brasil atual e é chamado de escravidão moderna, em sua maioria ocorre no meio rural.

⁴⁴ Ainda no Brasil pré-colonial (1500-1530) muitos indígenas foram apreados (aprisionados) para o trabalho escravo no extrativismo do pau-brasil mas não se prestaram a este tipo de serviço. Na época criou-se um estigma de que os índios eram preguiçosos e não serviam para trabalhar. Somente em estudos antropológicos relativamente recentes é que revelou-se que os indígenas brasileiros não obedecem a hierarquias (um índio não se submete a outro, nem mesmo ao chefe da tribo, mas se cooperam na caça, na pesca e noutras atividades).

palco do surgimento das Ligas Camponesas, no Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, no meado dos anos 50 do século XX⁴⁵.

As Ligas surgiram inicialmente como associação civil mutualista (de ajuda mútua entre os seus membros) com o objetivo de arrecadar fundos para prover as necessidades mais elementares dos camponeses (compra de caixão, para um enterro digno). A combinação do espírito associativo com as injustiças sociais extremas propiciou um clima de fortalecimento do espírito de classe e de resistência contra os latifúndios. Com o apoio decidido de lideranças como Francisco Julião, advogado e deputado pelo PSB, sob o lema “*Reforma Agrária na Lei ou na marra*”, as Ligas se expandiram rapidamente não apenas por Pernambuco, mas também pela Paraíba, com o protagonismo de líderes como João Pedro Teixeira, Negro Fuba, Pedro Fazendeiro e outros, chegando até Goiás, inclusive.

Hoje, o MST em Pernambuco coloca-se como continuador dessas lutas históricas e de tantas outras lideranças que resistiram e lutaram bravamente contra as injustiças praticadas aos camponeses e ao povo pobre de seu tempo, como Gregório Bezerra, Dom Hélder Câmara, Josué de Castro e o Educador Paulo Freire.

A afirmação do MST em Pernambuco dá prosseguimento àquelas lutas, mas não como mera reprodução, e sim em novas e variadas formas, com algumas inovações e com algumas descontinuidades, mantendo o espírito de fidelidade de classe⁴⁶.

III.1 – A formação do MST em Pernambuco⁴⁷.

No 1º Congresso do MST, realizado em Curitiba – PR, em 1985, foram convidados a participar diversas entidades, organizações e forças políticas ligadas à questão da terra numa

⁴⁵ Ver BASTOS, 1984.

⁴⁶ Os canavieiros de Pernambuco, de longa tradição de lutas, foram os primeiros trabalhadores rurais a realizarem uma greve no campo durante o regime de exceção, em 1979, por melhores salários e condições de trabalho no corte da cana e nas Usinas sucro-alcooleiras.

⁴⁷ Foram de fundamental importância os relatos de Jaime Amorim, como um dos fundador-organizadores do MST em Pernambuco e participe dessa história até hoje, para que escrevêssemos estes parágrafos sobre como o Movimento dos Sem Terra chegou e se organizou no Estado de Pernambuco.

perspectiva camponesa, dos assalariados do campo e dos trabalhadores rurais sem terra do Brasil inteiro. A organização do Congresso tinha ciência de que os problemas no campo observados no Sul e que deram origem ao Movimento também eram comuns a outras regiões do país e que, portanto, esse debate deveria se estender e ganhar corpo organizativo, unificando lutas, Brasil afora. Lá estavam representações do sindicalismo rural, da CUT – Central Única dos Trabalhadores, de entidades ligadas às pastorais da Igreja Católica, tais como a CPT – Comissão Pastoral da Terra e o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, além de várias outras organizações correlacionadas.

De Pernambuco foi um ônibus com uma delegação majoritariamente vinculada à Secretaria Agrária do PT – Partido dos Trabalhadores, tendo à frente Manuel da Conceição⁴⁸ e Bruno Maranhão⁴⁹. Esta comitiva foi mais para observar e se inteirar sobre a natureza e propósitos desse movimento que estava surgindo, para daí avaliar o que havia de congruências e divergências entre eles e, por conseguinte, somarem-se ou construir outra proposta.

Voltando a Pernambuco, membros dessa comitiva organizaram uma ocupação e montaram um acampamento na Fazenda Caldeirão, no município de Pedra – agreste pernambucano, em nome do MST-PE. A executiva nacional⁵⁰ do MST deslocou dois emissários⁵¹ à Fazenda Caldeirão para conversar com os organizadores desse acampamento e saber se estes queriam organizar no Nordeste o MST que estava em construção no Centro-Sul. Verificou-se, então, que, apesar do nome, tratava-se de outra vertente, com bandeira, símbolos, regras, e jornal próprios⁵², vinculados a uma corrente interna do Partido dos Trabalhadores, o PCBR⁵³. Não seria dessa vez, que o MST se instalaria em Pernambuco.

⁴⁸ Manuel da Conceição – Camponês e histórico organizador de movimentos sociais rurais no Nordeste brasileiro, sobretudo nos Estados do Maranhão e Pernambuco.

⁴⁹ Bruno Maranhão – Nascido em tradicional família de usineiros de Pernambuco, assumiu a posição de classe dos trabalhadores rurais. É um dos fundadores do MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra.

⁵⁰ Usamos a palavra *nacional* aqui para demarcar uma posição, pois, embora o Movimento ainda não tivesse uma dimensão nacional, já estava organizado nos estados do sul, no Espírito Santo e no Mato Grosso.

⁵¹ Estes emissários foram: José Rainha e Ademar Bogo.

⁵² Posteriormente, organizadores e participantes dessa ocupação em Pedra viriam a formar pelo menos dois outros movimentos rurais em Pernambuco: O MLST e o MTL – Movimento Terra e Liberdade.

⁵³ PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (tendência maoísta que existia no PT e era forte em Pernambuco).

Em 1986 o MST assumiu a posição de que o Movimento deveria constituir-se no Nordeste, por duas razões principais que, segundo Jaime Amorim⁵⁴, foram:

“1º - O Nordeste era a região que concentrava a maior quantidade de camponeses sem terra no Brasil e, ainda hoje, continua a ser. O nordeste tem hoje 55% dos pequenos camponeses e das famílias sem-terra do Brasil. E, a 2ª questão, era a de que o Movimento precisava ser nacional e, para ser nacional, existir no Nordeste era fundamental.

Tínhamos desde o início a compreensão de que a luta camponesa ia se dar no Sul, pela sua tradição camponesa e pela história: pela forma como o sul foi colonizado, basicamente por camponeses; e no Nordeste, que tinha toda uma tradição de lutas camponesas”.

A direção nacional do Movimento de então designou *quadros*⁵⁵ do Sul para a tarefa de construção do MST no Nordeste. Foram então centralizados alguns militantes em Sergipe, no Piauí e na Bahia. A tarefa era construir um *movimento de massa* na região. De acordo com Jaime Amorim, já havia pessoas na Paraíba, no Piauí e no Maranhão, simpáticos ao MST, que estavam reestruturando a organização dos trabalhadores rurais, mas eram formas organizativas que tinham mais características de ONG do que de movimento de massa. E muitos justificavam essa postura, sob o argumento de que no Nordeste, diferentemente do sul, era muito difícil construir um movimento de massa no campo, pois a experiência das Ligas Camponesas e a repressão violenta que trucidou aquele movimento estavam muito presentes na memória dos camponeses. Além de tudo, havia ainda um conjunto de pressões remanescente do regime militar, que era apresentada como dificuldades para se articular *movimentos de massa* na região.

O MST começou a se organizar no Nordeste pelo Estado de Alagoas, onde instalou uma Secretaria Regional, em janeiro de 1985. No mesmo ano, organizou-se no Maranhão, em Sergipe e

⁵⁴ Jaime Amorim – Dirigente Estadual do MST-PE, membro da Direção Nacional, e um dos quadros deslocados de Santa Catarina para construção do Movimento no Nordeste.

⁵⁵ *Quadros* são militantes com melhor embasamento teórico e maior capacidade de intervenção social: mais desenvolvidos para organizar e mobilizar as pessoas e com aptidão para formular táticas e estratégias de lutas, com vistas a alcançar os objetivos da Organização.

na Bahia. Em 1988 chega à Paraíba e ao Ceará. Somente em 1989 é que, finalmente, o Movimento organiza-se em Pernambuco, no Piauí e no Rio Grande do Norte.

O MST nacional delegou a esse grupo de militantes enviados ao Nordeste, a tarefa de pensar como transformar esse movimento já iniciado, em movimento de massa, lembra Jaime. A princípio, deu certo na Bahia, onde em setembro de 1987 foi feita uma grande ocupação com efetiva participação de massa popular e onde se construiu uma metodologia própria que viria a ser adotada noutros estados do Nordeste. Os passos seguintes foram Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí, Maranhão e Ceará (1989). Faltava *massificar* o Movimento em dois estados: Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A partir da sua secretaria para o Nordeste, em Alagoas, de onde se coordenava todas as atividades na região, foram deslocados militantes do Movimento de Sergipe, do Espírito Santo, e de estados do Sul que já estavam no Nordeste como quadros itinerantes, para organizar o MST em Pernambuco.

Instalou-se a primeira Secretaria do Movimento no Estado, em Palmares, de onde se organizaram as primeiras ocupações: Joaquim Nabuco, Palmares, Ribeirão, Escada, Gameleira e Cabo. Todas de pequena monta e próximas à BR 101.

Conforme era do conhecimento da direção nacional do MST, quando o Movimento veio se organizar em Pernambuco, no Estado já existia um movimento sindical forte, vinculado à *FETAPE* – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, filiada à *Contag* – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, e a *CPT* – Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, já bastante conhecida pelo seu permanente apoio aos movimentos rurais que lutam pelos direitos dos pobres do campo.

Nesse contexto, o MST chegou prenhe de esperanças a Pernambuco, acreditando que ali a Reforma Agrária iria avançar, com repercussão no resto do Brasil. Pois, além de um movimento sindical rural forte e da presença da *CPT*, na ocasião, o governador do Estado era Miguel Arraes de

Alencar, reconhecido como de esquerda e que tinha sido deposto pelo golpe militar de 1964, justamente por, entre outros motivos, na época ter defendido os pobres do campo contra a exploração e a miséria em que viviam, além de ter sempre mantido um diálogo aberto com as Ligas Camponesas.

Nessa linha de raciocínio, a análise que o MST fazia de Pernambuco, segundo Jaime Amorim, era:

“Primeiramente, um Estado com tradição de luta camponesa que não é recente; um Estado guerreiro, de uma tradição de luta que vem desde o Brasil Colônia, com a resistência indígena e os movimentos de libertação dos escravos; tanto é que os indígenas ainda hoje continuam resistindo e lutando pela demarcação de suas terras; saíram do litoral, onde foram praticamente dizimados, mas continuam resistindo, no interior. A base do movimento quilombola, e toda resistência e afirmação desse movimento também teve origem em Pernambuco.

Mesmo o Cangaço⁵⁶, foi um movimento surgido no meio rural diante da intolerância dos fazendeiros, e em Pernambuco surgiram vários dos principais grupos de cangaceiros.

Mais recente, tivemos em Pernambuco as Ligas Camponesas, e nós tínhamos aquela idéia de resgatar, de certa forma, o que foram as lutas das Ligas Camponesas.

E também na história mais recente ainda, as lutas dos canavieiros. A luta sindical dos trabalhadores rurais, inclusive com a realização da primeira greve no campo, à época das greves do ABC Paulista. Então, tudo isso fazia com que nós entendêssemos que aqui⁵⁷ nós teríamos as condições objetivas para retomar um grande movimento de massa em Pernambuco. Somado a isso, quem era o Governo aqui? Miguel Arraes. Então, essa era uma expectativa nossa: Miguel Arraes vai apostar nesse Movimento, que está bem constituído a nível nacional, como uma forma de organização no campo pra fazer avançar a reforma agrária.

Então foram estas as expectativas que nos trouxeram pra cá; estas duas análises: de que havia um governo progressista e que havia uma história de mobilização de massa, ambos favoráveis”.

⁵⁶ O *Cangaço*, cujo ícone foi Virgolino Ferreira da Silva – “o Lampião”, foi um fenômeno social ocorrido no nordeste brasileiro, no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1930, caracterizado pela ação de grupos armados, geralmente criados por vaqueiros e homens do campo, devido a alguma grande injustiça cometida por fazendeiros e que, num Brasil cujas instituições do Estado eram controladas pelas oligarquias rurais, só restava “aos de baixo” fazer justiça pelas próprias mãos.

Sobre o Cangaço, ver: SOUZA, 2007.

⁵⁷ Essa entrevista foi realizada na Secretaria Estadual do MST-PE, em Caruaru. Por isso, quando Jaime Amorim usar o advérbio *aqui*, entendamos Pernambuco.

No início, não houve nenhum apoio político local, lembra Jaime Amorim, a não ser de alguns dirigentes sindicais de oposição e o de um vereador no município do Cabo, Elias Gomes. A primeira grande ocupação em Pernambuco aconteceu em agosto de 1989, no Engenho Mercês, no Município do Cabo. Feita esta ocupação, com mais de 400 famílias oriundas do agreste e da Zona da Mata, o MST percebeu que a sua análise da conjuntura política pernambucana estava equivocada.

A expectativa de uma grande arrancada na reforma agrária, a partir de Suape, transformou-se em frustração, pois a FETAPE posicionou-se contra a ocupação⁵⁸, a CPT apoiou à distância e, para surpresa e decepção maior de todos, o Governador Arraes reagiu com uma verdadeira operação de guerra para expulsar os trabalhadores sem terra da área ocupada: helicópteros, cavalaria, tropas-de-choque e todo um aparato repressivo foi montado nessa ação, além de declarar à imprensa que era terminantemente contra a ocupação de terras como instrumento de luta por Reforma Agrária. Foi um despejo muito violento, lembra Edilson Barbosa, dirigente do MST-PE:

“Muita pancadaria, bombas de gás, prisões, a polícia pegando as famílias, jogando em cima dos caminhões e, imediatamente, levando de volta a suas cidades de origem. Muitos fugiram mata adentro”.

Sobre esse erro de avaliação da conjuntura por parte do MST e a decepção com relação às expectativas que se tinha, relatou-nos Jaime Amorim.

“A federação dos trabalhadores que organizava os canavieiros tinha uma posição explícita contra a ocupação. Ela dizia que representava os trabalhadores assalariados do canavial e que a luta dos canavieiros não era por terra, mas por questões trabalhistas; que eles tinham uma pauta histórica e esta pauta era o que devia conduzir a luta e não as ocupações de terra, porque isso criava instabilidade e era contra o governo. E vai por aí essa postura, já num processo de isolamento.

O governo Miguel Arraes, já no primeiro dia da ocupação, não a reconheceu e, apesar da gente ter ocupado uma área de Suape que estava sob jurisdição do Estado, disse que não reconhecia e pediu reintegração de

⁵⁸ A FETAPE não defendia as ocupações como estratégia de luta por reforma agrária. Priorizava as práticas institucionais e contratuais de negociações e a greve. Visava o reconhecimento dos direitos escritos no Estatuto da Terra, mas não respeitados, como uma forma segura de fazer avançar a reforma agrária, num contexto de perseguições políticas e de constante ameaças de retrocesso. (Relatório paralelo da CPMI da terra, 2006, pág. 284).

posse. E concretizou-se um dos despejos mais violentos da nossa história em Pernambuco até hoje. Foram mobilizados mais policiais pro despejo do que o número de ocupantes do MST que havia”.

Despejados, já num número mais reduzido, fizeram uma marcha até o Palácio dos Campos das Princesas⁵⁹, e acamparam na praça, na tentativa de negociar com o Governo. Para fugir das lentes da imprensa, o Palácio dizia que os receberia em audiência e foi protelando tal audiência até a meia-noite, quando pelotões de choque da polícia escorraçaram os acampados da praça.

A justificativa do Governo Arraes para tal postura foi de que o governo do Estado tinha um programa denominado “Chapéu de Palha”, destinado a resolver os problemas dos camponeses e que não havia necessidade de ocupações, pois a radicalização só beneficiaria a reação da direita. Além do que, havia uma relação muito próxima do governo Arraes com a FETAPE e, nas avaliações internas, não havia espaço para o MST em Pernambuco, pois isso significaria a divisão do forte movimento camponês já existente no Estado.

Quanto ao PT, que era a oposição ao Governo do Estado à esquerda, chegou a se reunir com o MST, mas em virtude de sua relação de proximidade com o movimento rural vinculado ao PCBR, e esta ser uma das tendências internas mais fortes no PT de Pernambuco naquele momento, também não lhe prestou apoio.

Alguns remanescentes da ocupação montaram um acampamento à beira da estrada, no Cabo, e lá permaneceram até novembro do mesmo ano, até quando o INCRA propôs assentá-los numa área que estava sendo destinada à reforma agrária, no município de Cabrobó – alto sertão, na Fazenda Varginha, distante 40 Km da Sede do município – cujos proprietários estavam envolvidos com o Escândalo da Mandioca⁶⁰. Os sem terra, todos da zona da Mata, sequer sabiam onde ficava Cabrobó, nem o que os aguardava lá. Aceitaram a terra prometida e foram levados em paus-de-arara⁶¹ à beira de um açude, dentro das brenhas, numa região conhecida como “Polígono da

⁵⁹ Palácio do Governo de Pernambuco.

⁶⁰ Escândalo que envolveu grande soma de dinheiro (recursos da SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), num projeto fantasma para plantação de mandioca no Sertão.

⁶¹ Meio de transporte ainda muito utilizado nas zonas rurais do Nordeste ou para levar romeiros aos sítios religiosos. Trata-se de um caminhão em cuja carroceria se faz uma “barraca” coberta de lona e, no lastro, são colocadas tábuas

Maconha”. Durante algum tempo, viveram muitos momentos de tensão com as ameaças dos plantadores de maconha, até quando estes “narco-agricultores” resolveram mudar de área.

Em Cabrobó, ao contrário da Zona da Mata, o MST conseguiu fazer uma boa articulação política, sobretudo com a Igreja, que tinha uma linha mais progressista, com várias Comunidades Eclesiais de Base – CEBs organizadas, e que passaram a apoiar o Movimento, constituindo uma base de apoio naquela região. No início dos anos 1990, o MST já ocupava todas as áreas das Fazendas envolvidas no Escândalo da Mandioca na região: Manga Nova, Federação, Angicos e Cruz do Pontal (todas em Petrolina) e, no município de Floresta: Serra Negra (o primeiro assentamento constituído no Estado), Caldeirão do Periquito, e a Fazenda Papagaio (base do Escândalo da Mandioca), hoje assentamento Pedro Jorge⁶².

Uma vez estruturado na região do Sertão do São Francisco, o Movimento entendeu que já era tempo de voltar a se organizar na Zona da Mata, onde estão as melhores terras do Estado, a maior concentração fundiária e o maior contingente de trabalhadores rurais sem terra. Na Zona da Mata era onde o MST acreditava poder fazer a reforma agrária mais ampla e do jeito que eles sonhavam. As terras próximas do litoral eram as mais visadas por serem mais férteis. Na Bahia, em Sergipe, e em Alagoas fora assim.

Os desafios da volta eram: como quebrar a resistência do governo e do movimento sindical rural, além da reação do setor sucro-alcooleiro, reconhecidamente violento, mesmo contra os movimentos paredistas dos sindicatos e que, certamente, seria mais ainda contra um movimento que visava a divisão do latifúndio.

Fez-se então, aos poucos, todo um movimento de volta à zona canavieira. No ano de 1991 deu-se início ao retorno. No começo com uma ocupação no município de Pombos, seguida de despejo; instalação de uma pequena base de articulação de apoios no município de Gravataí (a esta altura, a CPT estava mais próxima); transferência estratégica da Secretaria Estadual do MST, de

como “poleiros” ou “paus onde pousam as araras”, que servem como assentos.

⁶² Nome do procurador da República, morto quando investigava o Escândalo da Mandioca.

Palmares para Caruaru, pois em razão dessa trajetória, sua direção local achou estratégico ter sua Secretaria Estadual no Agreste, região intermediária entre as zonas da Mata e os Sertões, realização da primeira marcha (com 27 pessoas) de Pombos ao Palácio do Governo, sem, contudo, conseguir realizar negociação.

No final de 1991 o Movimento já tinha certa visibilidade pública no Estado e daí passou a organizar uma ocupação de peso, com o fim de repercutir positivamente nas camadas mais pobres da população, facilitando com isso, a arregimentação de pessoas para o MST, com vistas às ações na volta à Zona da Mata. Esta ocupação veio a se concretizar em janeiro de 1992, no município de Arcoverde (Pedra Vermelha – propriedade do IPA⁶³ limítrofe ao agreste-sertão), com cerca de quatrocentas famílias. A reação do governo Joaquim Francisco foi imediata. A exemplo do que fizera o governo Arraes, impetrou mandato de reintegração de posse e usou um aparato policial-militar para o despejo como antes nunca visto na região de Arcoverde. A desocupação foi consumada, mas o MST conseguiu uma importante articulação local, com o grupo político ligado ao então prefeito Julião Guerra, que abriu espaços para o Movimento realizar alguns cursos de formação para a militância, e deu apoio ao acampamento montado próximo à cidade, enquanto perduravam as negociações com o INCRA, referentes à área reivindicada.

O próximo passo foi retomar as ações nos municípios da Zona da Mata onde originalmente o MST começou em Pernambuco (Joaquim Nabuco, Palmares, Ribeirão, Escada, Gameleira e Cabo), além de Vitória de Santo Antão⁶⁴ e, no litoral, Barreiros e Rio Formoso.

As novidades na conjuntura político-econômica eram a crise do setor sucro-alcooleiro de Pernambuco e a nova postura assumida pelo movimento sindical rural, que já percebera a insuficiência das lutas salariais como soluções aos problemas dos trabalhadores rurais. Alguns sindicalistas haviam sido eleitos prefeito e vereadores de municípios na zona dos canaviais e, com a crise na base econômica canavieira, vislumbrava-se na reforma agrária uma alternativa aos

⁶³ IPA – Instituto de Pesquisas Agropecuárias.

⁶⁴ Em Vitória de Santo Antão, no Engenho Galiléia, teve início a organização das Ligas Camponesas, nos anos 50'.

problemas econômicos (produção no meio rural) e sociais (altíssimas taxas de desemprego e êxodo rural). Passaram, então, a apoiar as ocupações de terras organizadas pelo MST, inclusive, logisticamente.

Este apoio político e logístico foi fundamental para o MST resistir às ações repressivas e aos despejos, mantendo as famílias mobilizadas em acampamentos nas proximidades das terras pretendidas, enquanto travavam uma luta paralela para vencer a burocracia do INCRA pela desapropriação dessas áreas, como nos atesta Jaime Amorim:

“Fizemos uma ocupação, podemos dizer assim: no coração da monocultura, que foi a ocupação da Usina Cucuá, de José Múcio Monteiro, atual articulador político do Governo Lula. E aí, ele não teve pudor nenhum: usou de tudo o que tinha de repressão e violência contra nós. Fomos despejados, mas conseguimos segurar a base, com o apoio logístico que recebemos da Prefeitura de Barreiros, com Amaro Biá, que era presidente do sindicato e prefeito também; e de Zé Paulo, que era presidente do sindicato e candidato a prefeito de Rio Formoso. Então, com essa base de apoio, fomos nos estruturando e, a partir daí, fomos organizando e distribuindo aquela massa em diversos acampamentos.

O governador na época era Joaquim Francisco e tinha um Programa chamado “Terra e Comida”, e nós passamos a ocupar, então, essas terras que ele estava negociando com os usineiros falidos em troca de dívidas. E assim, conseguimos vários assentamentos”.

No mesmo ano, o MST ampliou suas ações à Zona da Mata Norte até que, em maio de 1993, realizou uma ocupação que viria a ser um marco na história da consolidação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Pernambuco: a Fazenda Normandia, em Caruaru.

Todas as regiões do Estado são importantes para o Movimento, haja vista, existirem pobres sem terra, sem emprego, sem teto,... em todas elas. As ocupações mais significativas em cada uma dessas regiões foram, no entendimento de Edilson Barbosa – dirigente estadual e membro da direção nacional do MST:

- *Ano 1993 - Fazenda Normandia (Caruaru – Agreste)*. Esta conquista foi o batismo de fogo da resistência do MST em Pernambuco. Muitas barreiras de repressão jurídicas e militares

tiveram que ser derrubadas; fez-se necessário uma invasão na Sede do INCRA, em Recife, com Greve de Fome de dirigentes para forçar a burocracia oficial a desobstruir os entraves burocráticos que impediam a desapropriação da área. Foi uma conquista carregada de significação política e de afirmação do Movimento em Pernambuco. Hoje, na Fazenda Normandia, funciona um importante Centro de Formação do MST, com biblioteca, alojamentos, auditório, salas para cursos e áreas para experimentos agrícolas. Em Caruaru também funciona a Secretaria Estadual do Movimento.

- *Ano 1995 - Fazenda Safra* (Santa Maria da Boa Vista), onde mais de 2200 (duas mil e duzentas) famílias realizaram uma das maiores ocupações do Brasil e foi um marco na consolidação do Movimento no Sertão.
- *Ano 1997 - Engenho Camarazal* (Mata Norte), lugar onde aconteceu um massacre com repercussão nacional e que ganhou a solidariedade da sociedade e de outros movimentos sociais em favor da Reforma Agrária. Esta conquista deu maior credibilidade social ao MST na capital e na Zona da Mata. Em memória de dois camponeses que tombaram nesse massacre, o assentamento foi “batizado” pelo nome *Pedro e Inácio*.
- *Ano 2007 - Pontal Sul*, a maior ocupação em número de famílias mobilizadas até agora realizada: 2500 (duas mil e quinhentas) famílias. É uma referência do atual potencial de mobilização do MST.

III.2 – A história organizativa do MST em Pernambuco

No início, o MST tinha uma estrutura organizacional restrita e centralizada que, segundo Jaime Amorim, era um reflexo de fatores como o próprio tamanho do Movimento, da debilidade logística – para se ter uma idéia, a estrutura de comunicação do MST no Nordeste resumia-se a um fax/telefone que ficava na Secretaria Regional, em Alagoas, de modo que toda comunicação do Nordeste com a direção nacional do Movimento passava obrigatoriamente por Alagoas. O MST

ainda estava sendo formado e, portanto, não exigia uma organização mais complexa. Porém, sempre manteve o princípio da direção colegiada, como lembra Jaime:

“O que mantivemos da nossa organização inicial até hoje foi o princípio da direção coletiva. Desde o início nós sempre assumimos isso: direção coletiva. Até porque nós sempre fizemos críticas ao modelo presidencial.

No início nós tínhamos na direção nacional, a executiva nacional e, em cada Estado, nós tínhamos a executiva Estadual, que era um grupo de companheiros que coordenava todo o processo do Movimento. Normalmente eram sete ou oito pessoas.

Nosso primeiro Encontro Estadual em Pernambuco foi em janeiro de 1992, em Amarají, num colégio. Nesse encontro tínhamos aí em torno de vinte pessoas, e durou mais ou menos duas horas. Tudo muito rápido, muito objetivo, e foi eleita aí a nossa primeira executiva aqui no Estado. A maioria era companheiros daqui de Pernambuco mesmo, e mais alguns companheiros de fora (de outros Estados). Então nós elegemos esses companheiros para montar a nossa primeira direção aqui em Pernambuco”.

Na organização inicial do MST em Pernambuco havia uma direção coletiva centralizada, denominada executiva estadual, e cada acampamento e assentamento também tinha sua direção, geralmente composta por alguém designado pela executiva estadual e outras lideranças ‘identificadas’ nos acampamentos e assentamentos, durante o processo da luta pela terra.

Desde o início, por exigência dos trâmites burocráticos do Estado, em cada assentamento regularizado deveria ser criada uma entidade jurídica para representar os assentados, visto que o MST nunca quis ter existência jurídica formal. Assim, em cada assentamento existe, até hoje, uma associação, que é por aonde vêm os recursos dos fundos públicos destinados aos assentamentos da reforma agrária. Portanto, convivem no MST duas formas de organização: uma direção coletiva nas instâncias internas do Movimento e um regime presidencialista na direção da associação.

No INCRA e no Pronaf, por exemplo, por exigência jurídica, todas as negociações são feitas em nome da associação, embora seja o MST quem organiza todo o processo de mobilização, desde a arregimentação dos sem-terra nas periferias até a consumação do assentamento. O dirigente

estadual e nacional do MST-PE, Jaime Amorim, vê nessa relação uma tentativa de tutela do Movimento por parte do governo federal, mas, apesar dos incômodos, o MST tem sabido conviver com isso, disse:

“No segundo mandato do Governo Fernando Henrique, ele desenvolveu ações intensivas com a intenção de isolar o Movimento. Eles acabaram com o PROCERA, que era um Programa de Créditos Especiais para a Reforma Agrária, tentaram acabar com o PRONERA, e aí criaram uma série de entulhos autoritários, tanto para desestruturar o Movimento quanto para impedir o próprio desenvolvimento dos assentamentos e um deles foi acabar com o PROCERA e inscrever os assentados no Pronaf. Na luta política eles tentaram vários: cadastramento pelos Correios, propaganda na televisão contra a reforma agrária,... O Pronaf entra com uma regra diferente do que era o PROCERA, antigamente. No PROCERA as famílias podiam criar projetos individuais ou criarem cooperativas e, nas cooperativas, integralizar as quotas-parte pra fazer ações coletivas. No Pronaf, não. No Pronaf é tudo individual. Só que, aquela comunidade tem que ter uma representação jurídica. Estranho, né!? Então, forçava as famílias de pequenos agricultores e mesmo os assentamentos a criar uma associação. Quem apresentava o projeto pro Banco era a associação, como é até hoje, infelizmente. O presidente da associação é quem encaminha o ofício, senão o Banco não recebe o projeto. Mas, o contrato é individual. Cada família recebe seu dinheiro; quando tem assistência técnica a empresa que faz o projeto dá assistência; e tem a nossa orientação política durante esse processo”.

Em 1992, numa área ocupada em Ribeirão, chamada Serrinha, o MST montou o seu primeiro curso prolongado de formação estruturadora de militantes em Pernambuco. Este curso teve duração de um ano e guiou-se pelo modelo de laboratório massivo, elaborado por Clodomir de Moraes, composto de etapas de estudo e de etapas práticas nas ocupações. Desse curso participaram militantes do Estado inteiro: do sertão ao litoral, e deu as bases para a formação de novas instâncias no MST e de novos dirigentes no Estado. Foi um curso considerado muito importante pelo Movimento, pois capacitou camponeses vindos direto dos assentamentos para mobilizar e dirigir novas ocupações. Boa parte das ocupações feitas na Mata Norte e no agreste, nessa época, foi conduzida por “alunos” desse curso, como parte das aulas práticas. Com isso, o número de assentamentos multiplicou em todo o Estado.

Em 1992, o MST decidira acabar com a Secretaria Regional Nordeste, em Alagoas, e cada Estado começou a montar sua própria estrutura. A do MST-PE foi montada em Caruaru, pela posição estratégica da cidade, que fica no Agreste, entre a Zona da Mata e o Sertão.

Uma grande dificuldade apontada pelo MST foi, desde o início, o reconhecimento da autonomia política do Movimento pelo Estado. O governo sempre quis tutelar o MST, sendo preciso o Movimento partir para o confronto direto para dar-se a respeito e ter sua autonomia reconhecida, conforme o relato de Jaime Amorim, como segue:

“Todas as reuniões de negociação com o INCRA que a gente ia, tinha que sentar junto um representante da FETAPE, senão o INCRA não negociava. E quem ia sempre nessas negociações era o Deputado da FETAPE, Romeu da Fonte, que hoje está no Tribunal de Contas, né? Nós não tínhamos, vamos dizer assim, um Movimento com autonomia, respeitado. Nós só conseguimos essa autonomia e respeito em 1994, quando ocupamos o INCRA. Foi uma ocupação muito tensa. O INCRA estava sem superintendente e nossa posição era de só sair de lá com um superintendente nomeado, pois o INCRA não decidia nada. Chegamos a queimar uns carros velhos do INCRA que estavam encostados lá, no pátio. E nós tivemos um conflito muito grande com a Federação (FETAPE) e com o Deputado (Romeu da Fonte), que diziam que era impossível uma nomeação, pois isso dependia de uma decisão de Brasília. E, por volta das seis horas da tarde, a polícia já posicionada pra fazer o despejo, e seria um despejo muito violento, pois estávamos decididos a resistir e enfrentar a polícia; uma situação complicadíssima, envolvendo o governo do Estado, que achava todos nós uns doidos e radicais, mas não imaginava as conseqüências desse ato. E quando deu em torno de dezoito horas e dez minutos, chegou um fax de Brasília, nomeando o superintendente. A partir daí, nós construímos a nossa referência política no Estado e nunca precisamos mais de Deputado e menos ainda da presidência da Federação e de ninguém. Projetamos assim, as nossas próprias lideranças. A imprensa que estava ali pra dar cobertura ao enfrentamento violento, teve que noticiar a nossa vitória”.

O Movimento se fortaleceu e disseminou-se por toda a região da Mata Norte e Sul, e desde Caruaru, para todo o Estado.

A distensão com o governo do Estado e com a FETAPE, porém, ainda não tinha ocorrido. Em 1995, o MST realizou uma ocupação com cerca de quinhentas famílias numa área da Usina

Catende que estava em processo de falência, no município de Água Preta. Esta área também foi reivindicada pela FETAPE e o governo do Estado, novamente Miguel Arraes, negociou-a em favor da FETAPE.

Ainda em 1995, como parte da estratégia de organizar-se em todo o Estado, o MST preparou-se para retomar com mais intensidade as ações no Sertão. Não na área de sequeiro, mas, priorizando as terras às margens do Rio São Francisco. Numa grande mobilização, o Movimento realizou a maior ocupação, em número de famílias, já registrada até hoje em todo o Brasil. O INCRA cadastrou 2.204 (duas mil duzentas e quatro) famílias, na ocupação da Fazenda Safra, em Santa Maria da Boa Vista. Apesar do mandato de reintegração de posse ter sido impetrado e a área desocupada, a vitória final coube ao MST, visto que a Fazenda estava numa área de marinha e, portanto, em terras devolutas.

A partir daí, o governo Arraes assumiu outra postura em relação ao MST e passou a orientar seus secretários a sentar e discutir com o Movimento. Por outro lado, o MST sentiu que já não dava mais pra continuar com uma direção centralizada e que era preciso rediscutir a sua organização no Estado. O movimento passou então a se organizar em regionais. Inicialmente foram compostas sete *regionais*: nos sertões, nos agrestes, nas Zonas da Mata, e no litoral (incluindo-se a região metropolitana do grande Recife). Ainda, por orientação nacional, as direções foram ampliadas com a incorporação dos *setores*, como: educação, formação, saúde, produção,... Mantendo-se o princípio da direção coletiva, a direção estadual era composta pelos representantes dos *setores* e das *regionais*. Este novo formato de organização perdurou até 1999. Nesse período, o Movimento também adotou novas formas de lutas para pressionar o governo federal a regularizar os assentamentos e a liberar recursos para a estruturação dos mesmos. Tais ações iam desde as grandes caminhadas cruzando todo o Estado, até os saques de cargas de caminhões, nos sertões, para abastecer os acampamentos.

Em 1999, o MST estava em plena expansão, com a proliferação dos acampamentos e assentamentos em todas as regiões de Pernambuco, o que exigiu mudanças na estrutura organizacional. A solução foi subdividir as *regionais* em *microrregiões*, além da criação de mais três novas *regionais*.

Em 2005 houve uma reestruturação do Movimento a nível nacional. As mudanças foram: primeiramente, a Direção Nacional passou a ser representativa, na proporção de um por Estado (o MST está presente em 24 estados da Federação); a Coordenação Nacional foi ampliada, passando a ter, além de dois por Estado, os representantes de cada Setor Nacional, indo dos outrora vinte membros aos atuais cento e trinta membros.

Na base, ao invés da organização por território em *microrregiões*, priorizou-se o número de famílias acampadas e assentadas. Seguindo a orientação nacional, o MST-PE adotou essas medidas reestruturadoras e foram instituídos os Núcleos de Famílias nos acampamentos e assentamentos, com dez famílias cada, e a cada quinhentas famílias, portanto, cinquenta núcleos, formá-se uma Brigada. As antigas microrregiões foram substituídas por Brigadas. Os coordenadores de Brigada fazem parte agora das coordenações regionais do Movimento. Em cada regional existem três ou quatro Brigadas e cada regional tem um(a) coordenador(a) que faz parte da Direção Estadual do Movimento.

Outra mudança importante deu-se com a orientação de que em todas as instâncias seja observada a paridade de gênero. Assim, cada Núcleo de Família tem dois coordenadores – um homem e uma mulher, que fazem parte da coordenação geral do acampamento ou assentamento; nas Brigadas, idem; na Coordenação Nacional, os dois representantes por Estado são uma mulher e um homem.

Esta reestruturação tem aumentado a capilaridade e representatividade nas coordenações coletivas das instâncias, desde a base. Num assentamento com 30 (trinta) famílias, por exemplo, sendo a coordenação composta por um homem e uma mulher para cada núcleo de dez famílias e

mais um representante por Setor (educação, saúde, produção, formação,...) a coordenação desse assentamento vai ter de dez a treze pessoas, que se reúnem em assembléia uma vez por semana.

O MST em Pernambuco tem hoje⁶⁵ 47 (quarenta e sete) brigadas divididas em 15 (quinze) articulações regionais, sendo cada regional composta por três ou quatro brigadas. Cada regional é acompanhada por um(a) dirigente, que somados aos representantes de cada Setor, compõem a Direção Estadual. Hoje, a Direção Estadual do MST-PE é composta por 31 (trinta e uma) pessoas.

Tem-se ainda a Coordenação Estadual, que se reúne três vezes ao ano para discutir atividades de formação e tomar decisões coletivas na construção da unidade do Movimento, e é composta por dois representantes por brigada, um representante de cada setor por regional (oito setores) e mais a Direção Estadual. No coletivo que compõe a Coordenação Estadual do MST-PE são 240 (duzentas e quarenta) pessoas. Em todo o Estado o MST está estruturado em 160 (cento e sessenta) acampamentos, com cerca de 20.000 (vinte mil) famílias e tem 184 (cento e oitenta e quatro) assentamentos conquistados e consolidados, com algo em torno de 15.000 (quinze mil) famílias. A meta para 2008 é ultrapassar os 200 (duzentos) assentamentos.

A organização do MST se completa com a organização do acampamento e do assentamento, as duas bases onde assenta-se o Movimento.

A coordenadora do setor de formação do MST-PE, Misselene Silva, de uma maneira direta e didática, nos apresenta a seguir muito mais do que a estrutura organizacional atual de um acampamento do MST em Pernambuco, mas, de que maneira é construído esse processo de formação e organização dos Sem Terra desde o primeiro momento, quando ainda estão nas periferias e são abordados pela militância do Movimento, ressaltando o que facilita e o que dificulta o convencimento dessas pessoas, o trabalho de conscientização e formação de uma identidade orgânica, a divisão de tarefas e a composição da coordenação dos acampamentos e assentamentos.

“O processo de formação política começa já com a preparação das famílias, no planejamento da ocupação. No trabalho de base, quando vamos à periferia, que é onde está a maioria dos marginalizados, quando abordamos uma pessoa e mostramos a ela a possibilidade de uma outra vida pela conquista da terra, já

⁶⁵ Dados fornecidos por Jaime Amorim, em entrevista realizada no dia 18.05.2008.

estamos iniciando aí um trabalho de formação e elevação de consciência política dessa pessoa. E, quando uma pessoa é questionada sobre a sua situação e aceita partir para a luta da conquista da terra com o Movimento, ela dá o primeiro grande passo. O momento da ocupação é fundamental no processo de formação. Mesmo que a pessoa não tenha uma consciência política de classe, que faça isso por uma necessidade imediata de sobrevivência, esse é um momento em que ela começa a adquirir uma outra identidade; de que pertence a um Movimento, de se entender enquanto classe. Diferente de quando ela vivia lá na periferia, na ocupação, quando o conflito de interesses acontece, ela se identifica como trabalhador(a) pobre sem terra e que, do outro lado, está o latifundiário. Na ocupação há um clareamento sobre de que lado eu estou e de que lado o latifúndio está. Este é o início do processo de organização das pessoas no Movimento. Por mais que haja ameaças de pistoleiros e de despejo violento pela polícia, as pessoas estão ali resistindo e confiantes numa vida melhor para todos”.

“[...] A abordagem inicial é simples e direta. Questionamos a situação de miséria dessas pessoas e perguntamos se elas querem entrar no Movimento para lutar pela terra e garantir seus direitos básicos: alimentação, saúde, moradia, educação,... A perspectiva concreta de melhorar suas condições de vida é um elemento facilitador para o engajamento das pessoas no Movimento. Como dificuldades, temos: a desconfiança que certas pessoas têm nelas mesmas, de que podem conseguir alguma coisa com a luta, pois, são tão escorraçadas no seu cotidiano que a auto-estima fica lá embaixo; há também o medo que durante a ocupação haja repressão policial, que já faz parte do dia-a-dia dessa gente, e da reação armada dos latifundiários”.

“[...] Em geral, as pessoas quando entram no movimento não têm uma experiência anterior de participação em lutas pela conquista da terra. Existe no Movimento o Setor de Frente de Massa, onde temos as pessoas preparadas pra isso: convencimento, mobilização, organização da ocupação,... Então, este primeiro momento até a ocupação, é um momento de apreensão nas pessoas, de ansiedade pra entrar na terra e construir logo os seus barracos, de demarcar a área. E todo esse processo é coordenado por militantes que já têm experiência, pra manter tudo sob controle. Até porque não se sabe o que vem pela frente, né?”

A primeira atividade, logo após a ocupação e todo mundo montar os barracos, é fazer uma assembléia com todos. Nessa assembléia se fala sobre a área ocupada, porque ela foi escolhida, quais os próximos passos, e também, um pouco da história do MST: como começou, porque ele existe, quais os objetivos do Movimento. Este é o primeiro momento de informação e formação coletiva.

No segundo dia, começa o processo de auto-organização do acampamento, com as divisões de tarefas, da vigília, da preparação pra o despejo que pode acontecer,... Aí, são formados os núcleos de famílias. Se a ocupação foi feita por cem famílias, por exemplo, são formados grupos de dez famílias, e cada grupo constitui um núcleo de famílias. Assim, na prática, todos vão participando e compreendendo a organização do Movimento e, percebendo que existe um processo que é mais do que só a ocupação da terra; que não dá pra ficar esperando, que é preciso se organizar e que este acampamento não pode ficar fora do processo de organização do MST. Daí são formados os setores. Geralmente são sete setores por acampamento: saúde; educação – é muito importante que todos sejam alfabetizados e que se pense na educação das crianças; setor de produção – pra ver se na área ocupada já tem condição de começar a produzir; setor de gênero – pra discutir a participação da mulher,... Então, cada núcleo de família vai indicar uma pessoa pra constituir cada um desses setores: se forem dez núcleos e cada núcleo indicou uma pessoa para o setor de saúde, já se forma um coletivo de saúde com dez pessoas; e assim, vai ter também um coletivo de educação, um de produção,... Pra coordenar cada núcleo é escolhido um homem e uma mulher. Então, dez núcleos, são vinte coordenadores que, somados aos coordenadores de cada setor, formarão a coordenação do acampamento. Só participando é que o acampado vai se sentir parte (de uma organização). É participando que a pessoa vai se sentindo útil (auto-estima) e criando uma identidade (pessoal e coletiva)”.

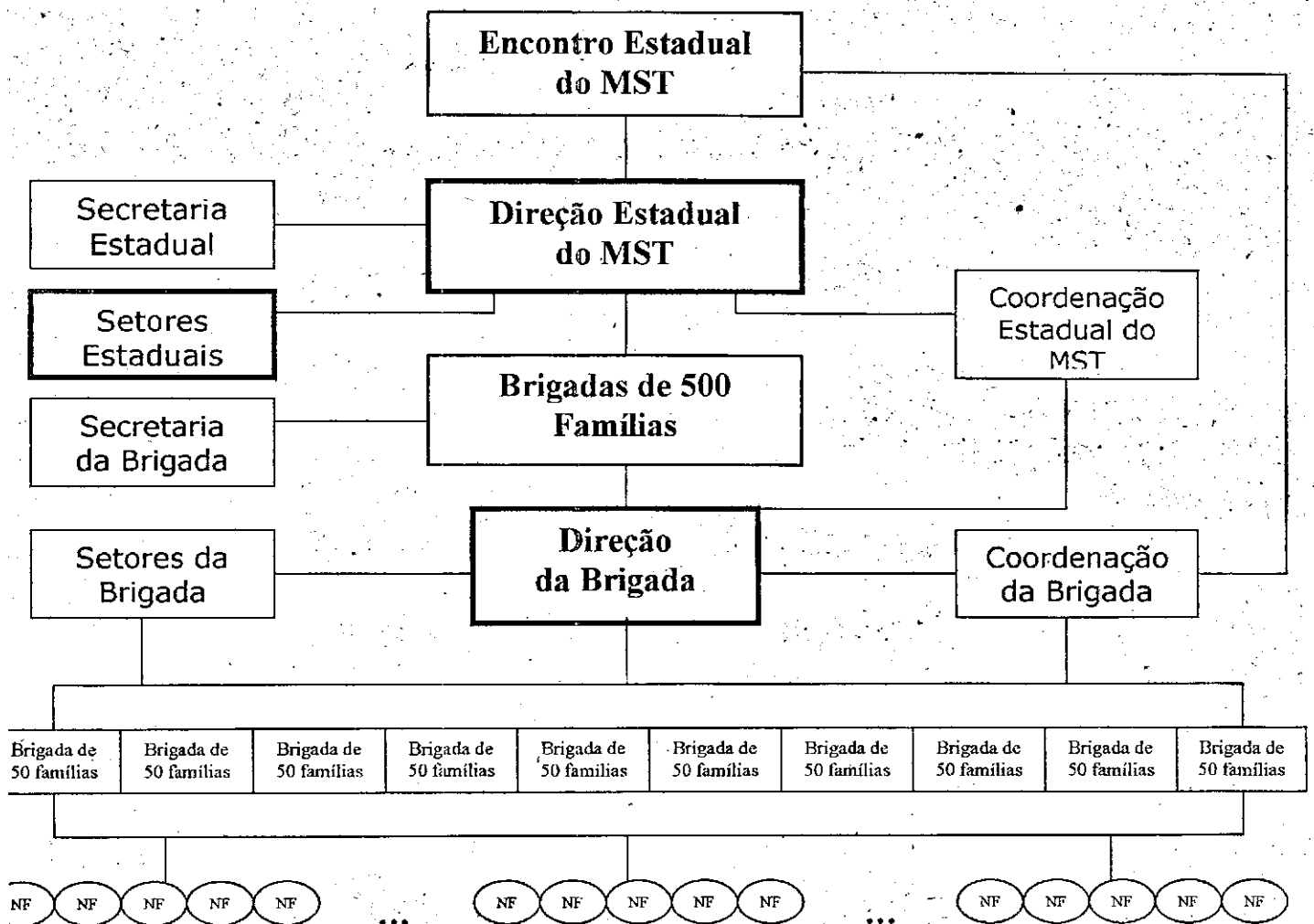
“[...] O período “fundante” pra formação da consciência do trabalhador sem-terra é o que vai da ocupação à conquista do assentamento. É na resistência, na divisão das tarefas, nas discussões, nas caminhadas, nas pequenas e grandes conquistas, que ele sente e percebe a divisão de classes da sociedade e de que lado ele está”.

Todas as reuniões de todas as instâncias do MST são divididas em cinco tempos. O primeiro momento é o de análise de conjuntura; o segundo momento é o de estudo – escolhe-se um tema para

se fazer estudo, e geralmente alguém de fora do Movimento é convidado para apresentar esse tema e discuti-lo buscando-se a teoria pra fortalecer a prática; o terceiro momento é de avaliação geral; o quarto momento é de planejamento e o quinto é de distribuição de tarefas.

Vejamos, a seguir, um modelo de diagrama organizacional do MST em Pernambuco.

MODELO DE DIAGRAMA ORGANIZACIONAL DO MST EM PERNAMBUCO



(Figura 1)

1.3.3 – Os resultados mais expressivos alcançados pelo MST em Pernambuco⁶⁶.

A primeira grande proeza do MST em Pernambuco foi construir sua base militante e dirigente nas próprias regiões onde se instalava o Movimento. Quase todos eles tiveram que ser instruídos desde o nível mais básico. A grande maioria chegou analfabeta e hoje tem capacidade de intervir na sociedade, a partir das suas próprias experiências. Portanto, alfabetizar e desenvolver a consciência crítica dessas pessoas é para Jaime a mais importante realização do MST-PE. Os primeiros dirigentes do Movimento que chegaram ao Estado vieram de Santa Catarina, do Espírito Santo e de Sergipe. Hoje, todas as regiões do Brasil têm militantes e dirigentes do Movimento formados em Pernambuco. São três militantes dirigentes no Paraná; uma dirigente Estadual no Rio Grande do Sul; em São Paulo, boa parte da Secretaria Nacional são pessoas idas de Pernambuco; metade do Escritório de Brasília teve passagem pelo MST-PE; na Brigada de internacionalistas que está na Venezuela, também é boa a representação de pernambucanos; a organização do MST em Roraima coube ao MST-PE e, hoje, 100% dos militantes dirigentes do MST-RR saíram de Pernambuco e estão em processo de formação de militantes nativos. Há, inclusive, militantes que saíram do MST e estão hoje em outros movimentos, como o dos sem-teto, a FETAPE, movimento estudantil, etc. e que tiveram formação no MST-PE.

Uma segunda conquista relevante é na questão econômica. Desde o início, 1989, até abril de 2008, o MST-PE conseguiu assentar mais de 14.000 (quatorze mil) famílias. Isto significa, tomando como média quatro pessoas por família, que mais de 56.000 (cinquenta e seis mil) pessoas saíram de uma situação de miséria e hoje vivem em condições materiais melhores (com casa, terra, renda). São heranças que ficarão para as gerações futuras, mesmo quando o Movimento deixar de existir, diz Jaime. Um feito que nem todo governo de Estado da federação conseguiu realizar.

⁶⁶ Na opinião de Jaime Amorim, integrante do MST-PE e membro da direção política nacional.

Um terceiro grande marco foi na Educação. Em 2004, no Geraldão (Ginásio de Esportes, no Recife), foi entregue um diploma simbólico a mais de 5.000 (cinco mil) pessoas que foram alfabetizadas nos assentamentos do MST-PE. Hoje, 75% das pessoas que chegaram analfabetas no Movimento estão alfabetizadas, lêem livros e participam de grupos de estudo. Na universidade, já houve duas turmas concluídas de pedagogia, além de uma série de outros cursos iniciados, inclusive com três médicos formandos, em Cuba. As turmas secundaristas, já são três de técnicos em enfermagem, e uma grande quantidade de técnicos em agropecuária.

Outro ponto importante é a referência gerada na população e em outros movimentos, como um movimento de luta a ser seguido. Hoje, formas de luta adotadas pelo MST são usadas por organizações rurais que antes condenavam estes métodos. Os sem-teto, no meio urbano, também seguem o exemplo e o MST tem dado apoio na formação e organização desse Movimento urbano. No mundo acadêmico, muitos educadores citam as experiências educacionais realizadas pelo MST como participantes e formadoras de consciência crítica e, até na medicina, a recuperação da sabedoria popular, as experiências fitoterápicas e de medicina preventiva praticadas nos assentamentos, são elogiadas e recomendadas para as comunidades rurais de difícil acesso, por secretários de saúde.

Os levantamentos realizados pela Ouvidoria Agrária Nacional indicam que em Pernambuco ocorrem, anualmente, de 25% a 30% das ocupações de terras registradas no Brasil.

Hoje, o MST está presente em todas as regiões do Estado, com acampamentos em 84 (oitenta e quatro) municípios e assentamentos em 92 (noventa e dois). No total, são 110 (cento e dez) municípios com alguma presença do Movimento, levando-se em conta que há municípios com mais de um acampamento e assentamento.

*

CAPÍTULO IV – MST: EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA EM QUESTÃO

**A terra tem o suficiente para o sustento de todos,
mas não tem para a ganância de uns poucos.**

M. Ghandi

Ao longo de sua existência o MST tem recebido apoios e críticas aos seus métodos de lutas e organização, colecionando aliados e adversários políticos que lhes proferem defesas e ataques no campo ideológico e na práxis da luta de classes no Brasil.

No meio acadêmico, uma das críticas mais incisivas contra o MST partiu de um ex-intimo do Movimento dos Sem-Terra, Zander Navarro, publicada no Brasil em 2005, como parte de um projeto de pesquisa organizado pelo professor Boaventura de Sousa Santos, intitulado *“Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos”*, apresentado em uma coleção de sete livros, na qual, o segundo volume versa sobre sistemas alternativos de produção sob o título *“Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista”*, onde, no capítulo 4, Zander Navarro inicia suas críticas ao MST, intituladas *“Mobilização sem participação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”*. No capítulo 5 do mesmo livro, foi dado o direito de resposta ao interlocutor do MST, Horácio Martins de Carvalho, que como defesa apresentou *“A emancipação no movimento de emancipação continuada”*. Ainda, em tréplica, no capítulo 6, Zander Navarro respondeu a Horácio Martins de Carvalho, encerrando a participação de ambos no projeto de pesquisa do professor Boaventura de Sousa Santos, com *“O MST e a canonização da ação coletiva”*. Aqui, procuraremos ponderar estas críticas com as posições do MST expressas em entrevistas com suas lideranças, documentos internos e práticas. Sabemos que entre os discursos, as intenções e as práticas existem distâncias a considerar e que, em virtude de eu não viver entre os sem-terra, não vou poder precisar até onde vai a veracidade das posições de ataque nem das posições de defesa, mas isso não trará prejuízo à nossa pesquisa.

Embora Navarro apresente outros pontos mais, ficam patentes dois pontos centrais nas críticas proferidas por ele ao MST, tanto no capítulo-crítica (inicial) quanto no capítulo-tréplica (final). O primeiro ponto versa sobre *o socialismo como projeto estratégico do MST*, e o segundo, sobre a recusa do MST em colaborar com o programa de reforma agrária do Governo Fernando Henrique Cardoso, pelo que Navarro acusa o Movimento de pretender *a deslegitimação do Estado*. Vejamos, porém, os vários pontos críticos levantados nessa polêmica.

IV.1 – Críticas, réplica, tréplica e outras contribuições

No capítulo-crítica, Zander Navarro inicia reconhecendo que o MST tem “uma das mais fascinantes trajetórias sociopolíticas que a história brasileira já produziu”, tornando-se referência obrigatória em qualquer assunto que diga respeito à questão agrária brasileira. Destaca sua grande capacidade de mobilização e de colocar a reforma agrária na pauta política nacional e a agilidade para realizar ações integradas em todo o país, graças, em grande medida, à organização e dinâmicas internas de estruturação.

Navarro observa que o foco central de sua crítica nesse capítulo é o MST e seu corpo diretivo, sua história, estratégias de ação e seu repertório de escolhas e decisões, e não sua base social representada pelas famílias semi-terra sob sua órbita, pois, segundo Navarro:

“[...] muitas vezes é significativa a distância entre a base social e a agenda discursiva e as formas de ação social escolhidas pela direção, o sucesso mobilizador do MST sendo explicado por outras razões, diferentes da adesão consciente e voluntária de sua base social” (NAVARRO, 2005, pág. 195).

Critica os objetivos estratégicos e formas de ação políticas do MST, que para ele se realiza “sem produzir sujeitos sociais com real autonomia organizativa, comandantes de seus próprios destinos, assim impossibilitados de inscrever a emancipação social e política entre seus objetivos de vida” (NAVARRO, 2005, pág.228). Em tréplica, Navarro classifica Carvalho como “dogmático

passadista”, que empresta importância social e política a atores e classes sociais que em nossos dias foram fortemente enfraquecidos⁶⁷.

Argumentando em defesa do MST contra estas afirmações de Navarro, Horácio Martins de Carvalho lembra o momento histórico em que o Movimento surgiu e se desenvolveu. Ressalta as adversidades e os “inimigos históricos, com força e poderes econômicos, políticos, ideológicos enormes”, que o MST teve e tem que enfrentar, além do “desencanto pessoal de amplos setores da intelectualidade de centro-esquerda do país⁶⁸ que, por desencanto com a política ou por terem sido cooptados por setores moderados da classe dominante (transformismo, conforme Gramsci), aderiram às reformas políticas e macroeconômicas neoliberais ou à ideologia dominante que considera os pequenos produtores rurais familiares como setor da produção sem perspectiva histórica” (CARVALHO, 2005, pág. 237).

Sobre a distância entre a base social e a agenda discursiva e as formas de ação social escolhidas pela direção, Carvalho diz que o MST tem dado, pela emulação⁶⁹:

“[...] um novo sentido ao processo histórico de emancipação social continuada das classes subalternas no campo e contribuído objetiva e subjetivamente na afirmação da identidade social dos trabalhadores rurais sem terra, na redescoberta de um sentido histórico para essa fração das classes subalternas no campo, como na conquista cotidiana da dignidade de milhões de pessoas do campo e da cidade envolvidas na luta pela terra, pela reforma agrária e pela mudança no modelo econômico vigente” (CARVALHO, 2005, pág. 240).

Para Carvalho, as parcelas das classes subalternas vinculadas ao MST vão construindo uma identidade social de projeto num processo de emancipação continuada que, num primeiro momento dar-se com a consolidação de uma identidade de resistência para daí galgar outros patamares pela

⁶⁷ Em nota (pág. 266), Navarro critica as apostas políticas fundadas nas classes subalternas do meio rural, sobretudo nos movimentos sociais agrários que vislumbram um por vir socialista. No seu entendimento, a divisão da terra deve se dar numa perspectiva de dinamizar o capitalismo, muito embora não acredite que o fim dos latifúndios seja uma peça ‘decisiva’ para a transformação social brasileira.

⁶⁸ Aqui, implicitamente, Carvalho inclui Zander Navarro.

⁶⁹ *Emulação*, para o MST, é a busca da superação das metas estabelecidas através do esforço consciente para beneficiar o coletivo. A emulação, ao mesmo tempo em que deve ser dirigida (em função das metas), deve dar liberdade de ação para que todos possam exercer e pôr em prática a criatividade. (Cartilha Nacional de Formação, 2005. págs. 138 e 141).

quebra das “cercas” que os aprisionam. Para o MST, as três principais “cercas” a serem derrubadas são as do *latifúndio*, as da *ignorância* e as do *capital*⁷⁰. Conforme Carvalho, o corte dos arames das duas primeiras “cercas” já é vivenciado e dão efetivo significado à consciência social das famílias sem-terra: as “cercas” dos latifúndios são derrubadas de fato com as ocupações e os assentamentos, forçando a realização da Reforma Agrária; as “cercas” da ignorância com a educação⁷¹, cultura e formação política desenvolvidas nas áreas conquistadas também estão sendo removidas; as “cercas” do capital, no entanto, embora vá aos poucos sendo percebidas pelos sem-terra como algo que ao mesmo tempo em que os aprisiona à miséria e nega-lhes o direito de transformar essa dura realidade sócio-política-econômica:

“[...] exigirá uma identidade social mais ampla do que aquela restrita aos sem-terra ou mesmo às classes subalternas do campo. Pressuporá, para que a identidade de projeto emerja como capaz de buscar a transformação de toda a estrutura social do país, a unidade das classes subalternas do campo e da cidade. Lutando a favor dessa perspectiva, o MST amplia as suas alianças sociais e políticas junto aos setores das classes subalternas da cidade” (CARVALHO, 2005, pág. 249).

Quanto ao sucesso mobilizador do MST ser explicado por outras razões, diferente da adesão consciente e voluntária de sua base social, como dissera Navarro, a resposta de Carvalho foi de que a grande força mobilizadora do MST está no que também dá identidade social aos seus membros: o compartilhamento de valores nos lares e nas escolas dos assentamentos, nos cursos, encontros e

⁷⁰ CARVALHO, op. cit., no rodapé da pág. 249.

⁷¹ Segundo Rudá Ricci, doutor em Ciências Sociais e membro da executiva nacional do Fórum Brasil do Orçamento e do Observatório Internacional da Democracia, “O projeto pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) soma vários autores do campo educacional (Paulo Freire, Piaget e Makarenko) e do campo das lutas nacionalistas e de esquerda na América Latina (José Martí e Che Guevara). Um dos autores mais citados é Paulo Freire. As palavras geradoras, que em Paulo Freire significam palavras que possuem forte significado para aqueles que estão estudando, transformam-se, no MST, em complexos temáticos, ou seja, um conjunto de temas vinculados à luta pela terra. O processo educacional é entendido como base de organização do movimento socialista e também valorização dos conhecimentos vinculados à vida no campo e formação técnica que possibilite aumento de produção e agroindustrialização. No MST, a criança deve, desde cedo, se envolver com um trabalho produtivo e com política na sua proposta curricular. Por esse motivo, o conteúdo educacional possui correspondência com escolas regulares ou de formação técnica e incorpora inovações como discussões diárias, de 45 minutos, sobre acontecimentos do cotidiano. Nos documentos do Movimento, os objetivos formativos são claros: formar pessoas que sejam sujeitos, com capacidade e consciência organizativa, capazes de construir uma nova forma de conviver, de trabalhar, de festejar as pequenas e grandes vitórias dos trabalhadores, devendo estimular a livre expressão de idéias e sentimentos, com firmeza na luta em defesa dos trabalhadores e ternura no relacionamento com outras pessoas. A escola não é apenas lugar de estudo, mas lugar de trabalho” (RICCI, 2008, pág. 2).

reuniões de formação, na frente de massa durante as ocupações, nos acampamentos, nos atos públicos e em todos os atos e práticas sociais que lhes proporcionam emancipações pessoais e coletivas continuadas⁷².

Quando Carvalho diz que o MST busca unificar as lutas das classes subalternas do campo e da cidade em busca da transformação de toda a estrutura social do país, acreditamos que esteja se referindo a uma proposição teorizada por Gramsci, qual seja a formação de uma **vontade coletiva nacional-popular**⁷³. Para Gramsci, “a formação de uma **vontade coletiva nacional-popular** é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não **irrompem simultaneamente** (com grupos sociais urbanos) na vida política⁷⁴”. Portanto, nessa perspectiva, uma das tarefas essenciais do Movimento deve consistir em unificar os trabalhadores do campo e da cidade num projeto comum de sociedade. Para tal propósito, segundo Carvalho, o Movimento dá sinais de que se esforça para elevar intelectualmente, no seu âmbito, as classes subalternas, sem, no entanto, desenraizá-las culturalmente. E partindo da realidade objetivada na materialidade das condições de vida e do senso comum dessas pessoas, busca dar-lhes novas interpretações políticas. Aqui, a militância assume o papel de intelectuais de novo tipo, *orgânicos* no sentido gramsciano, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela numa simbiose de auto-sustentação e superação de um distanciamento histórico entre os intelectuais e a massa, pois, como disse Antonio Gramsci, “o elemento popular ‘*sente*’, mas nem sempre ‘*compreende*’ ou ‘*sabe*’; o elemento intelectual ‘*sabe*’, mas nem sempre ‘*compreende*’ e muito menos ‘*sente*’⁷⁵”. Trocando em miúdos, a miséria e a ignorância a que vive submetida essas gentes, também não é uma “escolha”.

⁷² CARVALHO, 2005, pág. 253.

⁷³ Gramsci analisou o Norte da Itália, industrialmente desenvolvido, e uma vasta região predominantemente agrícola, ao Sul da Itália – Mezzogiorno, com vistas a teorizar e formar um novo bloco histórico operário-camponês, a se contrapor ao bloco dos grandes proprietários dos meios de produção industrial-agrário.

⁷⁴ GRAMSCI, 1987. pág. 36.

⁷⁵ Idem, pág. 37.

consciente e voluntária, sendo necessário a figura do filósofo democrático⁷⁶ para arrancá-las desse estado de alienação em que vivem. Para Gramsci:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'por si', sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica⁷⁷. Difundir uma nova filosofia comporta, também, criar uma nova relação pedagógica com as classes subalternas que permite o avanço da luta cultural para transformar a mentalidade popular. Nessa atividade cultural o Partido⁷⁸ encarna o filósofo democrático⁷⁹.

Assim, enquanto elabora e difunde uma nova filosofia e novas relações pedagógicas: 'cria o terreno para um desenvolvimento ulterior da **vontade coletiva nacional-popular**, no sentido de alcançar **uma forma superior e total de civilização moderna**' que corresponde à sociedade socialista⁸⁰.

Se os intelectuais orgânicos não forem conscientes de serem elaboradores de uma nova concepção do mundo, se não sentirem na sua consciência a ruptura com o passado-presente e não buscarem provocar essa ruptura dentro de toda a sociedade, isto significa que não estão operando uma transformação social de relevância histórica⁸¹.

Retomando a crítica de Navarro, outra observação primordial para estabelecer os limites dessa crítica é que aqui a idéia de emancipação, para Zander:

"[...] é informada restritivamente por uma dimensão essencialmente política e refere-se às chances de as classes subalternas e aos grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, construírem, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesses e, mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações

⁷⁶ O conceito de *filósofo democrático* está ligado a uma prática pedagógica segundo a qual existe uma relação ativa entre quem 'ensina' e quem 'aprende', onde ambos são, simultaneamente, 'aluno' e 'professor'. Para Gramsci, "Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não-intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército". [GRAMSCI, 1987, pág. 34.]

⁷⁷ GRAMSCI, idem, pág. 40.

⁷⁸ Aqui, no caso, o Movimento assume a função de Partido.

⁷⁹ STACCONE, 1987, pág. 34.

⁸⁰ Idem, pág. 36.

⁸¹ Idem, pág. 31.

próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos socialmente adversários” (NAVARRO, 2005, pág. 195).

Esta proposição incorporaria o conflito social como legítimo para se fazer “ajustes”, porém, resguardando-se a manutenção da ordem existente e do sistema capitalista. Trata-se, pois, da necessidade dos “de baixo” se organizar para as disputas políticas institucionais, sem a “interferência” de “falsos profetas” e partidos políticos⁸².

Aqui, a idéia de emancipação defendida por Zander Navarro na dimensão essencialmente política é uma definição liberal da democracia (CHAUI, 2003) como *regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais*. Esta concepção de democracia primeiro identifica no pensamento e na prática, liberdade e competição – liberdade de ir e vir e de competição nas “disputas políticas para exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas”. Segundo, há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político. Terceiro, defendendo a sociedade contra a tirania, “sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos socialmente adversários”, há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes executivo e judiciário para conter os conflitos sociais, estabelecendo limites (tanto jurídico como policiais e repressivos) para impedir sua explicitação e desenvolvimento completos. “Esta proposição incorporaria o conflito social como legítimo para se fazer “ajustes”, porém, resguardando-se a manutenção da ordem existente e do sistema capitalista. Trata-se, pois, da necessidade dos “de baixo” se organizar para as disputas políticas institucionais, sem a “interferência” de “falsos profetas” e partidos políticos”.

Horácio Carvalho sugere que se estudem as congruências e incongruências do MST ao longo de sua história levando-se em conta a totalidade da formação social brasileira, não somente na sua dimensão política, mas também, nas suas dimensões econômica e ideológica analiticamente interrelacionadas. A democracia como entendida pela direção do MST recusa considerar a

⁸² NAVARRO, 2005, pág. 196-197.

emancipação apenas na dimensão política. Criticam a democracia liberal-burguesa, onde a participação da imensa maioria do povo se resume praticamente ao momento do voto, em eleições periódicas, para escolher seus representantes às casas legislativas e aos executivos municipais, estaduais e nacional; onde o poder econômico quase sempre subjuga as maiorias despossuídas e alheias às raízes dos problemas sociais em que vivem mergulhadas, e onde se elege pela compra de votos e outros casuísmos, uma maioria nos executivos e nos parlamentos, para representar os interesses dos grandes grupos econômico-financeiros, das oligarquias rurais, e das elites locais, regionais e nacionais que, embora numericamente inferiores, concentram riqueza e poder, enquanto milhões são marginalizados nos campos, vilas e favelas de todo o país. As palavras de Jaime Amorim sintetizam esse ponto de vista:

“A democracia pra nós é um conjunto de coisas. Democracia não é só o povo participar de eleições. Como podemos dizer que vivemos num país democrático se a grande maioria da população não tem emprego, se a grande maioria da população não tem educação, se a grande maioria da população não tem acesso ao sistema de saúde, não tem acesso a terra,... Qual a participação do povo nisso tudo aí? Para nós isso é uma falsa democracia. A burguesia coloca as eleições como o ápice da participação popular e símbolo da democracia, mas as eleições e o Estado no capitalismo são usados para amortecer o conflito entre capital e trabalho. Quem normatiza e decide nas questões econômicas, por exemplo, são as grandes corporações. E quem dirige as grandes corporações não são escolhidos em eleições populares, né!? Votar não significa participar nem muito menos decidir.

A verdadeira democracia vai se dar no momento em nós pudermos democratizar a terra, democratizar os meios de comunicação, democratizar os meios de produção, democratizar a educação,... Então, é nessa democracia que acreditamos”.

Em contraposição, suas lideranças argumentam que no MST a participação começa desde o primeiro momento, quando as pessoas são convidadas a entrar no Movimento para lutar pela reforma agrária, que é muito mais do que conseguir um pedaço de terra para as pessoas produzirem seu próprio sustento, mas é também uma luta por esperança, por um futuro melhor, que começa

desde o início, na construção coletiva de uma identidade e de confiança neles próprios, com as conquistas fruto da luta organizada de todos.

Na CPMI da Terra, Edilson Barbosa, membro da direção do MST-PE, ressalta a importância dos movimentos sociais para livrar os desvalidos do submundo do crime e da marginalização social:

“Com esse grau de desemprego, de desigualdade social, de miserabilidade, restam aos trabalhadores dois caminhos: um – que já citei é a imprensa vem citando diariamente nos jornais – é a criminalidade, a prostituição, o mundo das drogas, a violência generalizada; o segundo é a organização dos trabalhadores. Então, resta a nós, sem-terra, pobres deste país, desempregados, essas duas opções: ou se juntar ao mundo do crime ou se juntar às organizações sociais para lutar por nossos direitos” (Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006. Pág. 137).

O MST é acusado por Navarro⁸³ de adotar esquemas políticos de perspectivas totalizantes, a exemplo das tradições ortodoxas do marxismo, que desqualificam as diferenças e alteridades sociais e de impedir formas de organização locais e regionais autônomas, pois isso representaria uma ameaça à unidade nacional do Movimento; e que o MST está organizado muito mais para servir aos propósitos inconfessáveis do corpo dirigente da Organização do que à emancipação dos pobres do campo. Para Zander Navarro, massacres de trabalhadores rurais sem-terra, como os ocorridos em Corumbiara – Rondônia, em 1995 e Eldorado dos Carajás – Pará, em 1996 já eram previsíveis, devido à tática do confronto adotada pelo MST. Dando prosseguimento, Navarro num tom ameaçador remove fantasmas do passado, ao ver no radicalismo das formas de luta do Movimento uma ameaça de retrocesso político, a exemplo do que ocorreu com as Ligas Camponesas, pouco antes do golpe militar de 1964⁸⁴.

Para responder às críticas acima, Carvalho recorreu às deliberações dos primórdios do MST, citando os princípios de organização, as reivindicações e formas de lutas deliberados no I Encontro Nacional do MST, em 1994, tais como: direção coletiva, divisão de tarefas para cada qual segundo suas capacidades e habilidades, a disciplina, o estudo, a formação dos seus próprios quadros, a luta

⁸³ NAVARRO, 2005, pág. 197-198.

⁸⁴ Idem pág. 211.

de massa apoiada na idéia de que o direito assegurado em lei não garante nenhuma conquista para o povo, e a vinculação com a base⁸⁵. Assegura ainda que durante toda a história do MST a implementação desses preceitos, bem como a revisão e ampliação dos mesmos, sempre que se faz necessário, tem sido uma práxis permanente, permitindo a correção de erros e desvios e, também, frisa que nem sempre uma crítica corretamente formulada pode ser aplicada num piscar de olhos, sobretudo num Movimento de dimensão nacional como é o MST, com todas as vicissitudes que lhe são peculiares “devido a complexidade e diversidade das inúmeras instâncias diretivas descentralizadas pelos 23 estados da federação e o Distrito Federal onde existe o MST, assim como pelas regiões dentro de cada Estado até o nível mais elementar representado pelos assentamentos, ao caráter colegiado dessas direções⁸⁶ e, nos assentamentos, à diversidade de percepção da realidade. A compreensão das críticas e das mudanças possíveis demanda tempos não apenas cronológicos mas, sobretudo, culturais. Afloram, deveras, formas muito variadas de descoberta de soluções para um mesmo problema” (CARVALHO, 2005, pág. 244).

Ainda contestando a afirmação de Zander Navarro sobre a organização imutável do MST ao longo dos anos, Horácio Carvalho argumenta que “a diversidade e a velocidade das alterações na correlação de forças políticas e ideológicas não propicia condições objetivas para a cristalização de estruturas organizacionais burocráticas, seja entre as instâncias de direção ou entre os coletivos setoriais e dão uma dinâmica própria a esse movimento de massa com centenas de centros de decisão” (CARVALHO, 2005, pág. 248).

⁸⁵ CARVALHO, 2005, pág. 243.

⁸⁶ “Embora alguns digam que o MST não é democrático porque não realiza eleições pra tudo, achamos que exercemos a nossa democracia participativa internamente, quando os trabalhadores participam das lutas, participam da organização dos acampamentos e participam do processo de construção do Movimento. Quando ampliamos as instâncias e direções não foi só porque o Movimento cresceu e pra poder coordenar politicamente era preciso ampliar, mas, também, porque permitia a participação de muito mais companheiros e companheiras, pra abrir mais espaços de participação. Como já vimos, em Pernambuco, a primeira direção nossa, em 1991, 1992, era um grupinho de oito pessoas e, hoje, temos uma coordenação com duzentos e quarenta – homens e mulheres” (Jaime Amorim, membro da direção do MST-PE e da direção nacional).

Sobre tema correlato, no que toca à responsabilização dos movimentos sociais pelos retrocessos políticos na sociedade, a professora Marilena Chauí prefaciando livro de Eder Sader⁸⁷, referindo-se a tese do historiador helenista Moses Finley, diz:

“Os defensores da apatia e das “elites” dirigentes costumam afirmar que o maior perigo para a democracia é a intervenção política da “massa dos descontentes” que redundam em “movimentos populares extremistas”. Ora, lembra Finley, todo historiador sabe que os extremismos que golpearam mais duramente a democracia nunca vieram dos movimentos populares e sim de oligarquias poderosas, convencidas de que não obteriam seus fins por meios democráticos. Finley desconhecia o Brasil. Nós o conhecemos, pelo menos o bastante para tomá-lo como ilustração empírica da tese geral de Finley”.

Embora Navarro não defenda a apatia das massas, classifica o MST como movimento popular extremista e, portanto, enquanto movimento social que visa desconstituir o ordenamento social estabelecido deverá ser combatido pelos defensores da ordem; e uma das modalidades de ataque dar-se no campo político-ideológico, assegurando que o avanço desses movimentos terá como desfecho, necessariamente, um Estado totalitário.

Zander Navarro destaca, ainda, as relações problemáticas do MST com as demais organizações do campo, em função da sua política pelo controle do processo de organização dos pobres do campo e de suas orientações ideológicas⁸⁸.

Os dois maiores desafios atuais do MST, no entendimento de Navarro, são: primeiramente, o problema da democracia tanto para dentro quanto para fora do Movimento. Internamente, “por estruturar-se como uma organização essencialmente não-democrática”, com uma identidade política monolítica que se constrói recorrendo-se a uma retórica ideológica anti-sistêmica. Para fora, segundo Navarro, o MST tem dificuldade de relacionar-se com outros movimentos sociais e organizações do chamado “campo democrático-popular” em virtude do aprofundamento das diferenças políticas e ideológicas, a começar por suas ações de ocupações de terra que, se por um lado contribui para a democratização da ‘sociedade rural’, não gera nos trabalhadores sem-terra

⁸⁷ SADER, pág. 9-10.

⁸⁸ NAVARRO, op. cit. pág. 248.

expectativas de transformações políticas a ponto de promover rupturas sociais, como querem inculcar-lhes as lideranças intermediárias do Movimento, sob orientação de algumas lideranças nacionais.

Carvalho contesta Navarro nestes pontos dizendo que a pluralidade de movimentos no campo retrata as concepções políticas e formas de lutas que lhes são peculiares, havendo independência entre eles, e salienta que os apoios recebidos pelo MST dentro e fora do Brasil são consideráveis e necessários, mas que “não garantem a prolongada permanência na luta pela terra, pela reforma agrária e pela superação do atual modelo econômico”, nem respondem pela organização do MST que, “aos poucos foi se desenvolvendo dentro e pelo movimento de massa, atingindo uma considerável complexidade” (CARVALHO, 2005, pág. 237).

Ainda sobre as relações do MST com outros movimentos sociais rurais, vejamos o que disse, em entrevista, um dirigente do MST de Pernambuco sobre a proliferação desses movimentos, sobretudo após a eleição de Lula à presidência da República do Brasil:

“O INCRA contabiliza 14 (quatorze) movimentos rurais no Estado, o MST, contudo, reconhece somente uns 5 (cinco) desses movimentos como sérios, visto que muitos foram criados por vereadores e “chefes políticos” para tirar proveito eleitoral e fazerem “caixa 2” ou por outros tipos de aproveitadores que realizam negociatas com especuladores de terras”. (Edilson Barbosa – Coordenador Estadual de Produção e membro da Direção Nacional do MST).

Pelo dito, ainda segundo Edilson, o MST não somente reconhece como também é reconhecido e apóia outras organizações sociais no campo.

“Outros movimentos e organizações, que antes eram contrários às ocupações, a exemplo da FETAPE/Contag, não somente passaram a dar apoio moral e político ao MST, como também adotaram esse método de luta nas suas ações pela Reforma Agrária. [...] Também temos dado apoio ao sindicalismo rural mais comprometido com a defesa dos direitos dos trabalhadores do campo, contra as direções sindicais pelegas⁸⁹ e assistencialistas”.

⁸⁹ *Direções sindicais pelegas* é uma terminologia usada pelo chamado novo sindicalismo Cutista, surgido das lutas sindicais do ABC paulista nos anos 1980, para designar os dirigentes de sindicatos de trabalhadores que eram apoiados e mantidos pelos empresários para defenderem os interesses dos patrões. (Ver OLIVEIRA, 2007).

O presidente da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Manoel José dos Santos, em declaração à CPMI da Terra, reforça essa posição de bom relacionamento com o MST que, apesar das diferenças, ressalta terem pontos de convergência nos objetivos e nos métodos de ação, conforme segue, no seu relato:

“Acreditamos que os objetivos do MST são os mesmos da Contag no que diz respeito à reforma agrária. Enquanto ela não for feita, não haverá quem segure o processo de conflito no campo, porque as pessoas precisam viver e, onde não há outra forma, vão buscar de fato a oportunidade de trabalhar na terra. Outro elemento que nos une é que a agricultura familiar precisa ser fortalecida. O Brasil precisa compreender que este é um segmento estratégico importante não só para sanar os conflitos no campo, mas para garantir a uma parcela significativa da população brasileira, os trabalhadores rurais, que hoje perderam a condição de ser gerentes de seu negócio, viver com dignidade.

Outra visão unitária entre o MST e a Contag é que o Brasil não pode continuar tendo uma preferência quase exclusiva pela agricultura para exportação, produzida em grande escala. Não temos dúvidas, pela extensão de terras do Brasil, pela quantidade de pessoas envolvidas no processo da agricultura, de que é possível viver em harmonia com o sistema de agricultura familiar forte, produtivo, com assistência técnica, com planejamento, com famílias de fato produzindo para o seu sustento e para a complementação da sua renda, com salário tirado do seu próprio trabalho, sem ser necessário acabar com o sistema produtivo patronal. (...) porque a agricultura familiar não tem sucesso? Porque nunca teve prioridade, planejamento, assistência técnica nem crédito na hora” (Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006. pág. 108).

Fazendo um breve resgate histórico do Movimento, Navarro faz referências a três fases. Na primeira etapa, nos primórdios do Movimento, Navarro elogia:

“a capacidade surpreendente de o MST reinventar-se politicamente, segundo as variações conjunturais, e uma criatividade sem paralelo com outros movimentos. [...] Seus desafios também são socialmente maiores, por ter como base social os ‘mais pobres entre os mais pobres do campo’, normalmente, grupos de ocupação episódica, sem moradia definida, sem acesso à escolaridade e, quase sempre, facilmente vítimas de manipulações políticas de toda ordem – na linguagem do próprio Movimento; sua base forma o ‘lumpesinato’, os setores mais frágeis do meio rural” (NAVARRO, 2005, pág. 201).

Nesse contexto, seu maior desafio é o de mobilizar socialmente essa gente para pressionar a realização da reforma agrária e a conseqüente desconcentração da terra.

Elogios também são feitos por Navarro à forte identidade social do Movimento e disso, decorrendo a sua enorme capacidade de mobilização, tornando-se um reconhecido agente social cujas ações resultaram em milhares de assentamentos Brasil afora e que, muito embora fosse ainda insuficiente em face da demanda reprimida ser imensamente maior, contribuiu para melhorar a distribuição de terras e instaurar dinâmicas econômicas novas em vários rincões do Brasil rural. Este primeiro período, de acordo com Navarro, caracterizou-se pela mediação de grupos progressistas da Igreja Católica, inclusive contando com alguns membros como dirigentes do Movimento, foi um tempo onde predominaram as negociações ao enfrentamento e, na interlocução com os governos estaduais e federal, a pauta da reforma agrária passou a fazer parte da agenda do Estado. Poderíamos dizer que nesse primeiro momento o MST adotava uma *tática eclesíastica*⁹⁰.

O segundo período, que na segmentação proposta por Zander Navarro ocorreu entre 1986 e 1993, o MST passou a adotar a *tática do enfrentamento* como regra. Esta mudança de tática pôde ser percebida tanto nas ações de confrontação quanto no lema do Movimento que passou de “Terra para quem nela trabalha”, para “Ocupar, resistir, produzir”. A partir de então, segundo Navarro, a relação com os mediadores religiosos mudou e estes passaram de quadros definidores da orientação do Movimento a quadros auxiliares da Organização. Pouco a pouco, diz Navarro, “permaneceram na órbita do MST apenas os quadros mais radicalizados do clero católico” (NAVARRO, pág. 203). A mudança de orientação dada refletiu também na forma de organização do Movimento. Na avaliação de Navarro, gradativamente o MST foi transitando de “movimento de massa” (movimento social, no sentido sociológico da expressão) para “movimento de quadros” (Organização centralizada)⁹¹.

⁹⁰ Tática eclesíastica é uma expressão nossa, com base na argumentação de Navarro.

⁹¹ Em nota de rodapé, pág. 204, Navarro diz que o MST “adere a uma noção de movimento social que não prescinde de um alto grau de participação de seus membros e uma estrutura decisória flexível e democrática”.

A estas considerações de Navarro, ao mesmo tempo em que lista várias entidades nacionais e internacionais idôneas, experimentadas e nada ingênuas⁹², que apóiam o MST, Horácio Carvalho recorda que a emancipação continuada do Movimento e das classes subalternas a ele ligadas teve início já no nascedouro do MST, quando as instituições que lhe deram vida no âmbito dos debates de sua constituição, – a CPT e os dirigentes sindicais rurais a ela vinculados, e setores das Igrejas Luterana e Católica que, após o Concílio Vaticano II, postularam uma prática pastoral denominada teologia da libertação – propugnaram no I Encontro Nacional dos Sem-Terra, realizado em Goiânia de 23 a 26 de setembro de 1982, que o Movimento dos sem-terra fosse constituído como uma organização independente tanto das Igrejas quanto dos sindicatos⁹³. Para Carvalho, a emancipação do MST da tutela das Igrejas e dos sindicatos, não significou um rompimento de relações com estas instituições e entidades, pelo contrário, “a solidariedade e a cooperação em defesa das ações do Movimento jamais cessaram e, ao dar continuidade histórica a diversos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, o MST teve que se emancipar também dos partidos, do Estado e, internamente, do centralismo burocrático que a busca pela unidade estratégica de luta em um país continental e multicultural como o Brasil insinuava” (CARVALHO, 2005, pág. 242).

Para Horácio Carvalho “as mediações formais tipo representação de interesses, sejam elas de sindicatos, partidos, Estado ou Igrejas, podem ser necessárias em determinadas circunstâncias, mas não são imprescindíveis” (CARVALHO, 2005, pág. 240) e observa que a emancipação é sempre um processo inconcluso, mesmo nos processos revolucionários, onde as pessoas grupos e classes sociais conseguem fazer fluir emancipações pessoais e sociais. Pois, a cada movimento novas correlações de forças econômicas, políticas e ideológicas são constituídas colocando as relações de tutela e emancipação sob novas configurações⁹⁴.

⁹² Zander Navarro afirmara que as entidades e instituições que apóiam o MST, sobretudo as internacionais, o fazem por desconhecerem as práticas maniqueístas arroladas internamente pelo Movimento para manipular e forjar sua coesão interna, e os seus esquemas políticos de perspectivas totalizantes.

⁹³ CARVALHO. Op. cit., pág. 242.

⁹⁴ Idem, pág. 239-240.

Na tréplica, Navarro questiona a observação de Carvalho de que o Movimento pode prescindir das mediações formais tipo representação de interesses, perguntando: “Que papel caberia então a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), existente desde o nascimento do Movimento, exatamente para atuar ‘como representação de interesses’? Ou ainda, levado ao extremo que o argumento sugere, Carvalho acreditaria numa sociedade organizada a partir apenas de ‘ações diretas’, sem qualquer forma de representação?”

Ao ser ouvido pela CPMI da Terra, o Secretário Geral da ANCA, Pedro Christóffoli, corroborou as relações existentes entre a ANCA, o MST, ONG’s, movimentos de pequenos agricultores, dos atingidos por barragens, universidades, movimentos de mulheres camponesas e outras entidades, em face dos objetivos comuns existentes entre elas, das convergências das suas políticas de atuação, e da preservação da autonomia e organicidade de cada entidade. Disse Christóffoli:

“Enquanto ONG temos relações com diversas organizações, universidades e movimentos sociais. Nossa relação principal é com o MST; é a relação com mais tempo; mas nos relacionamos também com os movimentos que se ligam à Via Campesina, como o dos Pequenos Agricultores, dos Atingidos por Barragens, de Mulheres Camponesas. Temos ainda relações com diversas outras organizações não governamentais. A nossa linha de atuação é estabelecida pelo Estatuto, pelos objetivos, pelas políticas que traçamos, e dentro disso são estabelecidas parcerias diversas. [...] cada entidade tem seu registro, seus estatutos e sua dinâmica de funcionamento. Essa parceria é bastante estreita; com algumas entidades desenvolvemos ações em conjunto a exemplo do Iterra⁹⁵, que é uma das nossas parcerias, no caso específico das atividades de formação” (Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006. pág. 125).

Ainda de acordo com a CPMI da Terra:

“As entidades referidas – ANCA, Concrab e Iterra – celebram convênios com órgãos da administração direta e indireta da União, a fim de atender à demanda de trabalhadores rurais, muitos ligados ao MST, nas áreas de educação, saúde, cooperativismo e assistência jurídica, entre outras. Por solicitação do Congresso Nacional, por meio de ofício datado de 28 de fevereiro de 2005, o Tribunal de Contas da União (TCU)

⁹⁵ Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.

auditou todos os convênios celebrados por órgãos federais com ANCA, Concrab, Iterra, Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), nos exercícios de 1998 a 2004. Os achados das auditorias do TCU e a análise dos sigilos transferidos à CPMI da Terra detectaram a existência de irregularidades formais nas contas da ANCA, Concrab e Iterra. São de natureza formal, porquanto os objetos dos convênios foram executados, segundo comprovam a documentação encaminhada à Comissão pelo Presidente do INCRA⁹⁶ e pelos representantes da ANCA e Concrab⁹⁷. Outrossim, os relatórios preliminares do Tribunal⁹⁸ deixaram consignada a execução física do objeto na maioria dos convênios auditados. Em alguns casos, os técnicos ressaltaram que tal execução não ficou comprovada, mas nenhum relatório foi conclusivo no sentido de que o objeto dos convênios não foi executado” (Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006. pág. 126 – 129).

Conforme observação de Navarro, à medida que o Movimento crescia em número de ocupações e se ramificava pelos estados federados do Brasil, surgiu também um problema que se avolumava, no tocante à produção. O desafio estava posto numa pergunta: “como organizar a produção nessas novas áreas, viabilizando economicamente os assentados e apresentando-as como ‘áreas modelo?’” A resposta prática a esta questão, relata Navarro, produziu um problema maior, pois foi dada como encaminhamento e em alguns de forma impositiva, uma solução ideológica – a constituição de cooperativas inteiramente coletivizadas – ao invés de uma solução técnica⁹⁹.

Carvalho reconhece que haja problemas com os arranjos produtivos desenvolvidos em certos assentamentos do MST por motivos diversos, mas contesta que haja uma política deliberada de coletivização forçosa dos meios de produção nesses assentamentos, e assegura que na produção e comercialização as experiências de cooperativas, tanto no modelo tradicional quanto nas formas coletivizadas não são muitas e que não há um instrumento interno que force a adoção desse modelo de organização produtiva e comercial. “O que predomina, denotando uma debilidade no processo de organização da produção para superar o individualismo econômico, é a iniciativa empírica da

⁹⁶ Documento autuado pela Secretaria da CPMI da Terra sob os n.º. 161, 161.1, 161.2, 161.3, 161.4 e 161.5, Caixa 18.

⁹⁷ Documento autuado pela Secretaria da CPMI da Terra sob os n.º. 503 e 504, Caixas 81 a 84.

⁹⁸ Documento autuado pela Secretaria da CPMI da Terra sob os n.º. 501 e 502, Caixa 80.

⁹⁹ NAVARRO, op. cit. pág. 205.

produção agropecuária ou extrativista familiar tradicional” (CARVALHO, 2005, pág. 251). A maioria das Cooperativas de Produção Agropecuária – CPA e as centenas de associações de produtores criadas pelo MST foram, de acordo com Carvalho, em grande medida, formas de resistência induzida pelas políticas públicas que exigiam a constituição dessas formas associativas como requisito indispensável para o recebimento de créditos rurais subsidiados. Mas reconhece que tais experiências também serviram de ensaio para a superação do individualismo econômico na consciência e práticas dos assentados.

Ainda conforme Carvalho, há outro aspecto, aparentemente sem nexos, que reforçaram a necessidade do MST buscar nas CPAs uma das formas de se proteger dos ataques e ameaças à sua desconstituição: a repressão econômica, política, ideológica e policial deflagrada contra o Movimento, sobretudo durante o Governo Collor de Mello (1990-1992), e a política agropecuária oficial desenvolvida a partir daí. Como exemplo de política oficial para o campo adotada por este governo e que afetou diretamente a pequena e média produção agrícola, Carvalho cita a liberalização total dos mercados e a suspensão da aquisição pelo governo de parte da produção rural, acabando com os estoques reguladores do mercado agrícola, que foram concebidos originalmente por governos anteriores para, entre outras coisas, controlar a especulação nos preços dos produtos alimentícios da cesta básica e os seus conseqüentes desdobramentos nas taxas de inflação. As CPAs e, posteriormente, as CPSs (Cooperativas de Prestação de Serviços) foram respostas a situações concretas vividas pelos trabalhadores rurais sem terra assentados¹⁰⁰.

Na terceira fase, delimitada por Navarro como o período que vai de 1994 até os anos recentes, novos acontecimentos políticos envolvendo o MST repercutiram nas relações sociais no campo e na imagem do Movimento. Os destaques apontados por Navarro foram relativos à como o MST passou a ser visto por outros movimentos sociais rurais e pela população urbana, a partir de suas ações e opções políticas. Por um lado, as ações do MST no Pontal do Paranapanema – SP,

¹⁰⁰ CARVALHO, op. cit., pág. 252.

onde a maior parte das propriedades rurais está em terras devolutas e, portanto, os proprietários já não têm mais como recorrer aos atos desapropriatórios, multiplicaram-se os assentamentos e milhares de famílias foram assentadas, dando maior visibilidade pública ao Movimento, por se tratar de um Estado onde a maior parte da grande mídia nacional está concentrada. No entanto, Navarro faz questão de ressaltar que o fortalecimento do Movimento não se deveu exclusivamente a méritos próprios, mas também a uma conjuntura favorável, pois os grandes proprietários de terra nunca estiveram tão fragilizados econômica e politicamente quanto naquele período. Por outro lado, na visão de Navarro, cresceu a desconfiança em relação ao MST por parte dos outros movimentos, em função de “compreensões distintas da vida social e das estratégias de transformação política da sociedade” (NAVARRO, 2005, pág. 205).

Referindo-se à direção nacional do Movimento, Navarro antepõe duas gerações de dirigentes. A “primeira geração” composta majoritariamente por dirigentes sulistas, mais centrados e menos radicais, e outra geração de dirigentes mais jovens, majoritariamente nordestinos e nortistas, que são mais radicais na contestação da ordem social e que, gradativamente, vão construindo a imagem de um MST “provocador”¹⁰¹.

Em nota¹⁰², Navarro critica a formação política não-universalista dos jovens militantes sem-terra e diz que estes recebem uma formação política voltada para manter a coesão interna pelo maniqueísmo das interpretações políticas.

O ato discriminatório contra os novos dirigentes oriundos do Norte e do Nordeste do país não foi comentado por Carvalho. Quanto à formação político-acadêmica restritiva das jovens lideranças, ele contesta dizendo que “desde 1999 o MST tem convênio com a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – para realizar anualmente cursos massivos durante 10 dias seguidos, em tempo integral, destinados a jovens militantes. Nesses três anos (1999 a 2001) participaram aproximadamente 4.000 jovens militantes. Essa prática de formação intensiva e

¹⁰¹ NAVARRO, op. cit. pág. 207.

¹⁰² Idem, pág. 208.

massiva irradia-se para outras universidades do país”. O MST estabeleceu convênios e acordos com 25 universidades, entre públicas e privadas, para a realização de diferentes tipos de cursos. Para o MST, diz Carvalho, “estes cursos fazem parte de um amplo movimento que é ao mesmo tempo de formação, de aprendizagem e de transformação do mundo¹⁰³”.

Na tréplica, Navarro volta a sustentar que os convênios acadêmicos realizados entre universidades e o Movimento dos Sem Terra não conferem novos conhecimentos aos jovens militantes conveniados, mas tão somente sancionam e reforçam a visão política do MST sobre o mundo rural¹⁰⁴. Prosseguindo, Navarro assegura que os militantes não são mais que mamulengos¹⁰⁵ nas mãos dos dirigentes principais do Movimento¹⁰⁶.

Na condição de aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande – PB, turma iniciada no ano 2006, posso testemunhar que a 1ª turma de alunos da Via Campesina (todos vinculados ao MST), em convênio com a UFCG, participaram das aulas regulares juntamente conosco e as disciplinas ali lecionadas contemplam uma gama de autores de concepções teóricas e ideológicas diversas, longe de maniqueísmos acadêmicos. Acreditamos que as dezenas de outras universidades com as quais o MST estabelece convênios também oferecem uma formação universalista.

As críticas de Navarro estão quase sempre entremeadas de considerações sobre a recusa do MST em estabelecer parcerias com o governo de Fernando Henrique Cardoso¹⁰⁷. Condena as ocupações de terras durante este governo¹⁰⁸, classificando esta prática como um instrumento de pressão desnecessário visto que este foi um governo democraticamente eleito e sempre aberto ao

¹⁰³ CARVALHO, op. cit. rodapé da pág. 254.

¹⁰⁴ NAVARRO, Zander. 2005, pág. 264.

¹⁰⁵ Mamulengos são bonecos (teatro de fantoches) cuja fala e movimentos são manipulados por outrem.

¹⁰⁶ NAVARRO, op. cit. pág. 264.

¹⁰⁷ Como inconseqüências do MST, Navarro cita a sua campanha nacional pela delimitação do tamanho das propriedades rurais (para Navarro, inconcebível num regime capitalista) e, mais incompreensível ainda, para Navarro, foi a recusa do Movimento em apoiar o programa governamental “Banco da Terra”, que defendia uma reforma agrária de mercado, ou seja, os pobres do campo, assentados, receberiam empréstimos subsidiados em forma de crédito fundiário, para comprar seu próprio quinhão de terra (rodapé da pág. 212). Também fez questão de negar a existência de relações estreitas entre o governo federal e os latifundiários, ao dizer que os grandes proprietários de terra estavam fragilizados e não tinham influência política sobre este governo (rodapé da pág. 214).

¹⁰⁸ NAVARRO, 2005, pág. 219.

diálogo, e que o seu Ministério do Desenvolvimento Agrário foi o verdadeiro “Ministério dos pobres do campo”¹⁰⁹. Vê, assim, nas formas de luta do MST uma manipulação dos sem-terra como instrumento político de conotação político-partidária.

A radicalização nas formas de ação e opções políticas assumidas pelo Movimento no atual momento histórico são para Navarro extemporâneas, e resulta numa série de dificuldades e desencontros. Dentre os pontos problemáticos enumerados por Navarro um refere-se à postura política do Movimento de deslegitimação do Estado, onde ele condena a postura do MST de não querer a interlocução com o governo federal e cita nominalmente o dirigente nacional do Movimento, João Pedro Stédile, como um hipotético ministro da reforma agrária num eventual governo do PT, líder nas pesquisas eleitorais em meados de 1994, o que na opinião de Navarro evidencia que a lógica operativa do Movimento não tem como principal demanda a reforma agrária nem os reais interesses dos sem terra, mas objetivos político-partidários¹¹⁰. Na sua tréplica Navarro volta a apresentar o governo Fernando Henrique Cardoso como o que mais espaços reais para a implementação de políticas públicas e abertura ao diálogo com os movimentos sociais do campo, no âmbito do governo federal, até então existiu. No entanto, segundo Navarro, o MST recusou o diálogo com o governo e preferiu fundar sua estratégia num lastro que era principalmente eleitoral (eleger Lula Presidente do Brasil) e menos de representação dos sem-terra do país.

Em defesa de uma conformação com a ordem, Navarro responsabiliza o MST de não contribuir para fazer avançar processos novos e promissores de desenvolvimento rural no Brasil, em face das projeções de transformação da sociedade defendidas pelos principais dirigentes do Movimento ser embasadas numa leitura deslocada da realidade brasileira, que as “viseiras ideológicas não os deixam ver”. Para Navarro, o Movimento perdeu uma oportunidade histórica de fazer avançar a reforma agrária e a melhoria das condições de vida de milhares de famílias pobres

¹⁰⁹ Idem, pág. 226.

¹¹⁰ Idem, pág. 223.

do meio rural, visto que uma série de fatores políticos, econômicos e sociais favoráveis a este avanço estava presente e não foi devidamente potencializado pelo Movimento.

Ainda na tréplica, Navarro volta à esteira da política institucional e apresenta a aceitação oficial, por parte do governo federal, de uma 'política diferenciada' para a 'agricultura familiar', como um marco político institucional dos mais relevantes, pois os agentes sociais do mundo rural passaram a ser vistos pela primeira vez não mais como pertencentes a uma categoria genérica de 'produtores', mas como segmentos que são, abrindo novas possibilidades de ação política e de intervenção no campo brasileiro¹¹¹.

Replicando Navarro no que diz respeito à postura do Movimento frente à política agrária do Governo Federal, Carvalho diz que a ação direta nas ocupações¹¹² confrontou o MST diretamente com o grande capital financeiro e comercial, nacional e estrangeiro¹¹³, e modificou a tática de luta pela terra, tensionando o Governo, ao invés de reivindicar reforma agrária ao Estado, conforme era a prática (inócua) de diversos movimentos sociais de luta pela terra, do sindicalismo rural e de partidos à esquerda¹¹⁴.

Segundo Carvalho¹¹⁵, a compreensão tida pelo MST acerca do caráter tutelador do Estado sobre as classes subalternas do campo (e da cidade), pelas ações de coerção e de formação de consenso para garantir a hegemonia das classes dirigentes sobre as demais classes sociais do país, foi determinante para as formulações estratégicas e organizativas na construção do Movimento dos Sem Terra. As dificuldades postas pela burocracia do Estado para formular e aplicar políticas agrícolas públicas nos assentamentos reforçou o sentimento e as exigências por uma Reforma Agrária que, mais do que simples distribuição de terras, contemplasse outras necessidades básicas

¹¹¹ Idem, pág. 275.

¹¹² Ocupar terras não é uma invenção do MST. Outros movimentos sociais do passado (Ligas Camponesas, Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra, etc.) já usaram esse método de luta para tensionar o Estado na promoção da Reforma Agrária.

¹¹³ O I Plano Nacional de Reforma Agrária – IPNRA, de 1985, constatou estatisticamente que os maiores latifúndios do país pertenciam a grupos financeiros e comerciais, cujos centros de decisões estão nos grandes centros urbanos, bem distantes das terras que possuem no meio rural.

¹¹⁴ CARVALHO, op. cit. Pág. 245.

¹¹⁵ Idem, pág. 246.

tais como: educação, saúde, segurança física contra as ameaças freqüentes de jagunços, grupos paramilitares e da polícia, dentre tantas outras. Para atuar em diversas frentes de lutas fez-se necessário constituir vários coletivos setoriais: as frentes de massa, educação, saúde, cooperação agrícola, gênero, formação, cultura, direitos humanos, comunicação e relações internacionais, todos articulados nos estados da federação e nacionalmente.

Na ação política e pedagógica das grandes mobilizações, como nas marchas, Carvalho diz que o MST reafirmou o entendimento de que “somente as ações de massa poderiam evitar o isolamento político dos movimentos sociais” pretendido pelas elites agrárias com seus governos e meios de comunicação de massa, e que “é possível manter táticas ofensivas mesmo quando se está vivenciando conjunturas caracterizadas pela resistência¹¹⁶”. Para Carvalho, as vitórias e conquistas em todas as frentes de luta, alcançaram resultados positivos práticos perceptíveis internamente e pelo conjunto da sociedade brasileira, fazendo com que o MST se consolide mais e mais como movimento social de massa.

Ao que Zander Navarro classificou como aceitação oficial, por parte do governo federal, de uma ‘política diferenciada’ para a ‘agricultura familiar’, a CPMI da Terra diz que tal ‘aceitação’ – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – não se deu sem pressão dos movimentos sociais do campo, visto que:

“A radicalização das políticas neoliberais fez aumentar o desemprego e ampliou o contingente de excluídos no campo, que passaram a lutar pela terra. Muitas pessoas vêem na reforma agrária a única chance de melhorar a sua situação miserável. Essa esperança levou milhares de homens, mulheres, idosos e crianças a se submeter às precárias condições de vida em acampamentos, mesmo sem certeza de alcançar seus objetivos.

Novos movimentos sociais surgiram na luta pela terra, multiplicaram-se os conflitos fundiários e os índices de violência no campo.

¹¹⁶ CARVALHO, op.cit., pág. 252-253.

Diante desses fatos, o governo FHC não pôde ignorar a existência das pressões sociais por reforma agrária. [...] Os novos assentamentos foram criados mais como resposta às ocupações do que como política do governo.

Outro componente importante da questão agrária, durante o governo FHC, foi o fomento do governo à agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar, apesar da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), resposta às pressões do movimento sindical rural¹¹⁷. O resultado desse estímulo tem sido a modernização de um setor da agricultura nacional apontado atualmente como dinâmico, produtivo e internacionalmente competitivo, o chamado agronegócio” (Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006. pág. 218 – 219).

Ainda na tréplica, Navarro acha contraditório o argumento de Carvalho de que o Movimento não pode esperar pela ação do Estado para a realização da reforma Agrária no país e que, portanto, realiza ocupações como uma forma legítima de pressionar o Governo a assentar os acampados e, ao mesmo tempo, sem abdicar dos créditos subsidiados e dos serviços públicos oferecidos pelo Estado. Para Navarro, se a regularização dos assentamentos em última instância é outorgada pelo Estado, e a legitimação dos recursos e serviços públicos, idem, há uma incoerência entre retórica e formas de luta deslegitimadoras do Estado e a busca de sua integração sistêmica (interna e externa) no abrigo desse mesmo Estado. Daí decorre, na avaliação de Navarro, que as práticas políticas do MST é uma farsa ou, pior, uma “mistificadora manipulação das famílias rurais mais pobres¹¹⁸”.

Sobre as ocupações como um instrumento legítimo de luta para pressionar o Governo Federal a realizar Reforma Agrária, João Pedro Stédile, falando à CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) da Terra, em 2005, argumentou em favor desse instrumento de luta, diante dos subterfúgios do governo para, na prática, enterrar a reforma agrária, disse Stédile¹¹⁹:

“[...] Do ponto de vista jurídico, sabemos que os setores conservadores querem evitar que haja ocupação.

Nós também. Se a reforma agrária desapropriar os latifúndios, para que vamos fazer ocupação? É só

¹¹⁷ A Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, foi a entidade que mais pressionou o governo federal para que fosse criado o Pronaf.

¹¹⁸ NAVARRO, pág. 276.

¹¹⁹ Relato de João Pedro Stédile (um dos fundadores e membro da direção nacional do MST) à CPMI da Terra, em 2005. In: Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006. pág. 117.

distribuir as terras, que automaticamente as ocupações vão diminuindo, porque ocupação é uma maneira de você pressionar para que alguém desaproprie. Agora, se o governo não desapropria não nos sobra alternativa. Bem, aí se pode dizer: "Mas pode ter outras alternativas". Pode. Os senhores se lembram: o governo Fernando Henrique fez campanha na televisão, gastou um dinheirão com a Globo e nem assim a retirou da crise. Gastaram um dinheirão na tal reforma agrária de televisão, pedindo para os sem-terra se cadastrarem pelo Correio. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fez reunião nas nossas bases e dissemos que não éramos contra. Cadastramos nossa turma no Correio. Torcemos para que saísse a reforma agrária para quem se cadastrasse. Cadastramos 850 mil famílias nos últimos três anos de Fernando Henrique. Comecem perguntando ao colega de vocês, o Jungmann¹²⁰: quantas famílias cadastradas no Correio foram assentadas? Nenhuma. Então, vocês pensam que vamos à nossa base fazer uma assembléia com eles e dizer: companheirinhos, vamos nos cadastrar no INCRA¹²¹, que sairá a reforma agrária. Eles dirão: O quê, vocês acham que somos bobos? Já nos inscrevemos no I Terra, no INCRA e no Correio. É claro que a pessoa que pensa se dá conta de que isso é uma enrolação. A forma mais efetiva é quando há pressão visível, que leva a sociedade a debater o problema, porque a reforma agrária está parada. Por isso fazemos ocupações".

Como contraponto, Navarro não se furtou de mostrar uma série de avanços conseguidos pelo Movimento para, em seguida, apresentar o que considera outros dilemas na luta pela emancipação dos mais pobres do campo.

São virtudes do MST, no olhar de Navarro, a capacidade de manter-se ativo e presente na vida política nacional, e os resultados expressivos alcançados ao longo de sua existência. Tomando alguns casos¹²², Navarro cita o das regiões antes 'adormecidas', do ponto de vista econômico e político, e que passaram a ter uma nova dinâmica na produção agrícola e na vida política dos municípios onde ocorreram assentamentos, com famílias rurais mais participativas e, em consequência, contribuindo para democratização de seus respectivos municípios pela produção de novas práticas sociais. Reconhece que, embora a reforma agrária estivesse na agenda política de

¹²⁰ Raul Jungmann foi o Ministro do Desenvolvimento Agrário – MDA, no Governo Fernando Henrique Cardoso e, à época da CPMI, Deputado Federal do Partido Popular Socialista – PPS, pelo Estado de Pernambuco.

¹²¹ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão vinculado ao MDA.

¹²² NAVARRO, 2005, pág. 212-214.

vários governos, a pressão com as ocupações realizadas pelo MST e, em menor quantidade, por outros movimentos e organizações rurais, influíram diretamente no crescente número de famílias assentadas. Com efeito, as ocupações de terra têm sido decisivas para impulsionar os programas de reforma agrária governamentais.

A eficácia política e organizativa do MST é, para Navarro, revelada em três grupos de resultados. (1) manter o tema da reforma agrária sempre presente na agenda de debates políticos no país. Assunto que cairia no esquecimento, caso não houvesse o protagonismo do MST; (2) a multiplicação dos assentamentos e, conseqüentemente, milhares de famílias rurais pobres assentadas que, sem as ocupações, os números não seriam significativos; e (3) democratização da vida pública dos pequenos municípios – esta é apontada por Navarro como o resultado mais positivo da Organização – em face da constituição de novas formas de representação e de organização que o Movimento estimula tão logo os assentamentos são constituídos.

Contudo, Navarro enumera novos pontos problemáticos, como segue:

(a) o controle social exercido por lideranças intermediárias sobre as famílias assentadas. Cujo instrumento de controle mais usado, segundo o autor, é o acesso aos fundos públicos, uma vez que estes dirigentes são os mediadores das políticas governamentais destinadas aos assentamentos. Zander deixa patente que as pessoas mobilizadas para as ações públicas tipo: ocupações de terras rurais, realização de marchas, invasão de prédios públicos e outras na mesma linha, em sua maioria são recrutadas mediante pressão e não por livre e espontânea vontade¹²³.

Com respeito à pressão social sobre os assentados, através do controle do acesso aos fundos públicos, exercida pelas lideranças intermediárias, como afirmara Navarro, o coordenador da regional do Ipanema-Arcoverde, e membro do coletivo estadual de Pernambuco, Márcio Gomes da Silva, disse-nos em entrevista, que a pressão pra desmobilizar os assentados, pelo cansaço da espera, vem dos órgãos que efetivamente têm o controle de liberação desses fundos públicos. Os

¹²³ NAVARRO, 2005, pág. 215.

coordenadores, pelo contrário, orientam as famílias nas reuniões dos núcleos, a não extraviar tais recursos, quando os recebe, disse:

“Primeiramente, é preciso que fique bem claro que a liberação de créditos para os assentamentos não é um processo rápido; é demorado. O governo e os bancos é quem controlam a liberação desse dinheiro e, muitas vezes, pra enfraquecer o Movimento, dão a maior maçada. E quando esse dinheiro é liberado, sai direto pra cada família cadastrada no assentamento. Agora, o Movimento que vem conduzindo esse processo desde os trabalhos de base, convocando o povo pra lutar pela terra, organizando as ocupações e a resistência, também dá apoio, através do setor de produção e nas reuniões com os núcleos de famílias, orientando essas famílias pra que elas não gastem o dinheiro à toa e depois não tenham recursos pra produção e outras necessidades”.

No tocante à participação forçosa dos assentados nas mobilizações públicas e ocupações de terras, mediante pressão econômica, como afirmou Navarro, Stédile sustenta que as mobilizações organizadas pelo MST não ocorrem por imposição das direções sobre os mobilizados, nem se valem de esquemas táticos que envolvem grandes somas de dinheiro, diz:

“Ninguém vai para uma ocupação porque alguém mandou; ele tem que decidir. E em todas as ocupações do MST o sujeito, para ir na ocupação, sabe que tem que ter sua lona, tem que levar sua comida, é uma responsabilidade dele. Às vezes a imprensa diz: “O MST fez uma ocupação, de onde arranja o dinheiro?” Não precisa dinheiro para fazer ocupação. Para fazer ocupação precisa consciência de querer lutar pela reforma agrária. Aí o sujeito, ele mesmo, se prepara, porque ele não é idiota, ele sabe que tem que comprar lona, tem que ir lá, tem que se preparar. Para fazer ocupação, não pensem que precisa de dinheiro. Precisa é de vontade, de querer resolver os seus próprios problemas” (Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006, pág. 117).

(b) no segundo ponto, Navarro chama a atenção para a prática política do Movimento, a começar por sua direção principal, tida por ele como antidemocrática, e que não se submete a qualquer responsabilização interna ou externa nem tampouco presta contas de nada. Os dirigentes são indicados pela cúpula em função do grau de lealdade e submissão cega às principais diretrizes da Organização, onde o menor dissenso pode representar perda de posição hierárquica ou mesmo o banimento. Outra crítica nesse sentido é desfechada por Navarro ao fato do MST não possuir

existência jurídica formal, organizando-se de forma quase semiclandestina, e de criar uma entidade de fachada, chamada ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola – com suas subsidiárias estaduais – as Aecas – que podem reivindicar legalmente fundos públicos para, posteriormente, sustentar o Movimento em suas lutas políticas¹²⁴. Navarro sustenta que a forma de organização do MST permanece imutável ano após ano, ancorada numa retórica anti-sistêmica inconsistente com um regime político democrático como o do Brasil dos anos 1990¹²⁵.

Horácio Carvalho diz que é preciso demarcar as diferenças entre os mecanismos de representação políticas liberais, centrados em personalidades, e os adotados pelo MST, onde se buscam processos de participação consensuados. Quanto às formas de gestão, cita os assentamentos como exemplos de diversidade, indo desde sistemas presidencialistas aos inteiramente coletivistas.¹²⁶ Ressalta que a questão central a ser destacada na compreensão do caráter e da trajetória do MST é o seu processo de emancipação continuada. Nisso, faz uma crítica a Zander, colocando-o no rol daqueles que aderiram ao pensamento único neoliberal travestindo-se de social-democrata. Ao passo que as parcelas das classes subalternas no MST, mesmo sem estarem plenamente conscientes dos conceitos eruditos de valores socialistas, já não mais se assustam ou se desmobilizam com a contra-ofensiva ideológica anti-socialista, antes buscam no que estes valores intrinsecamente pressupõem, novos códigos culturais para a construção da identidade social dos sem-terra.

Na tréplica, Navarro não deixou por menos e desdenhou de Carvalho¹²⁷, apresentando-o como um experimentado conhecedor do mundo rural brasileiro, consultor do Banco Mundial e de diversas organizações rurais e, portanto, conhecedor das áreas interioranas e dos projetos governamentais e de agências multilaterais dedicadas ao desenvolvimento rural, de apresentar na sua réplica tão reles peça propagandística do MST e de querer passar a idéia de que as famílias

¹²⁴ NAVARRO, op. cit. pág. 218.

¹²⁵ Idem, pág. 219.

¹²⁶ CARVALHO, 2005, pág. 246 – 250.

¹²⁷ A ironia é um dos elementos do “estilo político-literário” de Zander Navarro tanto no capítulo em que iniciou suas críticas ao MST quanto na sua tréplica.

rurais mais pobres 'estão prontas para o socialismo', quando não se está claro seque, 'qual socialismo' defende as lideranças principais desse Movimento.

Ainda sobre esse tema da estruturação orgânica do Movimento, respondendo a indagações na CPMI da Terra, João Pedro Stédile disse que a organização do Movimento foi se construído ao longo desses 20 anos em face dos novos desafios surgidos e das mudanças conjunturais ocorridas no campo e na sociedade brasileira. Disse que a estruturação hierárquica do MST não se dá em função de disputas por núcleos de micro poder dentro da Organização, mas como elos de uma corrente articulada e articuladora das suas ações táticas e estratégicas, desde a base ao topo, dos núcleos de famílias à direção nacional, passando pela organização nos estados, sempre regada a discussões em todos os níveis e em decisões colegiadas. Assim situou ele a questão:

"A estrutura organizacional do MST nem é vertical, nem é centralizada, nem tem hierarquia. Essa estrutura, construída ao longo desses 20 anos, não é mérito nosso; nós a aprendemos nas organizações que nos antecederam: com o Master, no Rio Grande do Sul, com as Ligas Camponesas, com as Ultabs, com as frentes agrárias gaúcha, goiana e de Pernambuco, organizada pela Igreja juntamente com a Uneb.

Desse aprendizado, vimos que um movimento social só mantém a sua autenticidade, as suas características de luta por seus objetivos justos, se aplicarmos nos métodos de organização algumas características fundamentais. A primeira delas é, lá na base, no sentido de todos estarem organizados em núcleos, em comissões. Então, a rigor, para participar do MST, a pessoa tem que participar de alguma comissão com toda a família: se no assentamento há grupos de famílias, ocorre o mesmo no acampamento. Tudo é discutido nesses grupos.

Em seguida, coordenam-se comissões do acampamento e do assentamento, representantes desses núcleos. São comissões amplas, que se obrigam sempre a se reportar às suas assembleias.

Depois, criam-se ainda na horizontal, as comissões em nível estadual e, num encontro nacional, se elege a coordenação nacional, como acabamos de fazer lá em São Miguel do Iguaçu, perto de Foz do Iguaçu: agora em janeiro elegemos a nova coordenação nacional, mais ampliada, com dois companheiros; mas a coordenação nacional não tem poder, ela apenas articula, ela é uma corrente que dá unidade.

A unidade que temos no Movimento não é pelo poder, é pela linha política, para que todos nós tenhamos o mesmo entendimento. Lá na base, no acampamento, no assentamento, cada comissão tem total autonomia, e

assim é no Estado. De maneira que as instâncias nacionais, como se diz, não tem gerência. Nós mesmos, às vezes ficamos chocados porque um acampamento tomou determinada decisão e nós, que temos uma leitura mais politizada da conjuntura nacional, refletimos dizendo: “isso não era hora de fazer a passeata, isso não era hora de fazer a ocupação”. Mas não temos poder, quem decide são eles.

Porque é essa autonomia que vai criando não só o poder de eles decidirem. É ela que garante a reconstrução da cidadania dessas pessoas. De nada adiantaria fazermos um movimento de massa para dois ou três mandarem. Não seria libertá-los, não seria construí-los como cidadãos que decidem sobre seu destino. Então, é preferível que eles errem em suas decisões locais, mas que eles vão aprendendo e construindo seu próprio método, do que procurarmos ajudá-los ou ensiná-los. Eles é que têm que aprender com suas próprias pernas. E é isso que vai gerando a consciência” (Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006, pág. 122).

Sobre a existência semi clandestina do MST (não ter personalidade jurídica formal) levantada por Zander Navarro, na mesma audiência da CPMI da Terra, João Pedro Stédile assim se posicionou sobre o tema:

“O MST, como eu já disse, é um movimento social que procura se organizar pela base para lutar pelo objetivo de combater a pobreza e a desigualdade social. A forma de combater é pressionar para que o Estado extinga o latifúndio e distribua a terra. Não é preciso registrar a sua vontade de lutar contra a injustiça social. Há uma tradição, na civilização, de constituir movimentos de pessoas que se aglutinam, independentemente de registro ou estatuto, para juntar força social que leve à consecução de seus objetivos. O MST, desde o início, nunca adotou esse caráter burocrático de ter estatuto, de ter registro, de ter uma estrutura centralizada. Como outros movimentos podem ter e têm. É até uma questão de escolha. No Brasil existem centenas de movimentos como o MST, não só no campo, mas também na cidade. Um movimento que luta pela moradia nas cidades precisa aglutinar os que não têm casa e pressionar para que se estabeleça um programa de habitação. Não precisa ter personalidade jurídica, não precisa ter conta em Banco. [...] Muito mais importante do que ter um aspecto jurídico, é ter uma concepção de como se estimula a organização do povo” (Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006, pág. 123).

Navarro salienta, ainda, novos aspectos da face não-democrática do Movimento. Como exemplo cita a “homogeneização forçada” das diferenças e a forte rejeição da diferença, e exemplifica com a subordinação feminina às ‘lutas maiores’, inibindo reivindicações específicas

futuras. Diz Navarro: “Na história social e política do Movimento tem sido melancólica a trajetória de muitas mulheres portadoras de notáveis talentos pessoais para ocupar posições de liderança, mas não o fazem porque sujeitas ao machismo dominante no interior do MST” (NAVARRO, 2005, pág. 221).

A Coordenadora do Setor estadual de formação política do MST de Pernambuco, Misselene Silva, que também é membro da direção nacional do Movimento, disse-nos em entrevista, que não há restrições à participação feminina no Movimento. Até porque, disse ela, toda pessoa que entra no MST, seja homem seja mulher, vem pra lutar pela terra e, desde o primeiro momento, sabe que essa conquista exige a participação de todos de forma organizada. Ainda segundo Misselene, antes mesmo da ocupação, há uma preleção onde são divididas as tarefas entre os mobilizados conforme as aptidões das pessoas e a natureza das tarefas; consumada a ocupação, são formados núcleos de dez famílias que, obrigatoriamente, têm que ter um homem e uma mulher na coordenação. Na organização do MST, existe o Setor de gênero, que é onde se discute a participação das mulheres no Movimento. Misselene assegura que a participação das mulheres tem aumentado em todas as instâncias de decisão do MST, desde os núcleos de famílias, passando pelos setores: saúde, educação, formação política, etc. onde vários têm coordenação feminina; nas brigadas, da mesma forma que nos núcleos de famílias, a coordenação é bipartite: um homem e uma mulher e, noutras instâncias estaduais e nacionais, também são crescentes a participação das mulheres.

Navarro Considera as publicações e documentos internos do MST como literatura panfletária e, portanto, recusou-se a citá-los em seus comentários¹²⁸, pois, no seu entendimento, eles estão embasados em uma leitura dogmática da mudança social, sem qualquer conhecimento da economia agrária do Brasil nem do meio rural e suas populações, mitificando o MST e prestando-lhe apoio incondicional exclusivamente ideológico.

¹²⁸ Embora reconhecendo que, em menor magnitude, são iniciativas de extraordinário mérito social (Idem, pág. 269).

Um dos pontos centrais dessa polêmica, segundo Navarro, diz respeito à *interpretação dada por Carvalho ao desenvolvimento agrário do Brasil*.

Aqui, partindo do pressuposto de que a transformação e ruptura sociopolítica do capitalismo está fora de cogitação num médio intervalo de tempo¹²⁹, Navarro busca analisar, em função das recentes mudanças socioeconômicas no meio rural brasileiro, em que perspectiva aponta o desenvolvimento rural do país.

Primeiramente aponta as questões relacionadas à chamada globalização e ao neoliberalismo, e os conseqüentes impactos produzidos no campo brasileiro. Do ponto de vista tecnológico Navarro dá relevância aos níveis de produção agropecuária, para ele 'satisfatórios' para atender as necessidades do consumo interno, "ficando a exigência agregada de produção agrícola basicamente determinada pelo crescimento demográfico e por um padrão de distribuição de renda que, num prazo relativamente curto, provavelmente não será alterado¹³⁰". Nesse cenário, Navarro diz que os agricultores familiares mais pobres, sobretudo os do centro-sul, saem perdendo por que estão despreparados para ambientes comerciais mais competitivos. Navarro diz ainda que o principal fator de empobrecimento no meio rural nos anos 1990, foi a defasagem entre a taxa inflacionária (94%) e o preço médio dos produtos agrícolas que subiram somente (45%)¹³¹. No entanto, na sua avaliação, as ocupações de terras rurais aumentaram nesse período devido ao esgotamento do padrão intensivo de emprego agrícola, em função dos avanços tecnológicos na produção observados nas regiões agrárias consolidadas do Nordeste e do Sul, o que estimulou a adesão dessa 'população sobrança' ao MST, por falta de opção de emprego no campo ou nos centros urbanos. Outro aspecto que tem atraído pessoas para realizarem ocupações em áreas rurais é, segundo Navarro, a possibilidade de trabalho em pluriatividades¹³² nas áreas rurais, que são um conjunto de atividades não-agrícolas e não associadas necessariamente ao calendário agrícola¹³³.

¹²⁹ Navarro não determina o que seja tempo médio. Décadas, séculos, milênios?

¹³⁰ NAVARRO, 2005, pág. 272.

¹³¹ Idem, em nota de rodapé, pág. 272.

¹³² Ver trabalhos de Sergio Schneider nessa área.

¹³³ NAVARRO, op. cit. pág. 273.

No contexto político, as mudanças mais significantes foram, para Navarro, o enfraquecimento das organizações rurais tradicionais, a exemplo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e a reorientação das representações dos latifundiários, tipo a UDR. Aqui Navarro faz um aparte para a “cegueira ideológica” do Movimento e de seus intelectuais, que não vêem o fim do poder do latifúndio¹³⁴. No plano geral, com a descentralização política promovida pela Constituição Federal de 1988, para Navarro inaugurou-se uma tendência de remeter ao município o ambiente de atuação dos diferentes atores sociais ligados ao meio rural. Nisso, o MST ao privilegiar uma agenda de ação para todo o território nacional, se fragilizará em suas ações, vaticinou Navarro, lembrando, contudo, reconhecer o que Carvalho apontara na sua réplica: “que o Movimento tem tentado estimular diferentes formas de gestão nos assentamentos sob sua influência, não se fixando mais exclusivamente na proposta original das cooperativas coletivizadas, mas reconhecendo outras possibilidades¹³⁵”.

Como já dissemos no início, não houve contra-tréplica de Carvalho, mas, pelo depoimento das direções do MST e nos seus documentos internos, não há uma negação do processo de globalização nem dos seus efeitos na economia e na política brasileira, incluindo-se as transformações ocorridas no meio rural. O que existe são perspectivas e posturas práticas diferentes das apontadas por Navarro, para o Brasil, diante de um mundo globalizado.

A reforma agrária defendida por Navarro, como vimos, tem em vista resolver a questão da concentração de terra mais como um resquício feudal e um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no campo, na perspectiva de o Brasil se inserir no mundo globalizado numa posição relativamente mais vantajosa, com uma agricultura mais competitiva no mercado mundial, por isso voltada à exportação, embora não acreditando que a reforma agrária nem tampouco o fim do latifúndio fossem fundamentais para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, Navarro apóia o receituário neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, que prognosticava uma reforma

¹³⁴ Idem, pág. 274.

¹³⁵ Idem, pág. 275.

agrária de mercado, onde as desapropriações seriam substituídas por compra e venda de terras aos acampados, por meio de Crédito Fundiário de programas que contavam com recursos do Banco Mundial, tais como: Cédula da Terra e Banco da Terra, onde foram estabelecidas metas de números de famílias a serem assentadas, mas “desarticulados das demais políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural¹³⁶”

Ainda de acordo com a CPMI da Terra, no rol dessas medidas modernizadoras do campo, o governo Fernando Henrique privilegiou o desenvolvimento do agronegócio, com vistas a aumentar o PIB nacional e equilibrar a balança de pagamentos. O agronegócio tem como base o cultivo de monoculturas voltadas à exportação, o uso de vastas áreas rurais contínuas (latifúndios), e um alto grau de mecanização das atividades agropecuárias. Em consequência, são apresentados como resultados negativos do agronegócio nos planos sócio-ambientais e políticos, o retorno financeiro dessas atividades ficar concentrado com poucos proprietários ou grupos financeiros e, portanto, ter reduzida distribuição de renda pelo número relativamente pequeno de empregos gerado; o alto grau de mecanização das atividades no campo promover o êxodo rural¹³⁷, aumentando o desemprego rural e urbano; o uso de enormes extensões de terras provocar a derrubada de matas nativas, ameaçando a biodiversidade e afetando os recursos hídricos com riscos de desertificação, como também a degradação do solo pelo uso intensivo de pesticidas e adubos químicos. Estas mazelas são componentes importantes, no entendimento do MST, para a recusa do Movimento a este modelo de “desenvolvimento” do meio rural.

Noutra perspectiva, o MST assume uma postura diversa frente à globalização neoliberalizante, para o campo e a sociedade brasileira.

De acordo com João Pedro Stédile, o MST e outros movimentos defendem uma reforma agrária casada com um novo modelo agrícola que valorize o mercado interno e que priorize a agricultura familiar, voltada à produção de alimentos e à distribuição de renda. Como condição para

¹³⁶ Relatório vencido da CPMI da Terra, 2006, pág. 218.

¹³⁷ Estima-se que cerca de 1,5 milhão de pequenos e médios proprietários rurais deixaram o campo entre 1995 e 2002. [CPMI da Terra, op. cit. pág. 219].

combater a pobreza na cidade e no campo, a reforma agrária e a política agrícola deve vir acompanhada de mudanças na política macroeconômica nacional que valorize o trabalho e a produção, gerando milhões de novos empregos e sendo de fato distribuidora de renda. Ao contrário do que dizem setores da “direita”, diz Stédile, isto não são preceitos de uma revolução socialista, mas de uma revolução burguesa por dentro da ordem. Para o MST, diz Stédile, esta reforma agrária não pode limitar-se à distribuição de terras, mas vir articulada com outras políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural e melhore a vida dos pobres do campo, tais como: educação, agroindústria nos assentamentos, mais prestígio ao Embrapa para desengavetar os projetos de tecnologias agrícolas que respeitem o meio ambiente e potencialize a produção da agricultura familiar e, por fim, que as linhas de crédito sejam mais adequadas e haja menos burocracia para acessá-las. Vejamos em suas próprias palavras:

“A proposta da Carta da Terra é a implantação, no país, de uma reforma agrária casada com o novo modelo agrícola que valorize o mercado interno, que seja baseado na distribuição de renda, que produza alimentos e tire o povo da pobreza.

Evidentemente, esse modelo agrícola também exige distribuição de renda e mudanças no modelo econômico em geral. De nada adianta produzir mais alimentos no interior, se nas cidades as pessoas continuam recebendo esse salário mínimo. Continuamos com 20% de desempregados que não têm dinheiro sequer pra pegar ônibus. O novo modelo agrícola exige uma política econômica de distribuição de renda, com aumento do salário mínimo e política clara de geração de empregos, a fim de que as pessoas que vivem nas cidades tenham dinheiro pra comprar comida. Todos sabem que o problema da fome no Brasil não é gerado pela produção de alimentos, mas pela falta de dinheiro do povo para comprá-los.

Em essência, a nova proposta de reforma agrária que estamos discutindo com a sociedade tem alguns parâmetros. O primeiro, evidentemente, é o de que temos de começar distribuindo a terra. esse é o acordo sobre o qual temos falado. Não é preciso criar paranóia, dizendo que está em em jogo a propriedade privada. Ao contrário, “companheirinhos” da direita, nesse aspecto, somos pelegos, porque queremos que a propriedade privada dos bens, da natureza, da terra seja para todos e não só para vocês.

Portanto, não está em jogo o conceito da propriedade privada. Não estamos em meio a uma revolução socialista, mas em meio a uma revolução burguesa para garantir que todo brasileiro vire cidadão. Por isso, é preciso atingir as grandes propriedades, começando pelas maiores.

(...) Segundo lugar: a reforma agrária tem que ser casada com a agroindústria. Os pobres não vão sair da pobreza só recebendo terra. Então, para que eles produzam alimentos e esses alimentos cheguem à cidade, na mesma hora que vai lá o INCRA com a emissão de posse, ele tem que ir com o projetinho da agroindústria, dizendo qual a vocação agrícola da região, o que precisamos produzir de alimento aqui e colocar a agroindústria dentro do assentamento, porque é isso que gera mais renda, que agrega valor e segura os jovens no meio rural.

Terceiro: precisamos casar a reforma agrária com a educação, levar a escola lá, para educar o jovem. Camponês analfabeto não faz reforma agrária nem vai virar cidadão. Por isso a educação faz parte do programa de reforma agrária.

Quarto: precisamos potencializar a Embrapa e usar o que tem lá nas gavetas, de tecnologias agrícolas que respeitem o meio ambiente, porque é esse o compromisso que temos com as gerações futuras. Não podemos adotar, na pequena agricultura, as tecnologias da monocultura de exportação, que são degradantes.

E, quinto lugar, o Estado precisa recuperar linhas de créditos adequadas, não esse monte de burocracia aí. [...] Esse processo precisa ser desburocratizado” (CPMI da Terra, op. cit. Pág. 219).

Fortalecendo as posições em defesa da agricultura familiar, a CPMI da Terra cita duas pesquisas comparativas do agronegócio com a agricultura familiar. Uma elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE/USP) e outra organizada pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Segue transcrição de partes dessas pesquisas.

No tocante ao volume de recursos dispensados pelo governo federal, diz o relatório da CPMI da Terra:

“Apesar de gerar mais de três quartos dos empregos no campo, conforme constatou o professor Ariovaldo Oliveira, produzir preponderantemente para o mercado interno e apresentar maior participação na geração de renda no meio rural (segundo pesquisa da FIPE e da equipe das universidades federais do Rio de Janeiro), a agricultura familiar recebe menores subsídios e recursos públicos que a agricultura empresarial. Não

obstante o crescimento dos recursos governamentais, há uma explícita desigualdade no tratamento desses dois setores produtivos rurais.

Para se ter uma idéia da desproporção, basta analisar o orçamento destinado ao agronegócio e à agricultura familiar. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a gestão de Fernando Henrique Cardoso destinou R\$ 2,3 bilhões ao Plano Safra 2002-2003 da agricultura familiar. Esse montante saltou para R\$ 9 bilhões no Plano Safra 2005-2006. por outro lado, a grande imprensa noticiou que foram colocados em torno de R\$ 29 bilhões para o Plano Safra em 2004-2005, destinado ao agronegócio e, aproximadamente, R\$ 40 bilhões par os anos 2005-2006” (Relatório vencido da CPMI da Terra, op. cit. Pág. 198).

Referindo-se à produção bruta da agropecuária no Brasil, conforme a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e no Censo Agropecuário de 1995/96, apresentado pelo INCRA, a CPMI da Terra apresentou o seguinte quadro:

“O trabalho da FAO/INCRA mostrou que, dispondo de apenas 30% da área, os estabelecimentos familiares foram responsáveis por quase 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Na produção de feijão, leite, milho, mandioca, suínos, cebola, banana e fumo, essa proporção foi superior ou próxima a 50% da produção total brasileira” (Relatório vencido da CPMI da Terra, op. cit. Pág. 195).

Quando a referência é a geração de postos de trabalho, a CPMI da Terra, citando a pesquisa do professor Umbelino, passa os seguintes dados:

“Em 1995/1996, os estabelecimentos familiares foram responsáveis por mais 86,6% do pessoal ocupado no meio rural brasileiro, ou seja, mais de 14,4 milhões de empregos. Enquanto isso, as grandes unidades responderam por apenas 2,5% dos empregos, ou pouco mais de 420 mil postos de trabalho no campo brasileiro” (Relatório vencido da CPMI da Terra, op. cit. Pág. 195).

Vimos então, pelos dados apresentados nos anos de referência, conforme os relatórios da CPMI da Terra, que se os parâmetros para medir o desenvolvimento e a democratização sócio-econômica do meio rural brasileiro for participação no PIB nacional, maior participação na balança comercial internacional, mecanização do campo e uso de mais subsídios e recursos públicos, o

agronegócio promoveu maior desenvolvimento no meio rural do país. Porém, se os parâmetros forem: maior distribuição da riqueza produzida, mais produção de alimentos para o mercado interno, melhor preservação ambiental, e geração de postos de trabalho, a agricultura familiar decerto gera mais desenvolvimento e democratização sócio-econômica no campo brasileiro.

Os pontos críticos levantados por Zander Navarro, a réplica de Horácio Martins de Carvalho e outras contribuições aventadas neste capítulo, foram deveras importantes para puxar o debate sobre a problemática da questão agrária no Brasil e nos proporcionar visões e análises diferentes sobre este fenômeno social relevante que é o MST, nas suas práticas internas e relações com a sociedade, e as perspectivas futuras desse Movimento para a construção de uma sociedade mais democrática nos vários aspectos da vida sócio-política-econômica e cultural das gentes brasileiras.

IV.2 – Democracia não se mendiga

O pai da democracia moderna, Jean-Jacques Rousseau, no seu *Contrato Social*, assegura que uma sociedade plenamente democrática (verdadeira democracia), onde todos participem em igualdade de condições, jamais existiu nem existirá, dado que requer condições difíceis de serem reunidas, tais como, igualdade de condições e bens materiais, pouco ou nada de luxo, simplicidade de costumes para não complicar as relações interpessoais, baixa densidade demográfica. Nada a ver com as sociedades atuais.

Em, *O futuro da democracia*, Norberto Bobbio¹³⁸ diz que “o estado natural de um regime democrático é estar em transformação permanente” e mesmo nas democracias representativas do nosso tempo, onde um conjunto de regras democráticas é estabelecido e “aceito”, a *democracia real* é outra, diferente da convencionada.

¹³⁸ BOBBIO, 1986.

Assim, a democracia (jurídica) declara direitos universais para o homem e cidadãos que, concretamente, não chegam à maioria da população, visto que a sociedade está estruturada de forma a segregar as pessoas, tomando estes direitos inacessíveis a milhões. *A democracia real é formal.*

Qualquer que seja o significado que se lhe atribua, democracia não surge do nada. Não cai do céu. É sempre uma conquista, fruto de muitos embates protagonizados por diferentes – e às vezes antagônicas – forças sociais. Também no caso da sociedade brasileira, não é diferente.

A depender de fatores como condição econômica, posição política, gênero, etnia, sexualidade, cultura, credos e credices, as pessoas e grupos sociais experimentam vivências democráticas de diferentes gradações que vão desde a mais ampla liberdade para “os de cima” à negação e ausência dos direitos mais elementares para “os de baixo”. A contestação da ordem social pelos movimentos populares descontentes que exigem mudanças estruturais na sociedade geralmente é vista como um perigo à “democracia” pelos que em maior medida são contemplados pelo ordenamento social que vige, quando sabemos serem as gritantes desigualdades existentes na sociedade e as elites guardiãs das estruturas geradoras e mantenedoras desse fosso, as principais golpeadoras dos processos de construção social democráticos no Brasil.

Os movimentos sociais rurais são legítimos contra-poderes embrionários que, antes de representar uma ameaça à democracia, são um elemento necessário às transformações das estruturas engessadas e ainda presentes no meio rural brasileiro. Uma democracia tem seus flancos abertos ao tempo, ao possível, às transformações, ao novo e não cessa de orientar-se pela possibilidade objetiva (a liberdade) e de alterar-se pela própria práxis¹³⁹.

¹³⁹ CHAUI, 2003, pág. 404 – 405.

A irrupção dos movimentos populares no ocaso dos governos militares é apontada por muitos estudiosos das ciências do homem como a única coisa realmente nova no cenário político do Brasil, justamente por terem colocado *novos personagens na cena histórica* nacional.

“Fato político dos mais importantes na história brasileira do presente é o fato de que os movimentos e lutas populares, sobretudo no campo, caminham mais depressa do que os partidos políticos, legais e clandestinos”¹⁴⁰.

Sendo o MST, hoje em dia, o maior movimento popular social da América Latina, não poderia deixar de ser foco de atenções e de polêmicas em torno de sua organização, táticas adotadas, proposta política, etc., vindas de vários setores da sociedade brasileira e internacional.

Uma dessas polêmicas já bastante conhecida no meio acadêmico do Brasil é a travada entre Zander Navarro – um ex-íntimo do MST -- e Horácio Martins de Carvalho, assessor do MST, publicada no livro “*Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*”, organizado por Boaventura de Souza Santos. O principal foco desse embate acadêmico é a questão democrática enquanto prática interna no MST. Este material foi consultado durante a nossa pesquisa bibliográfica, visto versar sobre um elemento chave que buscamos investigar. A este embate dedicamos a primeira parte deste capítulo.

No Brasil, um país onde a democracia formal tem servido como um anteparo para esconder o autoritarismo social, a exclusão educacional, a participação política negada, o racismo, as desigualdades econômicas e o monopólio do poder, o MST transparece ter clareza de que é preciso desenvolver formas de lutas não somente no nível de princípios e dentro dos limites institucionais legalmente permitidos, mas também e, sobretudo, levando em conta a conjuntura do atual momento histórico e ousando novas formas de lutas, ampliando-as para não cometer o equívoco de organizar

¹⁴⁰ MARTINS, 1995, pág. 9.

todas as suas lutas em torno do institucional e dele ficar refém. A democracia é também um processo em permanente construção e aperfeiçoamento.

Pelo exposto em capítulos antecedentes, dizemos que a democracia como é vista pelos dirigentes do MST identifica liberdade com *cooperação* entre as pessoas e onde os direitos econômicos e sociais da sociedade prevalecem sobre o direito à propriedade individual, diferindo da visão liberal que relaciona democracia com liberdade de *competição* de todos contra todos (competição econômica da chamada “livre iniciativa” e política entre partidos em disputas eleitorais). No parecer do MST um regime democrático precisa incluir as pessoas descartadas e taxadas como “incompetentes” (os sem terra, os sem teto, os sem emprego, os sem educação) dando-lhes condições de participar ativamente, e não como coadjuvantes da vida social local e geral. Os problemas econômicos e sociais têm antes soluções políticas, isto é, a estes problemas se buscarão soluções técnicas que atendam às orientações políticas estratégicas de interesse social amplo.

A democracia concebida pela direção do MST vai além dos direitos civis ou políticos e se estende aos direitos econômicos e sociais e à prática participativa de seus agentes sociais em ações políticas diretas e de interlocução social que discute, orienta e controla a ação dos seus representantes. Nessa concepção prevalece o sujeito coletivo e a organização das classes e grupos sociais, sem, contudo, desconhecer e negar os direitos e particularidades dos indivíduos. Nessa perspectiva, numa sociedade dividida internamente em classes sociais, o grande problema para se estabelecer uma verdadeira democracia é manter a forma sócio-política definida pelos princípios da *isonomia* (relações de igualdade entre todos) e da *isegoria* (ampla liberdade de expressão, discussão e decisão) numa realidade tão desigual (CHAUI, 2004). Daí o conflito ser tido como *legítimo* e *necessário* para que uns poucos não explorem nem dominem a maioria. Para o MST, o conflito existente na sociedade brasileira não é somente de *oposição* entre classes (conjuntural), mas de

contradição entre classes (estrutural) e, portanto, tal *contradição* somente será resolvida com a transformação estrutural da sociedade.

Assim, a democracia é um regime político que se aprimora com as mudanças sociais ao longo da história, decorrentes de lutas sócio-políticas.

“A democracia é a única forma sócio-política na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política, que favorece a classe dominante. Em outras palavras, a marca da democracia moderna, permitindo sua passagem de democracia liberal a democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos concebem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos. Isso significa, portanto, que a cidadania se constitui pela e na criação de espaços sociais de lutas (os movimentos sociais, os movimentos populares, os movimentos sindicais) e pela instituição de formas políticas de expressão permanente (partidos políticos, Estado de Direito, políticas econômicas e sociais) que criem, reconheçam e garantam direitos” (CHAUI, 2004, pág. 2).

Enquanto movimento social que luta por transformação social e estrutural na sociedade brasileira, o MST, na acepção de seus dirigentes em Pernambuco, não busca resolver as carências de cada indivíduo, mas “unificar a dispersão e a particularidade das carências em *interesses comuns*” das classes subalternizadas e garantir-lhes novos direitos, em contraposição aos privilégios das elites, na perspectiva de construção da sociedade almejada¹⁴¹.

¹⁴¹ Na declaração (já citada) da Coordenadora de formação do MST-PE, Misselene Silva, sobre como se dá o processo de formação e organização dos assentamentos, vimos que o Movimento trabalha metodologicamente as carências das pessoas (alimentação, moradia, ...) não como particularidades, mas como direitos negados e, portanto, a serem conquistados. Esta questão é interrelacionada com a formação social que temos, e como estes e outros direitos podem ser garantidos numa outra sociedade pela qual todos devem lutar.

Sobre a diferenciação entre carências, privilégios e direitos universais, a professora Marilena Chaui diz: “Um privilégio é, por definição, algo particular que não pode generalizar-se nem universalizar-se sem deixar de ser privilégio. Uma carência é uma falta também particular ou específica que desemboca numa demanda também particular ou específica, não conseguindo generalizar-se nem universalizar-se. Um direito, ao contrário de carências e privilégios, não é particular e específico, mas geral e universal seja porque é o mesmo e válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais, seja porque embora diferenciado é reconhecido por todos (como é caso dos chamados direitos das minorias). [...] Em outras palavras, privilégios e carências determinam a desigualdade econômica, social e política, contrariando o princípio democrático da igualdade [...]. Avaliamos o alcance da cidadania popular quando tem força para desfazer privilégios, seja porque os faz passar a interesses comuns, seja porque os faz perder a legitimidade diante dos direitos e também quando tem força para fazer carências passarem à condição de interesses comuns e, destes, a direitos

IV.3 - A sociedade almejada: um Projeto em construção.

Para o MST a maneira como a sociedade brasileira está estruturada e socialmente organizada atualmente não serve à maioria da população. A concentração da terra, da riqueza e de poder por um número reduzido de oligarquias e corporações, dão ao Brasil uma colocação nada invejável entre os países socialmente mais desiguais do mundo; os grandes meios de comunicação de massa são apresentados como manipuladores da opinião pública e cerceadores do debate aberto nas importantes questões nacionais¹⁴²; a saúde, a educação, os alimentos, a moradia e outros direitos essenciais e básicos da população, cada vez mais deixam de ser direitos e tornam-se bens, serviços e artigos 'de luxo', ficando inacessíveis a parcelas crescentes da população; uma política macroeconômica que prioriza a especulação financeira à produção e ao desenvolvimento social; uma democracia mitigada que trata os conflitos sociais com a repressão jurídica e policial-militar e onde a expressão máxima da participação popular é o momento do voto nas eleições periódicas; são alguns dos elementos apresentados pelo Movimento como indicadores de que faz-se necessário transformações estruturais na sociedade brasileira, visto que as grandes mazelas que afetam a maioria do povo brasileiro não são decorrentes de problemas conjunturais, mas de como está estruturado o Estado, a política econômica, a organização social.

No entendimento dos dirigentes políticos do Movimento, esse processo de transformação social não é uma tarefa de poucos, mas exige a participação de amplos setores organizados da sociedade e, fundamentalmente, a participação ativa dos maiores beneficiários da nova sociedade, da 'Pátria Grande' – onde a cidadania se estende a todos – sobretudo aos que hoje vivem como escórias na sociedade.

universais" (CHAUI, 2004, pág. 3).

¹⁴² Os meios de comunicação de massa geralmente universalizam para toda a sociedade os interesses e privilégios das classes dominantes, impedindo um espaço aberto de produção e circulação de informações "operando como contra-informação, alimentando e reforçando o processo de alienação social e política das demais classes sociais, identificadas com valores, idéias, comportamentos e interesses dos dominantes" (CHAUI, 2004).

A esse respeito, o pronunciamento do integrante do MST-PE e membro do coletivo de dirigentes políticos nacional do Movimento, Jaime Amorim, foi:

“Nessa perspectiva nós temos duas grandes tarefas. Primeiro aproximar os movimentos sociais organizados, rurais e urbanos, e buscar unificar nossas lutas. Acontece que a grande maioria da sociedade não está organizada. Portanto, não adianta achar que uma aliança com os sindicatos e outros movimentos organizados, por si só, vai fazer uma grande transformação social. É preciso que essa aliança se dê no sentido de trabalhar a incorporação dessa grande massa que hoje está fora do processo, que é vítima da miséria, do desemprego,... São populações desestruturadas, culturalmente degradadas, e que, abandonadas pelo Estado, estão reféns da máfia, dos grupos de extermínio paramilitares, dos traficantes de drogas nas favelas e periferias. Precisamos fazer mais ou menos o que o MST tem feito no campo: incorporar a grande massa de excluídos no processo da luta permanente, construindo uma identidade, uma consciência crítica. Nós achamos, por exemplo, que os Sem-Teto é uma das Organizações que precisamos fortalecer. Os sem-teto têm um problema que eles precisam resolver durante o processo, que é o de não conseguir definir políticas para além da conquista da moradia ou do solo urbano. No máximo, eles organizam os trabalhadores pra lutar até conseguir o financiamento de construção da casa própria, na Caixa Econômica. Após a conquista da moradia, aquele grupo encerra a luta e cada um vai cuidar da sua vida. E aí, perde-se todo um trabalho orgânico realizado.

O mesmo precisa ser feito com relação à grande massa de desempregados e com os que estão fora do chamado ‘mercado formal de trabalho’. Os sindicatos realizam a luta corporativa, mas a grande maioria da classe trabalhadora está fora do sindicato. Então o sindicato tem que pensar em realizar um trabalho também com esse público, se quiser, realmente, fazer uma transformação na sociedade. E fazer a articulação com todos os movimentos urbanos e acadêmicos, pra fazer avançar a luta pela reforma agrária, como também buscar espaços pra se discutir um projeto estratégico”.

A persistente posição do MST, diante de uma crise de identidade vivida pela esquerda nacional e internacional, tem servido como uma referência de resistência e construção prática de uma alternativa ao neoliberalismo onipresente, sobretudo agora quando o mundo já não se encanta tanto com as receitas neoliberais. E, assim, como as grandes corporações econômico-financeiras que têm presença mundial, os movimentos sociais populares têm buscado se articular e discutir

formas conjuntas de lutas em fóruns, como nas várias edições do Fórum Social Mundial, e em organizações internacionais como a Via Campesina¹⁴³.

“Participamos de todas as edições do Fórum Social Mundial e temos buscado intercâmbios e apoios à nossa luta. Também temos prestado solidariedade e apoio a outros movimentos, tanto internamente quanto externamente. Agora mesmo estamos com uma brigada internacionalista na Venezuela, com nossos quadros técnicos e políticos, tanto para ajudar na organização da produção quanto na organização política do movimento camponês de lá. Cerca de 95% dos alimentos consumidos na Venezuela é importado. O governo de lá está fazendo uma Reforma Agrária, e nós estamos lá pra realizarmos cursos prolongados de um ano de

¹⁴³ “A **Via Campesina** é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo, pluralista, mas com ligações políticas e econômicas. Está formada por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada. Está organizada em 8 regiões: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central e América do Sul. Em breve serão constituídas outras regiões na África. Este movimento tem por objetivo defender os interesses desse segmento, alegando que ele ainda representa a maioria da população mundial e que historicamente vem sendo mantida à margem dos benefícios da sociedade e das negociações de políticas nacionais e internacionais. Atualmente o secretariado internacional da Via Campesina (que é rotativo) está situado na Indonésia. **Fundação:** Originou-se em Abril de 1992, quando vários dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa reuniram-se em Manágua (Nicarágua) no contexto do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas (Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos-UNAG). Em maio de 1993, foi realizada a Primeira Conferência da Via Campesina em Mons, na Bélgica, durante a qual foi constituída como organização mundial e foram definidas as primeiras linhas estratégicas de trabalho, bem como suas estruturas. A Segunda Conferência Internacional realizou-se em Tlaxcala, México, em abril de 1996. Assistiram à mesma, 37 países e 69 organizações nacionais e regionais, que analisaram uma série de temas que são preocupação central dos médios e pequenos produtores tais como: soberania alimentar, reforma agrária, ocupações de terras, crédito e dívida externa, tecnologia, participação das mulheres, entre outros. Durante a 2ª Conferência é declarado o dia “17 de abril como dia Internacional da Luta Camponesa” em homenagem aos atingidos no massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará - Brasil. Já a Terceira Conferência foi em novembro de 2000 em Bangalore (Índia), e contou com mais de 100 delegados de organizações camponesas de 40 países. A Via Campesina está num processo de expansão e consolidação e pela sua natureza é uma organização politicamente complexa, pluricultural, com uma ampla cobertura geográfica projetando-se como uma organização da representatividade de pequenos e médios produtores a nível mundial. A Via Campesina desenvolve seu trabalho a partir dos seguintes eixos de ação: Gremiais, Político, Econômico, Comunicação, Gênero, Capacitação e Tecnológico. Para cada um desses eixos define-se objetivos e prioridades. Suas atuais prioridades são: • Articulação e fortalecimento das suas organizações afiliadas; • Incidir nos centros de poder e decisão dos governos e organismos multilaterais para reorientar as políticas econômicas e agrícolas que afetam aos pequenos e médios produtores; • Fortalecimento da participação das mulheres nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; • Formulação de propostas sobre temas importantes como: Reforma Agrária, Soberania Alimentar, Produção, Comercialização, Pesquisa, Recursos Genéticos, Biodiversidade, Meio ambiente e Gênero. **Estrutura e Organização:** A Conferência: é a máxima instância de decisão, se reúne a cada três anos; As Regionais: são instâncias de articulação em cada região; A Comissão Coordenadora Internacional: coordena as regionais; As comissões estão integradas por 50% de mulheres e 50% de homens. **Alianças:** A Via Campesina trabalha na construção de uma política de alianças com outras forças sociais, econômicas e políticas, a nível mundial, para lutar pelos seus direitos. **No Brasil:** A Via Campesina Brasil é composta pelos seguintes movimentos: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; MMC - Movimento de Mulheres Camponesas; FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; CPT - Comissão Pastoral da Terra; PJR - Pastoral da Juventude Rural” (Fonte: www.viacampesina.org – tradução livre).

duração, voltados à produção de alimentos e cooperação agrícola, e também pra organização política”
(Edilson Barbosa, coordenador Estadual do setor de produção do MST-PE).

Nessa perspectiva, tanto o MST procura quanto tem sido procurado por outros movimentos pra fazer essa discussão da organização popular. A Consulta Popular é uma dessas articulações onde dirigentes políticos do MST participam juntamente com pensadores e intelectuais de diversos segmentos da sociedade, da elaboração de estratégias de intervenção social com vistas à construção de uma sociedade alternativa para o Brasil.

“É claro que, em conjunto aí com a Consulta Popular, a Via Campesina e outros instrumentos dos trabalhadores, vamos pensando um projeto estratégico pra sociedade. Um projeto estratégico apontando efetivamente como deve ser organizado a terra, como deve ser organizado os outros meios de produção, como deve ser organizado a educação, e enfim, como deve ser organizado o Estado. Um projeto estratégico num processo de superação da atual estrutura do Estado” (Jaime Amorim, MST-PE e dirigente nacional do Movimento).

IV.4 – Em busca de um novo instrumento político que dê unidade aos movimentos sociais à esquerda

**Frente à intolerância das classes dominantes
contrapor a intransigência das classes oprimidas**
Florestan Fernandes.

Durante as marchas estaduais do MST, em 1997, que contaram com a participação de vários movimentos sociais, instituições, pastorais e partidos políticos, ficou constatado que já era possível aos segmentos da esquerda mais vinculados aos movimentos sociais unificar suas lutas e, numa iniciativa da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), amadureceu a idéia da realização de uma Conferência que veio acontecer em Itaipava-SP, onde se discutiu os rumos tomados pela esquerda institucional, as bases teóricas de um Projeto Democrático-popular para o Brasil e onde reafirmou-se que somente pelas ações combativas das

massas se concretizará uma nova formação social no país. Nesta Conferência teve início o *Movimento Consulta Popular*.

Sobre a iniciativa dessa Conferência ter partido da direção do MST, Ricardo Gebrim¹⁴⁴ frisou não ter sido mera coincidência nem surpresa, mas algo já esperado por militantes sociais que tinham no Movimento dos Sem Terra uma referência no enfrentamento de classes e que não se abateu com a crise de identidade vivida pelas esquerdas nos anos da década de 1990 nem se rendeu à lógica neoliberal triunfante:

“Sobrevivendo ideologicamente à grande crise do início dos anos 90, o MST se converte em principal referência da esquerda social. Uma referência de ousadia, radicalidade e valores. Ao se consolidar enquanto uma experiência que se fundamenta no trabalho de base, que desenvolve lutas de massa e forma novos quadros, o MST se transforma numa referência para os setores mais conscientes que não aceitavam a lógica pragmática dos limites institucionais, em especial entre a juventude. Na **Consulta Popular** se aglutinaram militantes de movimentos sociais que não aceitavam a lógica da política imposta pela esquerda eleitoral. A proposta organizativa do **Movimento Consulta Popular** nunca foi uma contraposição aos movimentos sociais existentes. Ao contrário, sempre se definiu como um instrumento de articulação dos lutadores e lutadoras do povo que propõe contribuir para mudar o padrão da luta de classes, incorporando no projeto político o ensinamento de Florestan Fernandes: “Frente à intolerância das classes dominantes contrapor a intransigência das classes oprimidas” (Do texto sobre o Movimento Consulta Popular, elaborado para o Seminário “Partidos de Esquerda na América Latina”, Fundação Rosa Luxemburgo, outubro de 2005. Coube a Ricardo Gebrim escrever este texto em nome do Movimento Consulta Popular).

Numa análise inicial sobre o comportamento dos movimentos sociais no Brasil, a Consulta Popular viu que as mobilizações sociais recentes estavam sendo pautadas quase sempre como resposta aos modelos econômicos implantados por este ou aquele governo e carecia de uma luta sistêmica e organizada na sociedade que envolvesse e se desenvolvesse no seio da massa popular.

¹⁴⁴ *Ricardo Gebrim* começou como militante político em 1978 com a reconstrução da UNE. Militou também na Solidariedade à Revolução Nicaragüense e foi assessor jurídico do Departamento Rural da CUT. Atualmente é Presidente do Sindicato dos Advogados de São Paulo e membro da Coordenação Nacional do Movimento *Consulta Popular*. É formado em Direito pela PUC-SP.

As experiências históricas vanguardistas no Brasil desembocaram e chegaram ao fim com golpes de Estado em 1930 e em 1964 e, na década de 1990, a promissora experiência que teve à frente o Partido dos Trabalhadores descambou para as disputas eleitorais nos moldes da democracia liberal e o que era tática passou à estratégia, consumindo a energia dos militantes, os recursos e os esforços para a conquista de espaços nos parlamentos e nas administrações públicas¹⁴⁵, em detrimento do necessário trabalho de conscientização e organização popular que, por fim, redundou na capitulação com a ordem dominante, abandonando na prática o projeto de transformação estrutural, mesmo dentro dos limites institucionais e, incorporados à participação eleitoral e às instituições oficiais, da aceitação do poder “em benefício da Nação”, abandonaram primeiro o marxismo e, depois, despiram-se da identidade socialista e da vocação revolucionária.

No entendimento do Movimento Consulta Popular está sendo encerrado um ciclo onde cada vez mais no meio popular e entre os lutadores do povo se acredita menos nos partidos eleitorais como vetores de transformação social numa perspectiva democrático-popular, com a chamada esquerda eleitoral vivendo uma tríplice crise:

“Crise de valores porque em vez de objetivos coletivos, predominam as carreiras individuais; em vez de humildade, estrelismo; em vez de coerência, objetivos de curto prazo; em vez de lealdade, esperteza. Grupos que compartilham esses tipos de valores tendem ao comodismo e se tornam incapazes de promover transformações profundas na sociedade. Oportunismo pessoal e oportunismo político sempre andam juntos.

¹⁴⁵ “Os milhares de militantes do PT e da CUT – mulheres e homens – até então organicamente envolvidos nas lutas sociais do campo e da cidade (haja vista o Plano de Lutas da CUT!) foram progressivamente abandonando (salvo exceções) o terreno das lutas, instados que eram a fazer assessoria aos eleitos e eleitas, e a ocuparem os mais diferentes espaços governamentais, passando a integrar quadros de secretarias municipais, estaduais e tantas outras instâncias estatais. [...] Por outro lado, a maior parte de seus militantes que, nas décadas de 1970 e 1980, viviam engajados nos movimentos e lutas sociais do campo e da cidade, na época de ascenso do PT e da CUT, hoje vem limitando sua atuação às instâncias governamentais: gabinetes de parlamentares, secretarias municipais e estaduais, e agora também aos espaços ministeriais, de primeiro, segundo e terceiro escalões... São milhares de militantes, mulheres e homens, de reconhecida qualificação acadêmica e política, que por distintas razões (por sobrevivência, uns; outros por desejo de ascensão institucional; outros ainda por evidente abandono da aposta num horizonte utópico, a despeito de suas declarações em contrário...), se distanciaram das lutas e dos movimentos sociais populares.[...] Tal redirecionamento ético-político tem implicado uma multiplicidade de conseqüências práticas (quase todas enormemente prejudiciais aos interesses das classes populares), tais como: arrefecimento das lutas, por falta de animadores engajados; maior exposição e vulnerabilidade a iniciativas de cooptação; mudança de práticas e discursos numa direção de conciliação com a ordem dominante, entre outras.[...] Conseqüências também no âmbito intrapartidário: abandono das práticas democráticas de base; superestimação do peso dos parlamentares nas decisões do partido; abandono das práticas de nucleação; desenfreada concorrência pela auto-reprodução dos mandatos eleitorais, ficando o horizonte da Classe Trabalhadora e o próprio partido em segundo (ou terceiro?) plano...” (CALADO, 2008, pág. 18-21).

Há uma *crise da prática*, na medida em que militantes se transformam em burocratas, líderes se transformam em chefes de máquinas eleitorais ou sindicais. Distanciada do povo, a militância se torna uma rotina remunerada, inimiga da ousadia e da criatividade. Ora, o Brasil só será transformado por obra de milhões de pessoas, que são o povo. O lugar do militante é, antes de tudo, junto do povo, compartilhando sua vida, sua cultura e suas esperanças, e trabalhando junto com ele para desenvolver suas melhores características, aquelas que fortalecem a mudança.

Também há uma *crise do pensamento*, pois, envolvidos em uma eleição parlamentar a cada dois anos e na permanente luta interna da própria esquerda, formamos dirigentes e militantes de visão curta, que consomem sua energia na ação para eleger candidatos e ganhar convenções. Tornaram-se incapazes de formular um pensamento abrangente, ao mesmo tempo generoso e radical sobre o Brasil. Em vez da clareza, preferem a ambigüidade, sempre em busca de resultados imediatos na política do dia-a-dia. Lideranças com grande visibilidade contribuem ativamente para difundir o pragmatismo, elogiar o oportunismo, desqualificar o debate estratégico e sinalizar valores questionáveis para o povo e a militância” (Gebrim, 2005, Pág. 4).

Mas, como já dissera Florestan Fernandes, “as crises são criadoras e podem gerar condições inexistentes¹⁴⁶”. Há parcelas da sociedade que vão percebendo a retórica política dos governos e parlamentos, e aumentando o descrédito nessas instituições, fomentando debates internos na esquerda com o conseqüente surgimento de novas organizações, partidos, articulações sindicais e movimentos sociais, muito embora, em sua maioria, sejam criados para disputar espaços à esquerda. Outros, porém, se organizam para disputar projetos de sociedade. Neste segundo grupo, o MST, percebendo os limites de um movimento social rural para conduzir o processo de construção de uma sociabilidade alternativa para o Brasil, propôs a realização da Conferência de Itaici, para discutir os rumos da esquerda e unificar as lutas sociais com vistas à consecução de um Projeto Popular para o Brasil, no que resultou a Consulta Popular.

O movimento Consulta Popular se apresenta como um instrumento político de novo tipo voltado para fora, isto é, que não se organiza introspectivamente para defender interesses

¹⁴⁶ FERNANDES, Florestan. 1991, pág. 27.

corporativos, mas decidido a centrar forças nas atividades que apontem na direção das transformações da sociedade, articulando-se sob a forma horizontal e em profundidade¹⁴⁷.

Este instrumento político tem inspiração na formulação leninista de *Partido* e visa superar as três crises, anteriormente citadas, que se instalaram no seio da esquerda brasileira. Para não estabelecer uma confusão no entendimento do termo *partido* na população, que geralmente o identifica como um organismo com registro no Tribunal Superior Eleitoral e que apresenta candidatos às eleições de dois em dois anos, decidiram-se pelo termo *Movimento*.

“O importante é definir as tarefas políticas e o conteúdo ideológico do *instrumento político* que queremos construir. O formato deverá traduzir as necessidades políticas e o nome deverá apenas se preocupar em traduzir a simbologia dos objetivos.

O termo “partido” está identificado com um formato determinado pelo último ciclo da esquerda brasileira. Da mesma forma que o termo “movimento”, atualmente expressa melhor a capacidade de luta e de enfrentamento na luta de classes, o termo “partido” é identificado com um instrumento de luta eleitoral. Nada impede que uma organização que resgate os ensinamentos da herança acumulada na construção de ferramentas revolucionárias se denomine “movimento”. Eis porque não existe nenhuma contradição em afirmar que queremos construir um instrumento político, mas não vamos criar um partido” (Gebrim. op. cit. Pág. 3).

A relação do Movimento Consulta Popular com outros movimentos sociais, por princípio, não tem como objetivo desconstituir, manipular, substituir ou absorver estes movimentos populares. Pelo contrário, prima pela autonomia e fortalecimento de suas instâncias e busca “construir um projeto organizativo a partir de uma Esquerda Social que já possui graus diferenciados de organização e cultura política”. Este, inclusive, tem se tornado um desafio organizativo: o estabelecimento de relações entre o Instrumento Político Consulta Popular e os demais movimentos sociais na articulação de suas direções, nas relações de poder. Isto tem por um lado dificultado a estruturação orgânica do Movimento Consulta Popular e, por outro lado, contraditoriamente,

¹⁴⁷ Como um movimento que busca mudanças estruturais na sociedade, a Consulta Popular não busca articular relações puramente aliancistas entre “forças” de esquerda para “tomar o poder”, mas, envolver os segmentos sociais e lutadores do povo num amplo e consistente debate sobre a sociedade brasileira, com conseqüentes diretrizes práticas de intervenção social, e que tenha, antes de tudo, compromissos com o povo para o presente e o futuro. Que ao invés de cada movimento querer fazer desse novo instrumento político a sua imagem e semelhança, entenda-se como parte de uma grande articulação social, onde todos têm importantes contribuições a dar na construção de uma formação societária alternativa.

fortalecido a união desses movimentos em torno de pautas de lutas e estratégias comuns. A Consulta Popular confere esse progresso ao método utilizado no processo organizativo do Movimento:

“Trabalhamos o exemplo Pedagógico ao invés do discurso. Ante a banalização do discurso se retona a centralidade na ação como exemplo pedagógico. Ao invés de buscar a construção da força social através do hegemonismo, ocupação de cargos, instrumentalização de entidades, preparação prévia para disputar as posições que serão assumidas pelas campanhas unitárias, sempre prioriza investir a construção política em torno de ações concretas. A unidade se constrói na ação. Isso também exigiu a formação de militantes que não eram apenas agitadores e propagandistas, mas construtores nos espaços populares” (Gebrim, 2005, Pág. 6).

Para o Movimento Consulta Popular o centro da tática do atual momento é de acumulação de forças, de preparar-se para os embates presentes e futuros. Nesse sentido, as ações de sua construção se referenciam em três eixos:

“(1) a elaboração teórica e formação política dos lutadores/as do Povo, conhecimento da realidade, recuperação do pensamento socialista histórico, formação de consciência social, valores e capacidade teórica de solucionar problemas na medida em que surgem; (2) construir, impulsionar e estimular as lutas de massa, capazes de alterar a correlação de forças, despertar a consciência social em amplos setores e gerar força social; e (3) construir a **organicidade** dos lutadores do povo, unir os movimentos sociais e lutadores populares em torno dos mesmos objetivos estratégicos e dotá-los de uma unidade de ação. Pedagogicamente, todas as nossas reuniões sempre trabalharam em torno deste tripé norteador. Aparentemente óbvio, a definição do tripé como método da formulação e ação tem sido essencial para aferir nossas capacidades e não descuidar das questões centrais. Tais conceitos seguem extremamente atuais para uma conjuntura onde é central acumular forças” (Gebrim. op. cit. Pág. 8).

No substrato dessas mudanças, para os movimentos sociais e lutadores do povo na Consulta Popular, MST incluso, encontra-se o desafio e também principal objetivo: unificar os comprometidos com as lutas por uma nova sociedade, numa articulação que envolva “os trabalhadores em tempo parcial, precarizados, sub-proletarizados, em significativa expansão no atual cenário, e os desempregados” dos meios rural e urbano, homens e mulheres, estudantes e

professores, intelectuais e obreiros, religiosos e ateus, leigos e clérigos, as etnias e as chamadas minorias “num processo que nos conduza a renovar a interpretação do Brasil” e realizar as transformações estruturais necessárias.



CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS: “Existirmos, a que será que se destina?”

Estudos sobre movimentos sociais vivos não se encerram, apenas demarcam um período da sua existência. Logo, este trabalho não é conclusivo nem prognostica o futuro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas tão somente busca resgatar traços do processo de formação e organização desse importante movimento social surgido no meio Rural brasileiro e como as suas práticas internas e para fora traduzem-se em arranjos democráticos. Aqui, realizamos uma abordagem histórica com parágrafos da trajetória política do MST desde os seus primórdios até agora, quase 25 anos depois, com enfoque no Estado de Pernambuco, inferindo a todo o Brasil quais contribuições à democratização das relações sociais no campo e na sociedade brasileira este Movimento pode ou não ter dado e, em perspectivas futuras, que caminhos busca trilhar.

Nascido num momento de forte ascensão da *luta de massas* no país, sofrendo as perseguições e ações oriundas do aparato repressivo existente, tensionando os limites e colocando-se à frente da luta pela terra, o MST aglutinou trabalhadores rurais sem terra e sem tradição orgânica, setores religiosos, militantes de orientação marxista e democratas em geral, na luta pela terra. O Brasil vivia um tempo de reorganização da sociedade civil, de fundação de entidades populares e sindicais democráticas e da crítica à estrutura sindical atrelada, feita pelo novo sindicalismo emergente.

As primeiras fricções com a realidade rural do país se deram com as mobilizações das ocupações de terra, que garantiram ao incipiente Movimento autoridade como expressão legítima das lutas sociais mais avançadas daquele momento histórico, no meio rural. Os primeiros passos do Movimento que resultou no MST foram dados com as vitórias da conquista da terra, sobre uma estrutura fundiária atávica que, sistematicamente, negava o acesso à terra para a grande maioria dos que vivem dos frutos que a terra dá. Eram ainda, contudo, ações dispersas e inorgânicas.

Enfrentando o conservadorismo da formação social brasileira, uma legislação e um judiciário engessados, as articulações da classe dominante, num contexto de uma democracia representativa restritiva, através da inserção progressiva no trabalho de base, o MST foi mobilizando os pobres despossuídos da terra e crescendo política e organicamente.

Ao invés das generalizações dogmáticas das experiências e soluções particulares realizadas e encontradas em outras realidades, apoiou-se nos elementos universais da luta de classes e nas próprias experiências de luta para encontrar os caminhos mais adequados aos embates quotidianos. Nesse sentido, o MST não é uma negação dos movimentos e lutas no campo do passado, mas a continuidade viva da História em novas formas e qualidades geradas e paridas num período de florescimento vigoroso do movimento operário-sindical, das mobilizações democráticas populares, e da crise da esquerda internacional.

Sua origem explica as características centrais do Movimento: valores contrários ao modo de produção e apropriação capitalista no campo, definição genérica pelo socialismo, uma base que reflete a sua composição de classe – proletários rurais, campesinato, setores das maiorias excluídas e marginalizadas, além de apoios na intelectualidade de esquerda. Tudo isso sobre uma base ampla e de massas que inicialmente chegam portando interesses, valores e expectativas heterogêneos, mas, convergentes na perspectiva da conquista da terra.

Quem conhece de perto as relações sociais no campo há algum tempo¹⁴⁸ percebe que as ações do MST permitiram uma melhor distribuição fundiária nas várias regiões do país, ainda que insuficientes, devido ao não cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal – cerca de 4,5 milhões de brasileiros pobres ainda sonham com a conquista da terra e uma Reforma Agrária que contemple outros direitos básicos que lhes são negados, tais como: educação, saúde, moradia, lazer, etc.

¹⁴⁸ Estas contribuições elencadas são um reconhecimento feito por um fervoroso crítico do MST, Zander Navarro, no seu polêmico artigo: “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. (pág. 212 – 214). IN: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* / Boaventura de Souza Santos, organizador. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Outra contribuição diz respeito à dinamização da economia nos rincões do país, geralmente em estado de letargia, e que são reanimadas pela comercialização da produção dos assentamentos.

É também visível uma maior democratização da política nos pequenos municípios, pela quebra do domínio das oligarquias locais.

Vimos que o MST não somente reconhece como também é reconhecido e apóia outras organizações sociais no campo.

E, ainda, na educação e no despertar da consciência de milhões que estão excluídos das mínimas decisões da vida nacional, que passam a se reconhecerem como protagonistas das suas próprias histórias, conferindo-lhes identidade.

O Movimento, contudo, tem uma postura tímida e dúplice na luta contra o projeto dominante e o governo federal, de modo especial por parte dos que transitam nas suas cristas. Internamente é do conhecimento de todos – das instâncias de base à direção nacional – que a política de alianças do governo central não assume um corte antineoliberal e abre brechas para incorporar setores vinculados à reprodução da ordem e com preocupantes posições reconhecidamente antidemocráticas.

A despeito dos esforços e dos progressos realizados desde a sua criação, no MST ainda existe uma subestimação das condições objetivas do fazer político. Há certa dificuldade em deslocar o centro de gravidade do trabalho de massas à ação política para fora, para alavancar, no âmbito dos movimentos sociais, as ações prioritárias das campanhas estratégicas que façam avançar o processo emancipatório da sociedade da esfera do domínio das leis do mercado, resguardando as relações respeitadas, fraternas e construtivas com os demais movimentos sociais rurais e urbanos em questão, para que as divergências não sejam motivo de indesejáveis divisões, mas de enriquecimento político e fortalecimento da unidade de ação, com base em diretrizes democráticas e legitimamente decididas.

As dificuldades de tensionar o governo central no sentido da democratização das relações sociais, historicamente perseguidas pelos trabalhadores rurais sem terra, movimentos operários e estudantis, e do próprio Partido dos Trabalhadores quando na oposição, não se explica somente pela correlação de forças favoráveis à influência das elites econômicas e políticas à direita no Congresso Nacional e nos governos federal e estaduais. Mantém-se também pela incapacidade dos setores populares, dentre os quais o MST, de elaborar políticas e métodos adequados à conjuntura do país e à disputa de projetos na sociedade. Pouco estudo e precária elaboração, com maior incidência nos coletivos e coordenações locais, talvez sejam causas dessas debilidades¹⁴⁹. O esforço pela superação dessas limitações deve prevalecer sobre as reclamações dos “equivocos” dos governos. A crítica conseqüente aos erros alheios pressupõe a formação de uma radical consciência de si.

O surgimento do MST representa no processo de realização viva da construção da democracia no Brasil um dos seus elementos estratégicos. Compreendê-lo como estratégico não significa nutrir a expectativa de que se torne um Movimento “puro”, que tenha homogeneidade ideológica, que sempre faça uma crítica teórica e politicamente consistente ao Estado, e com diretivas invariavelmente e consensualmente aceitas por todos os seus segmentos internos. Significa entendê-lo como um terreno privilegiado de participação ampla dos escamoteados pelo modelo de organização agrária, um instrumento de lutas para que se desenvolvam, enquanto protagonistas, e desempenhem um papel mais avançado na luta política real. A concepção de uma agremiação totalmente purificada internamente como uma condição *sine qua non* de fazer valer sua contribuição à construção de uma sociedade democrática no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, colocaria a perder uma conquista das classes populares e somente beneficiaria o atual *status quo*. Pois, como amplamente concordam os teóricos de várias concepções ideológicas que se ocupam em estudar a questão democrática, *a própria democracia real é virtual*. “*Se existisse um povo de*

¹⁴⁹ Observamos também que a *mística*, uma importante manifestação para o fortalecimento da consciência e coesão interna pelo resgate cultural e histórico do povo camponês e das lutas dos movimentos sociais e dos lutadores do povo do passado, interrelacionadas com os anseios e lutas do presente, tem sido praticamente a única atividade formativa em alguns assentamentos, ocasionando lacunas no processo de formação universal dos assentados, com resultados que deixam a desejar, e com implicações no desempenho da luta política conseqüente.

deuses, governar-se-ia democraticamente. Mas um governo assim perfeito não é feito para os homens". Já dizia Rousseau, em seu *Contrato Social*.

Desse modo, a despeito das opiniões e avaliações que se possa ter sobre os seus limites e virtudes, o MST é antes de tudo um fato. Um fato que já é parte da realidade social do meio rural e da sociedade brasileira. Com toda sua diversidade, contradições e paradoxos que possam existir, é antes uma possibilidade de superação positiva para os problemas decorrentes da organização agrária que impera no Brasil, que é e sempre foi uma ameaça à democracia em construção.

O debate, entretanto, está posto sobre as possibilidades que tal experiência implica, particularmente quanto à questão democrática.

*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDUÍNO, Dom Tomás. *Vinte anos de reforma agrária*. Encarte do fascículo nº. 12. In: Retrato do Brasil, ago. - set de 2006.

BARRACLOUGH, Solon L. *A reforma Agrária nos Países em Desenvolvimento: o papel dos Estados e de outros agentes*. In: A Economia da Reforma Agrária: Evidências internacionais / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Edson Teófilo (org.) et alii. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BOGO, Ademar. *O Pedagogo da Esperança*. Texto publicado na Cartilha Paulo Freire Vive! Hoje, 10 anos depois... Org. Dep. Ivan Valente, PSOL-SP. Brasília: Gráfica da Câmara dos Deputados, 2007.

Brasil de Fato, Jornal. Várias edições. São Paulo: FolhaGráfica, 2006-2008.

CALADO, Alder Júlio F. *Movimentos Sociais rumo a uma nova Sociedade: do consenso ideológico ao dissenso alternativo*. In: GONÇALVES, Moisés A. e DE FÁTIMA, Geraldo Magela (Orgs.). Outros Olhares - debates contemporâneos. Belo Horizonte: Leeditathi Editora, 2008, pp. 13-60.

CARVALHO, Horácio Martins de. *A emancipação no movimento de emancipação continuada*. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* / Boaventura de Souza Santos, organizador. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Cartilhas da Ação Católica Operária - 1º Caderno: A História da Classe Operária no Brasil. Gestação e Nascimento - 1500 a 1888. Lins-SP: Editora Todos Irmãos, 1976.

Cartilha do Partido dos Trabalhadores - PT. Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso da Convenção de 81. São Paulo: Joruês Cia. Editora, 1986.

Cartilha do Setor Nacional de Formação do MST . Método de Trabalho e Organização Popular. São Paulo: ANCA, 2005.

CHAUL, Marilena. *Considerações sobre a democracia e alguns dos obstáculos à sua concretização*. São Paulo: Instituto Pólis. Seminário "Os Sentidos da Democracia e da Participação", 2004.

CHAUL, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática - 13ª edição, 2003.

CHIZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. In: *Reforma Agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil* / Deputado João Alfredo Telles Melo, (Org.). Brasília: 2006.

- DONAT, Helder.** *O Projeto de Cooperação do MST nos assentamentos da Reforma Agrária: Como se explicam as dificuldades encontradas.* Campina Grande / PB: Tese de Mestrado – UFCG, 2006.
- FERNANDES, Florestan.** *O PT em Movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores.* São Paulo: Autores Associados, 1991. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 43)
- FREIRE, Paulo.** *Pedagogia do Oprimido*, - 45ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- Folha de São Paulo.** Jornal On-line, em 17/07/2007.
- GEBRIM, Ricardo.** *O Movimento Consulta Popular.* Texto elaborado para o Seminário “Partidos de Esquerda na América Latina”, na Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Mimeo, 2005.
- GRAMSCI, Antonio.** *Concepção Dialética da História.* In: STACCONE, Giuseppe. *GRAMSCI: Bloco Histórico e Hegemonia.* São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1987.
- HAGUETTE, Maria Tereza Frota.** *Metodologias Qualitativas na Sociologia.* Petrópolis: Vozes, 1997.
- Jornal FAEMG SENAR.** *Notas Jurídicas.* Ano 1 – Nº 16, Belo Horizonte: FAEMG/SENAR, 2006.
- MARTINS, José de Souza.** *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.* 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza.** *O Desafio do Conhecimento.* São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1999.
- MORISSAWA, Mitsue.** *A História da luta pela terra e o MST.* São Paulo, Expressão Popular, 2001.
- NAVARRO, Zander.** “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* / Boaventura de Souza Santos, organizador. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NAVARRO, Zander.** *O MST e a canonização da ação coletiva.* In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* / Boaventura de Souza Santos, organizador. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras de.** *O Sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar?* In: *A era da indeterminação* / [Francisco de Oliveira, Cibele Saliba Rizek, organizadores]. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PLOEG, J. D. Van der.** *O modo de produção camponês revisitado.* In: *A Diversidade da Agricultura Familiar* / organizado por Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- Radioagência NP.** Artigo de Vinícius Mansur. São Paulo, em 11/07/2007.
- Retrato do BRASIL.** -- 2. ed. Rev. -- Belo Horizonte, MG: Editora Manifesto, 2007.

Relatório vencido (paralelo) da CPMI da terra, publicado por iniciativa de vários congressistas, sob o título: *“Reforma Agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil”* / Deputado João Alfredo Telles Melo, (Org.): Brasília, 2006.

RICCI, Rudá. *O desafio de construção de um outro conceito educacional no campo.* Jornal Brasil de Fato, Nº 267. São Paulo: FolhaGráfica, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas.* São Paulo, Editora Atlas, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social.* Porto Alegre – RS: L&PM, 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Anildomá Williams. *Lampião: nem Herói, nem Bandido... A História – 2ª edição.* Serra Talhada – PE: GDM Gráfica, 2007.

STACCONE, Giuseppe. *GRAMSCI: Bloco Histórico e Hegemonia.* São Paulo: Centro de Pastoral Vergueiros, 1897.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação.* São Paulo, Cortez Editora, 1988.

VIGNA, Edécio. *Movimentos pró-reforma agrária repensam relação com governo federal.* São Paulo: ABRA, 2007.

VILELA, Carlos. *Contribuições ao Debate sobre Estratégia.* In: Resoluções da V Conferência Nacional da TM – uma tendência marxista do PT. Brasília – DF: mimeo, 1998.

Ω